

HUGO CESAR HOESCHL

O tratamento normativo da telemática no Brasil entre 1962 e 1996.

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do título de Mestre em Direito pela
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
Orientador: Professor Mestre Luiz Adolfo Olsen da
Veiga

Florianópolis

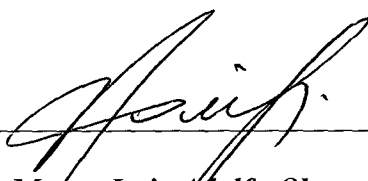
1997

TERMO DE APROVAÇÃO

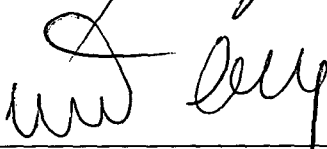
Hugo Cesar Hoeschl

Dissertação aprovada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito no curso oferecido pelo Centro de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.


Banca Examinadora:



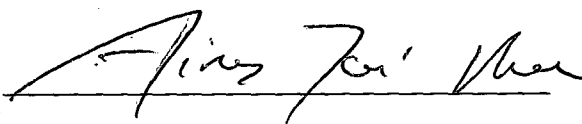
Professor Mestre Luis Adolfo Olsen da Veiga



Professor Doutor Luiz Alberto Warat

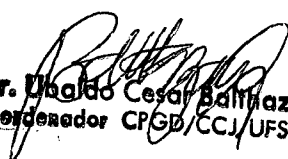


Professor Ricardo Miranda Barcia, PhD.



Professor Mestre Aires José Rover

Florianópolis, novembro de 1997.


Prof. Dr. Ubaldino Cesar Balthazar
Coordenador CPGD/CCJ/UFSC

SUMÁRIO

Introdução, 1

1. Delimitações básicas, 3

2. A pesquisa jurídica na internet, 14

3. Disposições constitucionais e legais sobre telemática no
Brasil, 32

4. Disposições infra-legais sobre telemática no Brasil, 74

5. A telemática nos tribunais brasileiros, 98

6. Análise gráfica dos dados coletados, 130

7. A telemática no parágrafo único do artigo primeiro da Lei
9.296/96, 154

8. Telemática e a barbárie jurídica, 173

Conclusões, 196

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1131

Gráfico 2132

Gráfico 3133

Gráfico 4133

Gráfico 5134

Gráfico 6135

Gráfico 7136

Gráfico 8136

Gráfico 9137

Gráfico 10138

Gráfico 11138

Gráfico 12139

Gráfico 13140

Gráfico 14141

Gráfico 15142

Gráfico 16142

Gráfico 17143

Gráfico 18144

Gráfico 19145

Gráfico 20146

Gráfico 21	146
Gráfico 22	147
Gráfico 23	147
Gráfico 24	148
Gráfico 25	148
Gráfico 26	149

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração n.º 1	17
Ilustração n.º 2	18
Ilustração n.º 3	19
Ilustração n.º 4	20
Ilustração n.º 5	20
Ilustração n.º 6	21
Ilustração n.º 7	22
Ilustração n.º 8	23
Ilustração n.º 9	23
Ilustração n.º 10	24
Ilustração n.º 11	25
Ilustração n.º 12	26
Ilustração n.º 13	27
Ilustração n.º 14	27
Ilustração n.º 15	28
Ilustração n.º 16	29
Ilustração n.º 17	30
Ilustração n.º 18	30
Ilustração n.º 19	31

RESUMO

O presente trabalho objetivou observar a produção normativa ligada à telemática no Brasil no período compreendido entre vinte e sete de agosto de 1962 e trinta e um de julho de 1996. Para tanto, foram coletadas normas constitucionais, legais e infra-legais, bem como apresentada uma amostragem jurisprudencial, sobre os temas ligados à telemática, os quais delimitaram o universo de pesquisa. A internet foi usada como um dos principais instrumentos de investigação, demonstrando-se sua eficiência como repositório de informações jurídicas. A forma de realização da pesquisa na internet, assim como as principais fontes nela consultadas, está explicitada no texto, juntamente com dezenove ilustrações. Verificou-se que a produção normativa ligada à telemática encontra-se em notório crescimento, nos planos legal, infra-legal e jurisprudencial. A fim de analisar a evolução dessa produção, foram construídos vinte e seis gráficos, apresentados após o universo normativo. Por se tratar da primeira lei brasileira a fazer constar em seu texto a expressão *telemática*, a Lei 9.296/96, mais especificamente o parágrafo único de seu artigo primeiro, foi objeto de uma análise mais acurada, confrontando-se seu texto com as disposições constitucionais pertinentes e com a postura de alguns doutrinadores nacionais. Concluiu-se pela inconstitucionalidade do dispositivo e pela absoluta impossibilidade de interceptação da *comunicação de dados* no Brasil, diante do atual contexto constitucional. Embora seja constatada uma notória evolução da produção normativa sobre os temas em estudo, verifica-se que a normatividade tradicional é ineficaz para apresentar soluções adequadas para um universo de problemas ligados ao tema central, para os quais não há resposta na estrutura formal normativa analisada.

“Aos anti-reformistas lembro as vacilações da jurisprudência das primeiras décadas do século, quanto à validade ou invalidade de sentenças datilografadas (e não mais grafadas de próprio punho)”.

Cândido Rangel Dinamarco.

“A informática não tem mais a ver com computadores. Tem a ver com a vida das pessoas”.

Nicholas Negroponte

“O ciberespaço é a pátria e a terra natal da era da informação - o lugar onde os cidadãos do futuro estão destinados a habitar”.

Sílvio Alexandre.

O tratamento normativo da telemática no Brasil entre 1962 e 1996

Introdução

O interesse geral pelas questões ligadas à telemática é crescente no Brasil e no mundo. O tema ocupa mais espaço, a cada dia, nos ambientes onde os seres humanos vivem e trabalham. De um lado, empresas crescem, ações disparam no mercado financeiro, novos milionários surgem. De outro, empresas quebram, governos realizam despesas exorbitantes e pessoas sentem-se exploradas. Conflitos acontecem, e não são poucos. A forma mais civilizada de resolvê-los é acionar os mecanismos criados pelo direito.

Este trabalho de pesquisa propõe-se a fazer um apanhado do tratamento normativo jurídico da telemática no Brasil. Para que isso seja possível, é necessária uma divisão de temas.

Inicialmente, é de se estabelecer as definições e delimitações básicas, como “*telemática*” e “*tratamento normativo*”.

Na sequência, avalia-se a utilidade da internet como instrumento para a busca de informações jurídicas.

As normas coletadas formam um universo, composto por disposições constitucionais, leis, atos normativos infra-legais e decisões judiciais.

A primeira lei brasileira a utilizar a expressão “*telemática*” no corpo de seu texto, a Lei 9.296/96, desperta especial interesse, por tratar da possibilidade da interceptação da “*comunicação de dados*” para fins de investigação criminal e instrução judicial, e recebe uma atenção específica.

1. Delimitações básicas

Neste primeiro capítulo, fixam-se as definições e delimitações necessárias para o trabalho de pesquisa. São as seguintes:

- a.* o conceito de *telemática*;
- b.* os temas a serem abordados;
- c.* o significado de “*tratamento normativo*” e suas particularidades;
- d.* o estabelecimento do lapso temporal dentro do qual encontram-se as informações consideradas relevantes.

1.1. A telemática

Telemática é o “*conjunto das técnicas de informática e das telecomunicações*”, e é também “*o seu produto*”, conforme apontou MATHELOT¹.

¹ MATHELOT, Pierre, em “*A telemática*”, p.11.

Essa definição é momentaneamente satisfatória, e, embora factível de questionamentos, cumpre um objetivo primário, qual seja, delimitar inicialmente o objeto central do trabalho.

Dentre as principais dúvidas está a de ser o melhor conceito um simples *conjunto* ou, ao invés, o *produto de uma adequada combinação de elementos*, sendo aqui entendidos: *combinação* como o ato de *ligar, unir* ou *fundir*; *produto* como *resultado, consequência*; e *conjunto* como *reunião de partes*, conforme os dicionários pátrios. Há uma situação na química, a qual, quando analisada de forma singela, enseja o seguinte raciocínio: o simples *conjunto* formado pelos átomos de hidrogênio e oxigênio constitui um objeto, e o *produto de uma adequada combinação de ambos* constitui outro, eis que, em condições específicas, gera a *água*, uma molécula com existência própria e características extremamente diversas daquelas desenvolvidas por seus componentes, chegando a materializar um dos maiores conflitos cognitivos da natureza, pois os dois primeiros são gases altamente comburentes, e a última é um líquido praticamente sem capacidade de combustão.

O *produto*, nesse caso, desenvolve identidade própria, constituindo um outro objeto, específico e determinado, ou seja, surge um novo instituto, com características diversas, novas e, não raro, ilógicas, imprevisíveis e de difícil compreensão.

A aproximação dos institutos inicialmente aludidos apresenta uma situação um pouco mais ampla, que produz as seguintes consequências: *a)* de um lado, *reúne* as técnicas da informática e das telecomunicações, formando um *conjunto* no qual as características isoladas de uma e outra estão preservadas; *b)* de outro, *une-as*, *liga-as* e as *funde*, constituindo uma *combinação* que gera novas características, autônomas. Ou seja, ambas as situações estão presentes na definição da telemática. Há *conjunto* e há uma *combinação*.

Ela não é só o agrupamento das técnicas - apesar de também o sê-lo -, mas, além disso, é uma nova figura, ontologicamente modelada, que soma características da informática, das telecomunicações e os novos atributos gerados pela combinação apontada.

Embora não esteja configurada uma situação tão extremada como a da *água*, eis que as características dos componentes originários estão integralmente presentes na telemática, a constituição do seu conceito gera inovações, como, por exemplo, a internet.

Então, é um pouco mais satisfatória a definição da telemática como *o conjunto e o produto da adequada combinação das técnicas de informática e telecomunicações, no qual estão preservadas as características de*

ambas bem como são gerados novos atributos.

É necessário, então, definir as aludidas técnicas, com o cuidado de estabelecer um limite para a apresentação de definições acessórias, evitando um regresso ao infinito. Serão apresentadas, por ora, somente as definições de *informática e telecomunicações*.

Informática é uma palavra surgida da contração das expressões *informação* e *automática*, geralmente creditada a DREYFUS², o qual a definiu como a “*ciência do tratamento automático e racional da informação, considerada como suporte dos conhecimentos e das comunicações*”. Existem, igualmente, inúmeras polêmicas sobre os limites e sentidos desse conceito, mas vamos deixá-las de lado, por ora, mesmo porquê a legislação nacional consagrou tal ponto de vista, através do artigo 3º. da Lei 7.232/84, o qual se transcreve:

“Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, consideram-se atividades de informática aquelas ligadas ao tratamento racional e automático da informação e,...” (destacado do original).

² Conforme afirmação de GARCIA, na sua obra “*Introdução à informática jurídica*”, p. 198

O mesmo fenômeno envolve o conceito de telecomunicações, ou seja, há inúmeras polêmicas ao seu redor, mas a legislação nacional adotou uma posição, contida na Lei 4.117/62, e nos decretos 52.026/63 e 97.057/88.

Veja-se o artigo 4º. da Lei 4.117/62:

“Art. 4º. Para os efeitos desta lei, constituem serviços de telecomunicações a transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético.” (destacado do original).

Ao determinar a constituição dos serviços, o dispositivo define o que venha a ser *telecomunicações*.

Para concluir, resta explicar porque o instituto escolhido para centralizar o estudo foi a telemática, e não a cibernética.

Esta foi apontada por alguns juristas, entre eles Dinio de Santis GARCIA, ilustre pioneiro, como o grande referencial da influência da máquina e da informática sobre o direito, na sua obra *“Introdução à informática jurídica”*, na qual dedica vários capítulos à cibernética e à modelagem da *“juscibernética”*. Não há como negar suas preciosas conclusões, fruto de um trabalho corajoso e inovador. Porém, não há, igualmente, como negar a diversidade de conceituações da expressão *“cibernética”*, de AMPERE a WEINER, sendo ela tratada ora como afeta à política e à administração, ora como ligada às máquinas e aos homens, sendo que GARCIA a define como *“a ciência do controle e da comunicação nos seres vivos, na sociedade e nas máquinas”*³, tendo essa definição sido formulada sob forte influência do pensamento de Norbert WEINER.

A telemática é um instituto mais singelo e descomplicado, embora não menos polêmico. Mas sedimenta de forma mais objetiva a delimitação de um universo de acontecimentos e sua incidência sobre o direito, restando claro quais são seus componentes, objetivos e técnicas, bem como a sua ligação com os fenômenos que geraram a necessidade do estudo em curso.

³ GARCIA, Dinio de Santis, ob. cit., p. 41.

1.2. Temas a serem abordados

Sendo a telemática um encontro de duas técnicas, as questões delas oriundas são problemas da telemática, ou seja, uma questão de informática é também uma questão de telemática, o mesmo ocorrendo com as telecomunicações, eis que, como afirma MATHELOT⁴, “*não poderia haver telemática sem telecomunicações, mas também não poderia haver telemática sem computadores*”. Isso equivale a dizer que ““*software*”⁵”, ““*hardware*”⁶”, *telefonía, interceptação de dados e telepresença*, entre outros, são, também, questões de *telemática*.

É por isso que, mais adiante, ao se abordar as questões concretas da *telemática*, serão analisadas situações variadas, as quais envolvem temas originários da *informática*, temas originários das *telecomunicações*, temas originariamente alheios à *telemática* mas que, quando presentes em seu universo, assumem novas características e imprestam relevância ao estudo da *telemática*, e, finalmente, os temas típicos da *telemática*.

⁴ MATHELOT, Pierre”, em “*A telemática*”, p. 10

⁵ Expressão utilizada para definir programas de computador

⁶ Expressão utilizada para definir os equipamentos, a parte material e palpável da informática.

Assim, exemplificativamente, o universo de pesquisa foi delimitado da seguinte forma:

1. Os problemas da *informática*: Computador, programas e periféricos;

2. Os problemas das *telecomunicações*: Satélites, telefonia, televisão a cabo, radiodifusão, etc;

3. Os problemas originariamente diversos da *telemática* mas que, uma vez conectados ao seu universo, ensejam um tratamento jurídico diferente do original: São os problemas de direitos autorais, de sigilo de comunicações, de celebração de contratos, de proteção da propriedade industrial e das marcas e de liberdade de expressão especificamente criados dentro da internet. Ou, ainda que fora dela, são fortemente influenciados por qualquer questão diretamente ligada à *telemática* ou uma de suas técnicas;

4. Os problemas típicos da *telemática*: são basicamente os problemas ligados ao ciberespaço e à internet.

Esses temas orientaram a coleta de informações realizada no curso do trabalho, principalmente no tocante às normas e às decisões judiciais.

1.3. Universo do tratamento normativo

O universo de pesquisa está delimitado da seguinte forma:

a. por um período de tempo, que vai de 1962 até 1996; *b.* pelos quatro temas acima consignados; *c.* pelo tipo de norma selecionado.

O período escolhido para a realização da pesquisa tem início em 27.08.62, data da edição da Lei 4.117/62, a qual institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Encerra-se trinta e quatro anos depois, em 31.07.93, após a edição da Lei 9.296/96, quando teve início a coleta dos dados.

A expressão “*tratamento normativo*” é bastante abrangente. Norma pode ser entendida como um comando, um “*dever ser*”, ou “*o sentido de um ato através do qual uma conduta é prescrita, permitida ou, especialmente, facultada*”⁷. Existem normas morais, sociais e jurídicas, entre outras. As jurídicas podem ser legais, consuetudinárias, jurisprudenciais, negociais e doutrinárias. É muito comum a utilização da expressão “*norma*” com o sentido de

⁷ Kelsen, Hans. Teoria pura do direito, p. 6.

“lei” ou “regra”. O sentido que se deseja empregar neste trabalho é o *amplo*, relacionado ao universo de atos normativos, os *lugares* onde estão contidos os comandos do direito. As normas legais e jurisprudenciais são as mais objetivas e palpáveis, e, portanto, de mais fácil identificação. A presente pesquisa ficará restrita a elas.

Com relação às *normas legais*, faz-se referência ao texto constitucional e aos atos produzidos no processo legislativo, bem como atos complementares, de hierarquia inferior, oriundos das atividades de regulamentação. Para efeitos de estruturação da pesquisa, as *normas legais* adiante analisadas foram divididas em dois capítulos: primeiramente, um capítulo referente às normas constitucionais e aquelas provenientes das atividades elencadas no artigo 59⁸ da Constituição Federal; em seguida, outro, referente aos atos infra-legais. No âmbito desse último, fazem parte do universo portarias e resoluções, inseridas aquelas

⁸ Diz o artigo 59:

“O processo legislativo compreende a elaboração de:

I- emendas à Constituição;

II- leis complementares;

III- leis ordinárias;

IV- leis delegadas;

V- medidas provisórias;

VI- decretos legislativos;

VII- resoluções ;”

consideradas relevantes e adequadamente conectadas aos temas anteriormente fixados como delimitadores do universo de pesquisa. O universo global das *normas legais* diz respeito àquelas de ordem federal.

Quanto às *normas jurisprudenciais*, o sentido aqui empregado refere-se ao conjunto das decisões dos tribunais pátrios. Embora não possuam o mesmo formato e conteúdo vinculativo das *normas legais*, as *normas jurisprudenciais* integram, indubitavelmente, o universo normativo do direito brasileiro, e já está superada a dúvida sobre se a jurisprudência tem ou não conteúdo normatizante, conforme afirmam REALE e STRECK⁹. É notória a impossibilidade de apresentar os dados jurisprudenciais na forma em que teriam seu melhor perfil normativo, qual seja, reiteradas decisões semelhantes e pacíficas, rumando no mesmo sentido. Não é essa a finalidade da inserção jurisprudencial, mas sim demonstrar, somente, que as questões afetas ao universo aqui delimitado estão se fazendo presentes nas discussões judiciais, ou seja, que as questões afetas à *telegráfica* estão atingindo a normatividade jurisprudencial, mesmo que isso só passe a ter significação após o ano de 1991. Para tanto, uma amostragem de decisões de cortes diversas, de diferentes locais e instâncias, ao lado da transcrição de ementas e trechos de acórdãos (os quais se buscou), cumpre o objetivo proposto pela pesquisa. A amostragem das *normas jurisprudenciais* conta com dados oriundos de esferas estaduais.

⁹ STRECK, Lenio L. Súmulas no direito brasileiro, p. 91.

A forma escolhida para atestar a relevância das normas apresentadas e sua ligação com os temas propostos é a transcrição dos trechos nos quais eles são abordados por elas.

2. A pesquisa jurídica na internet

A principal fonte de obtenção preliminar dos dados constantes desta pesquisa foi a internet. A busca de informações jurídicas tem nela um poderoso instrumento de pesquisa. Vários órgãos jurídicos estão presentes na grande rede, fornecendo dados relevantes ao pesquisador e ao profissional do direito. Tribunais, Casas Legislativas, Órgãos do Poder Executivo, Serviços de Consultoria, Revistas Jurídicas, Páginas Pessoais e Instituições Educacionais são facilmente acessados, com leis, decisões judiciais, súmulas, textos jurídicos, portarias, resoluções e outros documentos à disposição de todos, geralmente com acesso livre e gratuito.

O Supremo Tribunal Federal oferece uma página com consulta de processos, jurisprudência, texto integral do regimento interno e ações diretas de inconstitucionalidade, entre outros. O mesmo ocorre com o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal Superior do Trabalho. Além deles, os Tribunais Regionais Federais, da 1^a. à 5^a. Regiões, também disponibilizam páginas, de conteúdo mais restrito. Vários Tribunais de Justiça e Alçada dos Estados estão também na internet, além de Tribunais Regionais do Trabalho e de varas estaduais e federais e ainda juntas eleitorais, trabalhistas e

militares.

O Senado Federal mantém uma página bastante vasta, com diversas informações políticas e jurídicas, contendo texto integral de leis e medidas provisórias, relatórios de comissões, andamento de projetos e outras informações. A página do Ministério da Ciência e Tecnologia tem uma seção organizada por sua consultoria jurídica, onde está disponível uma respeitável coletânea de legislação sobre ciência e tecnologia. É de se destacar, ainda, que várias Assembléias Legislativas estaduais e Câmaras Municipais mantêm página na internet.

Associações classistas e órgãos privados, como editoras jurídicas (Revista dos Tribunais e Editora Saraiva), mantêm páginas com textos jurídicos integrais sobre temas variados. Além dessas informações, outras ainda podem ser obtidas, como detalhes sobre registro de veículos, marcas e patentes, direitos autorais, serviços notarias e outros.

O presente trabalho utilizou a internet como fonte de informações, principalmente quanto à busca de legislação e jurisprudência. A Legislação foi pesquisada, basicamente, nas páginas do Senado Federal e da Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência e Tecnologia. A jurisprudência teve como principais fontes de consulta as páginas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. A pesquisa nessas fontes se deu na forma como será

mostrada na sequência.

2.1. Pesquisa jurisprudencial

A busca de decisões judiciais de tribunais sofreu, no segundo semestre de 1996, uma das maiores revoluções de sua história nacional. A partir de então, bancos de ementas e acórdãos passaram a ser disponibilizados para livre consulta pela internet, através de páginas alimentadas pelas respectivas cortes, com especial destaque para o Supremo Tribunal Federal, um dos pioneiros.

2.1.1. Supremo Tribunal Federal

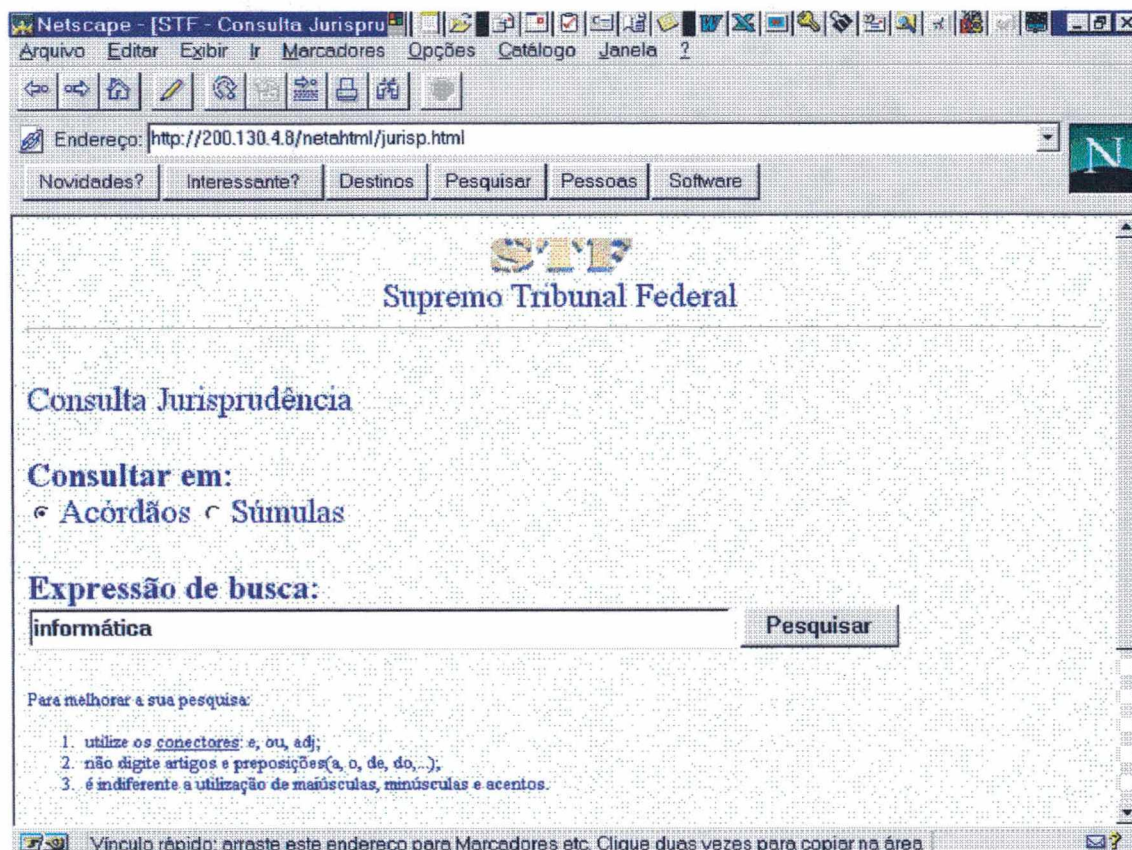
A busca de jurisprudência no Brasil, através da internet, merece passar pelo Supremo Tribunal Federal. Felizmente ela possibilita, hoje, a realização de consultas imediatas, diretamente no banco de jurisprudência disponibilizado na página da Suprema Corte¹⁰, assim visualizada:

¹⁰ <http://www.stf.gov.br>, em 03.10.97, 23:30 h.



A partir da primeira página, é possível acionar o item “*jurisprudência*”, fazendo surgir o mecanismo de pesquisa, o qual permite a consulta jurisprudencial pelo critério de “*palavra-chave*”, admitindo o uso de conectores lógicos (“*e*”, “*ou*”, “*+*”, etc).

A página é exibida da seguinte forma:



No campo denominado “*expressão de busca*”, digita-se as expressões procuradas, para, após acionado o mecanismo “*pesquisar*”, ser iniciada a busca.

Então, é exibida uma lista com os casos encontrados, a qual apresenta alguns detalhes conclusivos sobre o processo, como o número, o ano e o nome do relator, como se verifica pela figura que segue:



Desse ponto, a partir do resumo apresentado, é possível o acesso ao conteúdo da decisão, o qual tem início com as informações básicas sobre o processo objeto da ementa em exame, como classe do processo, origem, relator, data do julgamento e da publicação, como se vê:

Netscape - STF - Consulta Jurisprudência

Arquivo Editar Exibir J Marcadores Opções Catálogo Janela ?

Endereço: <http://200.130.4.8/cgi-bin/nph-brs?d=STJUR&s1=inform%E1tica&u=/netahtml/jurisp.html&Sect1=IMAGE&S>

Novidades? Interessante? Destinos Pesquisas Pessoas Software

STF
Supremo Tribunal Federal

Documento 10 de 15

Classe / Origem ADIMC-360 / DF ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - MEDIDA CAUTELAR.	Relator Ministro MOREIRA ALVES
Publicação DI DATA: 26-02-93 PP-02354 EMENT VOL-01693-01 PP-00001	Julgamento 21/09/1990 - TRIBUNAL PLENO

Ementa

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE COM PEDIDO DE LIMINAR. ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE TOTAL, OU PLO MENOS PARCIAL, DA PORTARIA N. 3.435 DO MINISTERIO DO TRABALHO.

- A AUTORA NAO TEM "LEGIMATIO AD CAUSAM" POR NAO SER CONFEDERACAO SINDICAL NACIONAL. POR OUTRO LADO, AINDA QUE SE ENTENDA QUE A ALUSAO, NO INCISO IX DO ARTIGO 103 DA CARTA MAGNA, A ESSAS CONFEDERACOES NAO EXCLUI AS OUTRAS ENTIDADES SINDICAIS, A FEDERACAO EM CAUSA TAMBEM NAO TEM AS CARACTERISTICAS DE ENTIDADE DE CLASSE DE AMBITO NACIONAL.

- ADEMAIS, HA, NO CASO, IMPOSSIBILIDADE JURIDICA DO PEDIDO, POIS E FIRME O ENTENDIMENTO DESTA CORTE DE QUE, EM SE TRATANDO DE NORMA REGULAMENTADORA, NAO CABE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PARA A VERIFICACAO DA OCORRENCIA, OU NAO, DE EXTRAVASAMENTO DA ESFERA REGULAMENTAR, POR SE CONSIDERAR QUE SE ESTE SE DER SE CONFIGURARA ILEGALIDADE, E NAO INCONSTITUCIONALIDADE.

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NAO CONHECIDA.

Documento: pronto

Rolando o texto, através da barra à direita, surge a ementa com a descrição do conteúdo resumido da decisão:

Netscape - STF - Consulta Jurisprudência

Arquivo Editar Exibir J Marcadores Opções Catálogo Janela ?

Endereço: <http://200.130.4.8/cgi-bin/nph-brs?d=STJUR&s1=inform%E1tica&u=/netahtml/jurisp.html&Sect1=IMAGE&S>

Novidades? Interessante? Destinos Pesquisas Pessoas Software

Ementa

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE COM PEDIDO DE LIMINAR. ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE TOTAL, OU PLO MENOS PARCIAL, DA PORTARIA N. 3.435 DO MINISTERIO DO TRABALHO.

- A AUTORA NAO TEM "LEGIMATIO AD CAUSAM" POR NAO SER CONFEDERACAO SINDICAL NACIONAL. POR OUTRO LADO, AINDA QUE SE ENTENDA QUE A ALUSAO, NO INCISO IX DO ARTIGO 103 DA CARTA MAGNA, A ESSAS CONFEDERACOES NAO EXCLUI AS OUTRAS ENTIDADES SINDICAIS, A FEDERACAO EM CAUSA TAMBEM NAO TEM AS CARACTERISTICAS DE ENTIDADE DE CLASSE DE AMBITO NACIONAL.

- ADEMAIS, HA, NO CASO, IMPOSSIBILIDADE JURIDICA DO PEDIDO, POIS E FIRME O ENTENDIMENTO DESTA CORTE DE QUE, EM SE TRATANDO DE NORMA REGULAMENTADORA, NAO CABE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PARA A VERIFICACAO DA OCORRENCIA, OU NAO, DE EXTRAVASAMENTO DA ESFERA REGULAMENTAR, POR SE CONSIDERAR QUE SE ESTE SE DER SE CONFIGURARA ILEGALIDADE, E NAO INCONSTITUCIONALIDADE.

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NAO CONHECIDA.

Observação

VOTACAO: UNANIME. RESULTADO: NAO CONHECIDA.

TOTAL DE PAGINAS: 14. ANALISE: (DRY). REVISAO: (NCS).

INCLUSAO: 24.03.93, (NV). ALTERACAO: 16.08.94, (NT).

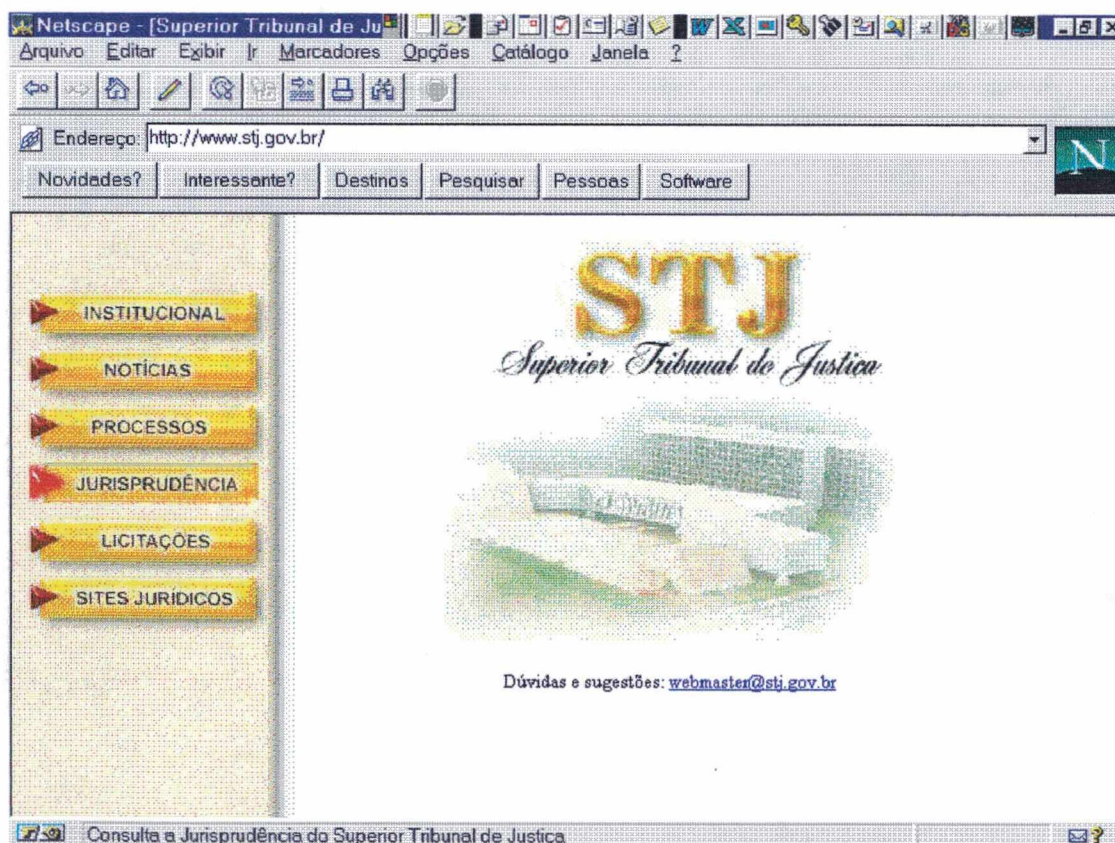
Legislação

Documento: pronto

É possível, assim, a coleta de dados junto àquela Corte, de forma fácil e rápida.

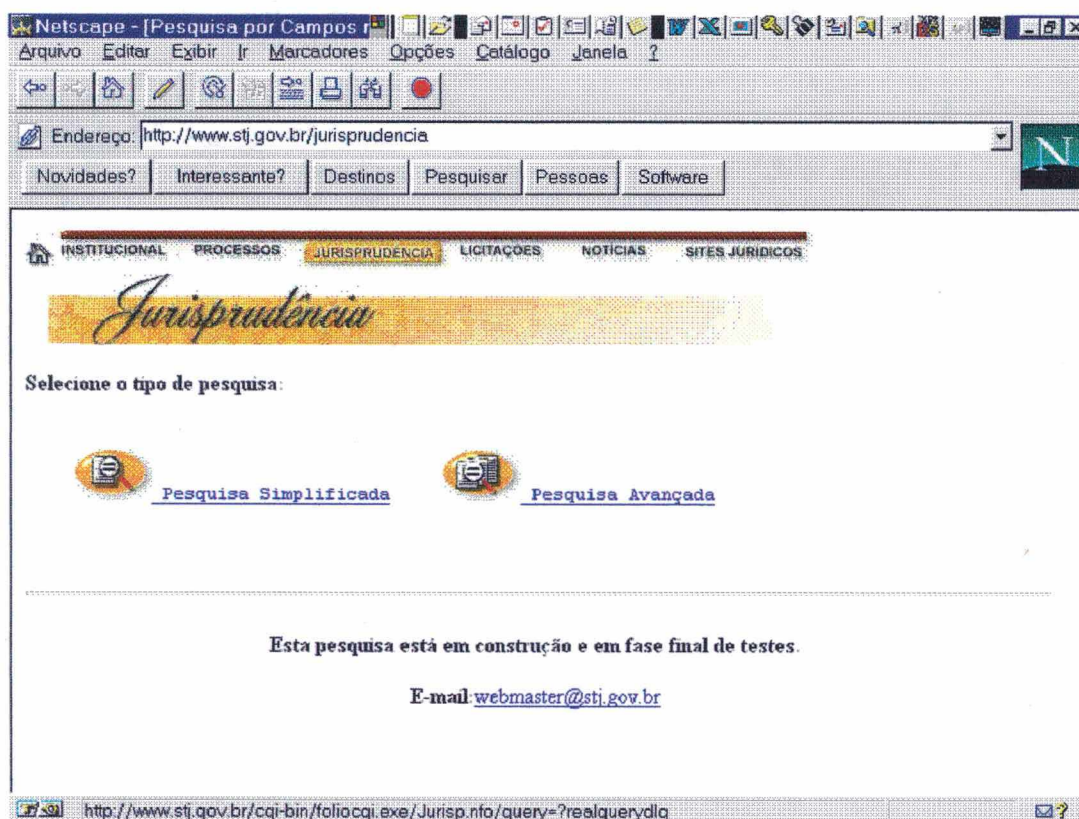
2.1.2. Superior Tribunal de Justiça

A sistemática adotada pelo Superior Tribunal de Justiça é semelhante. A página principal¹¹ apresenta uma visão geral daquilo que é oferecido, incluindo a pesquisa jurisprudencial, como se vê na figura que segue:



¹¹ <http://www.stj.gov.br>, em 04.10.97, 20:30 h

No canto esquerdo, entre outras opções, está o acesso ao serviço de jurisprudência. Ativando-se o respectivo item, é aberta a página de pesquisa jurisprudencial, a qual apresenta, inicialmente, as opções “*pesquisa simplificada*” e “*pesquisa avançada*”, como se vê na figura seguinte:



Aciona-se, então, um dos itens, no caso “*pesquisa simplificada*”, fazendo surgir os formulários para preenchimento dos campos onde o usuário informa os itens relevantes à sua pesquisa, como consta da próxima figura:

Netscape - [Pesquisa por Campos]

Arquivo Editar Exibir Ir Marcadores Opções Catálogo Janela ?

Endereço: <http://www.stj.gov.br/cgi-bin/follocgi.exe/Jurisp.nfo/query-?realquerydlg>

Novidades? Interessante? Destinos Pesquisador Pessoas Software

INSTITUCIONAL PROCESSOS JURISPRUDENCIA LICITAÇÕES NOTÍCIAS SITES JURÍDICOS

Jurisprudência

Tema livre: Ementa:

Processo: Ministro Relator:

Órgão Julgador:

Base atualizada até 28/SETEMBRO/1997

Documento: pronto


Ativado o item “pesquisar”, surge um primeiro resultado:

Netscape - [Resultado da Pesquisa]

Arquivo Editar Exibir Ir Marcadores Opções Catálogo Janela ?



Endereço: <http://www.stj.gov.br/cgi-bin/follocgi.exe/Jurisp.nfo/query-comunicatE7IE3o+de+dados++++?realquerydlg>

Novidades? Interessante? Destinos Pesquisador Pessoas Software

 [Página principal](#)

Resultados da Pesquisa:

Jurisprudência do STJ

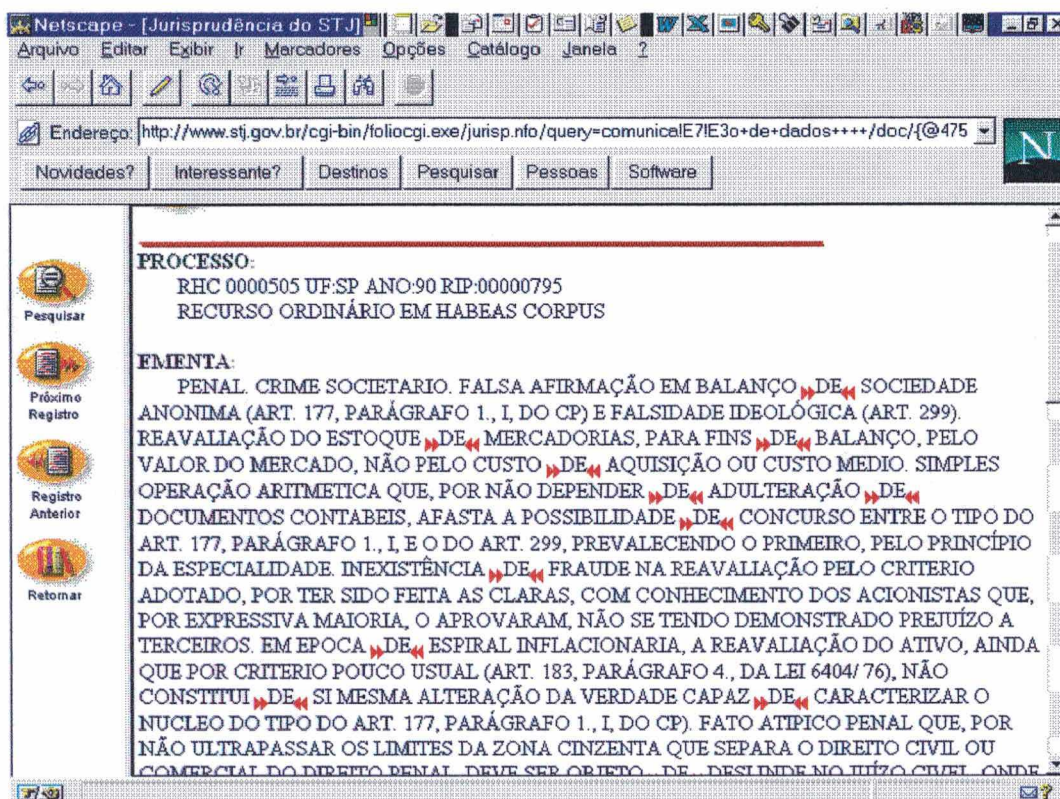
 

Registros Encontrados: 1

comunicação - 313	
de - 74241	- 310
dados - 198	- 1

Documento: pronto

Após, é possível acessar o texto da ementa, no qual constam destaques relativos aos termos pesquisados:



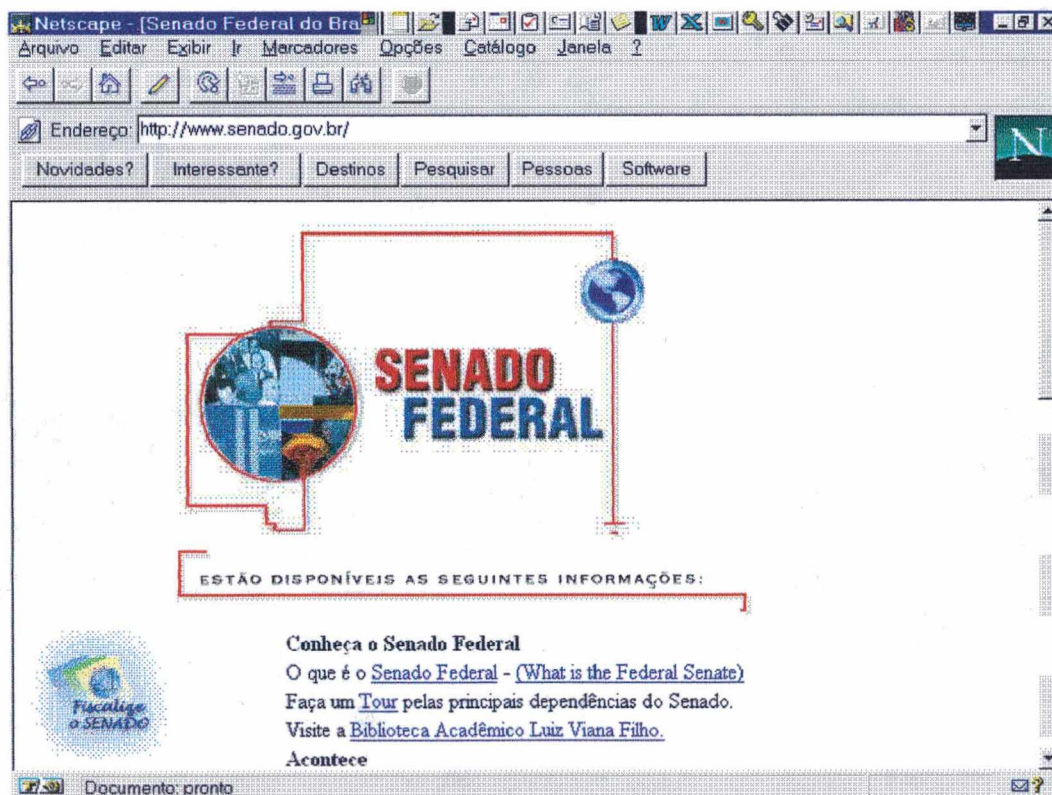
A forma escolhida por estas Cortes para demonstrar seus julgados é, como visto, acessível e gratuita. As referências aos dados do caso e ao número do processo e de seus respectivos autos, bem como datas e nomes, gera um bom padrão de confiabilidade.

2.2. Pesquisa de normas legais

A grande maioria dos textos legais e infra-legais coletados no curso do presente trabalho foi obtida junto às páginas do Senado Federal e do Ministério da Ciência e Tecnologia, de acordo com a sistemática a seguir demonstrada.

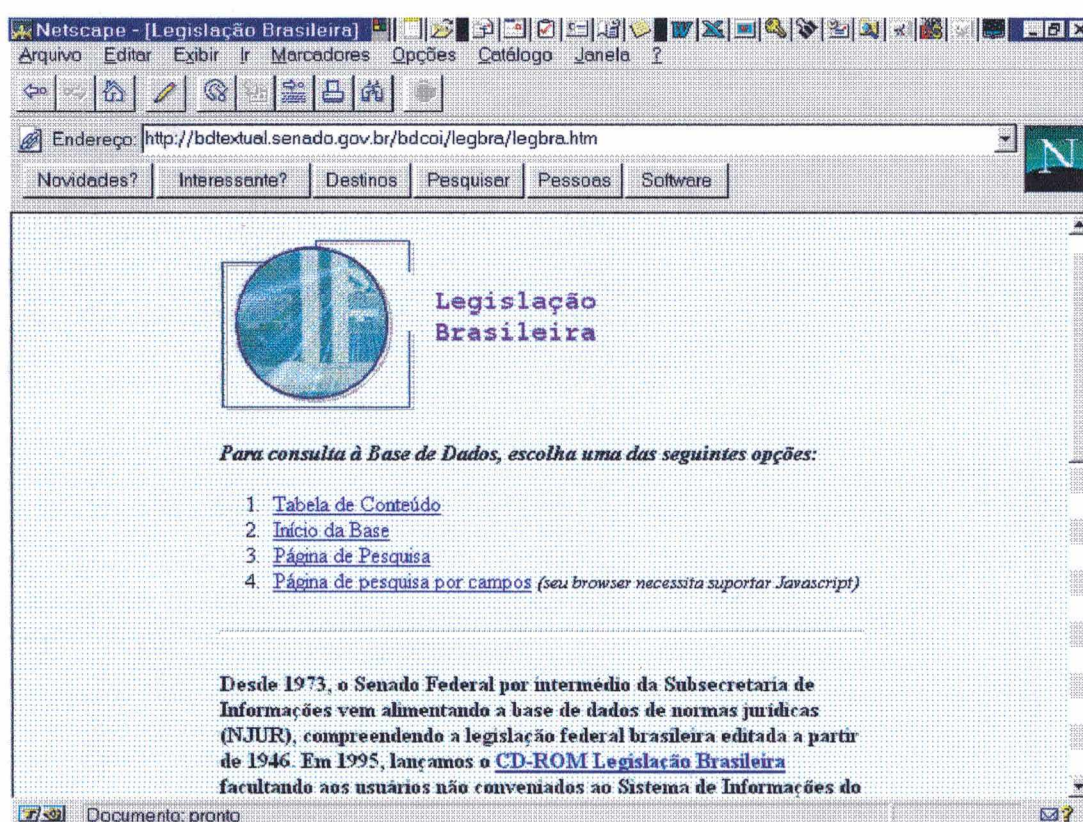
2.2.1. Senado Federal

O Senado Federal permite acesso livre a um universo grande de informações efetivamente úteis, em sua página, mostrada na figura seguinte¹²:

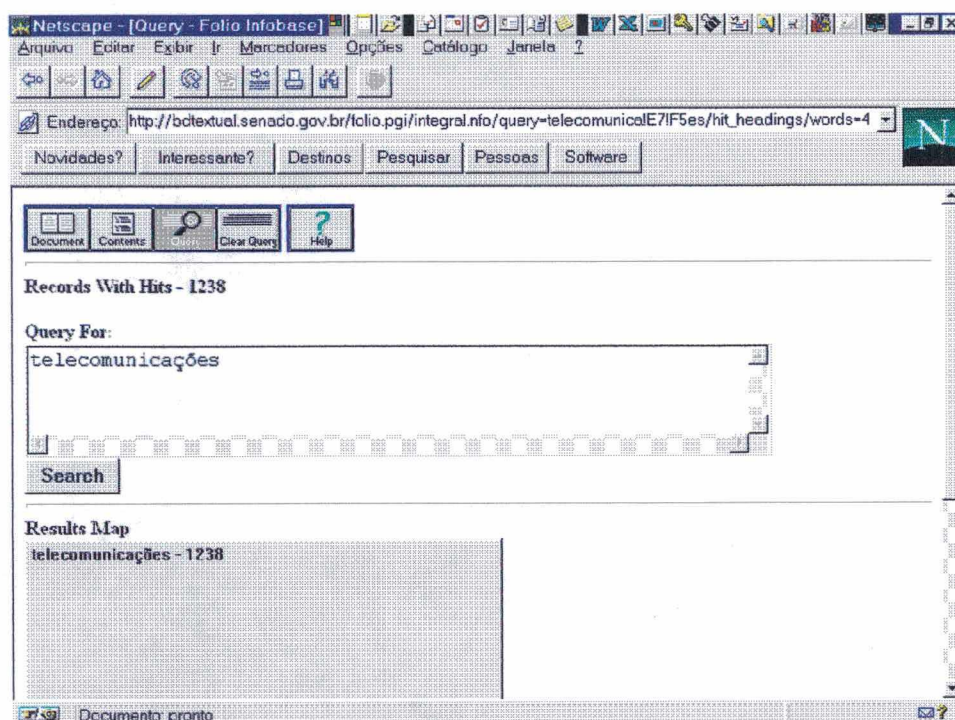


¹² <http://www.senado.gov.br>, em 05.10.97, 17:00 h.

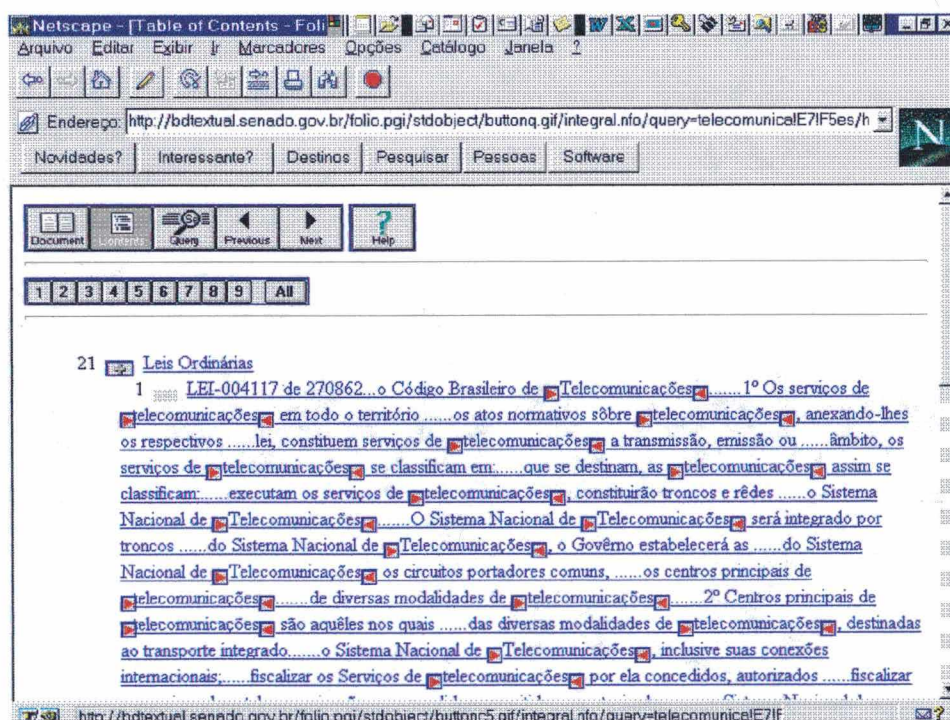
Rolando a página principal, é possível acessar um item que não está visível nesta última figura, qual seja, a legislação brasileira, com texto integral. A pesquisa em “*Legislação Brasileira*”, permite a consulta à legislação de quatro formas, como se pode ver:



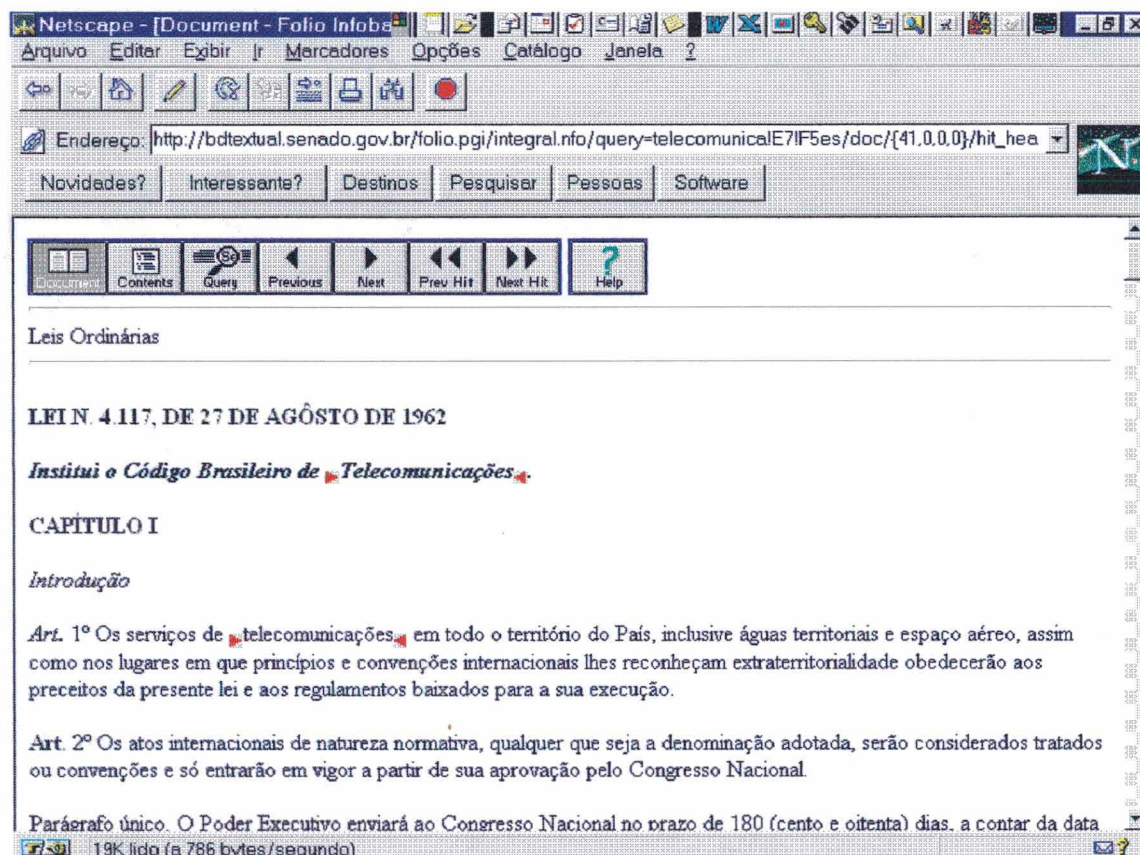
O item “*página de pesquisa*” permite a busca de textos por palavras, como é visto na figura que segue:



Na sequência, é apresentado um resultado com destaques:



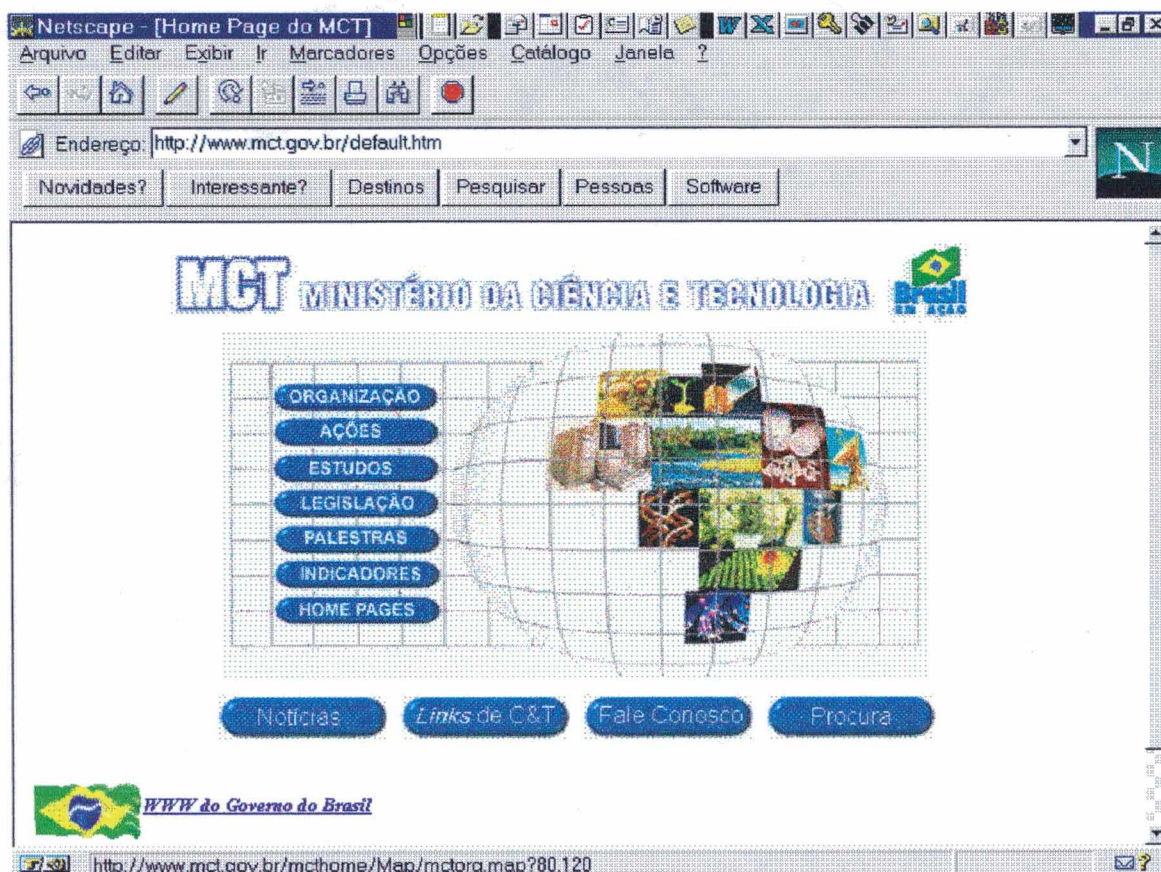
A partir deste primeiro resultado, é possível visualizar o texto integral, apresentado com a seguinte formatação:



2.2.2. Ministério da Ciência e Tecnologia

A sistemática adotada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia é um pouco diferente, e mais singela. Não há um mecanismo de busca de palavras ou números.

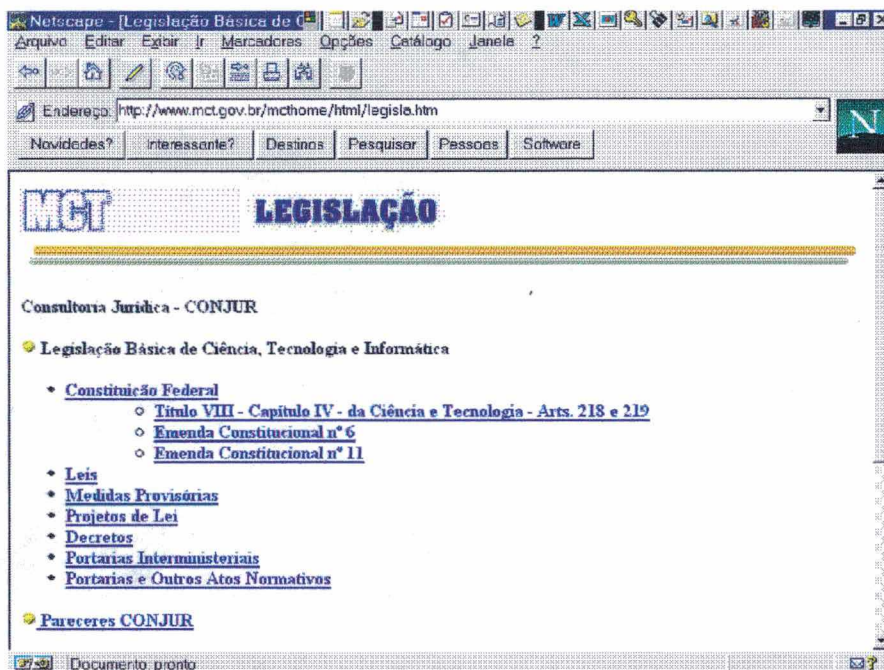
A legislação é acessada a partir da página central¹³:



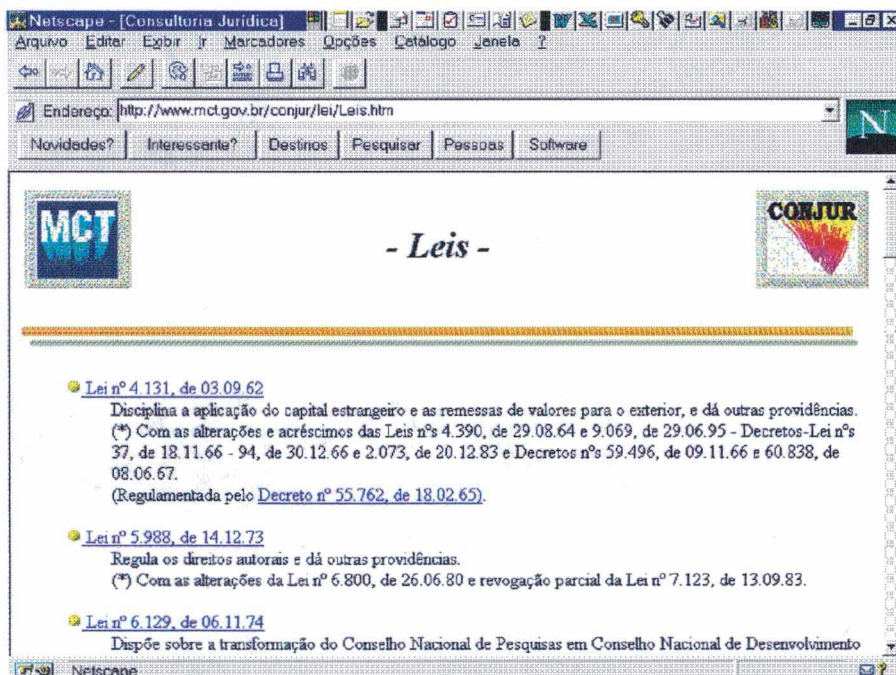
Ativando-se o item respectivo, é demonstrado um índice geral dos textos, no qual são apresentadas as espécies de norma, com a presença de leis, medidas provisórias, projetos de lei, decretos, portarias e outros atos normativos, além de pareceres da consultoria jurídica e do texto da Constituição Federal.

O índice pode ser visualizado na página de legislação:

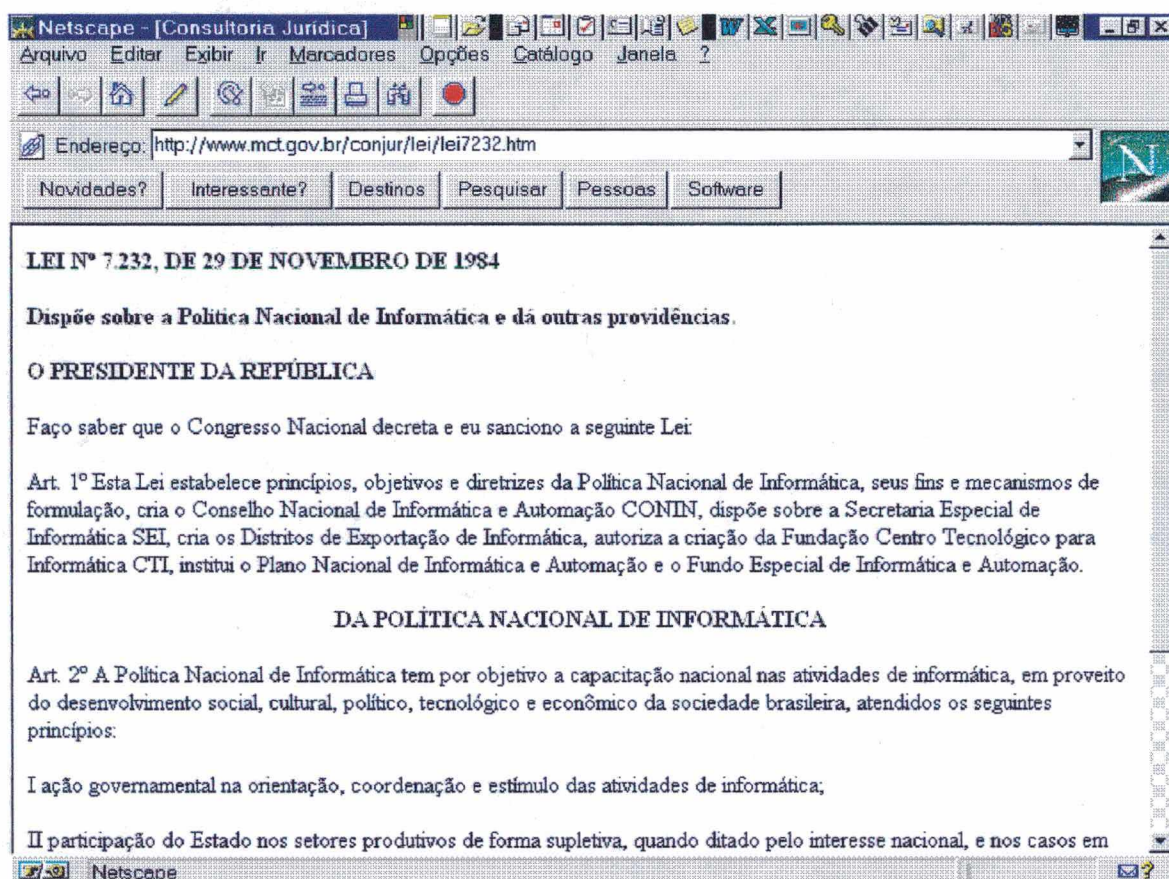
¹³ <http://www.mct.gov.br>, em 04.10.97, 13:00 h.



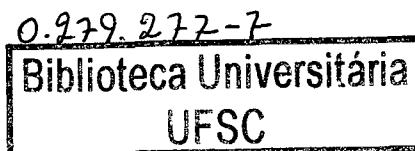
Ativando “Leis”, p. e., surge uma lista cronológica:



A partir dela, chega-se aos textos integrais, com respectiva data de publicação:



A pesquisa nas páginas do Senado Federal e do Ministério da Ciência e Tecnologia é livre e gratuita.



3. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS SOBRE TELEMÁTICA NO BRASIL.

Existe uma série de disposições constitucionais e legais sobre a telemática, no Brasil. Trata-se aqui de uma análise genérica, sem finalidade exegética ou hermenêutica, não constituindo uma avaliação valorativa, mas uma simples enumeração de dispositivos constitucionais e legais que tratem dos temas ligados à telemática, com o intuito de demonstrar que os dispositivos são realmente afetos ao objeto da pesquisa. Para tanto, faz-se necessário citar alguns artigos, apresentando concretamente seu vínculo com os temas em análise, como será visto, ou seja, a forma mais adequada de provar que um alegado dispositivo merece integrar o rol que segue é transcrever as disposições (ou algumas delas) que motivam sua inclusão.

3.1. Constituição Federal

Nossa Carta¹⁴ trata, em diversas passagens, dos temas em estudo, principalmente nos artigos a seguir relacionados, entre outros, nos seguintes termos:

Art. 5º, XII - *inviolabilidade de comunicações telefônicas e de dados*; art. 136, § 1º, I, c) - *restrições ao sigilo de comunicação telegráfica ou telefônica no estado de defesa*; art. 139, III - *restrições ao sigilo das comunicações, radiodifusão e televisão no estado de sítio*. Esses artigos serão analisados com maior profundidade - e transcritos - mais adiante.

Outros artigos são relevantes, como segue.

Artigo 21, disciplina a *exploração de serviços de telecomunicações*, com redação dada pela EC 8/95:

“Art. 21. Compete à União:

.....

XI - explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos

¹⁴ Constituição Federal do Brasil, promulgada em 05.10.1988.

serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;” (destacado do original).

Art. 22, IV, estabelece a *competência legislativa sobre informática e telecomunicações*, privativa da União:

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;” (destacado do original).

O artigo 48 define a *competência Congressual sobre telecomunicações*:

“Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

XII - telecomunicações e radiodifusão;” (destacado do original).

O art. 155, § 3º estabelece uma *exclusão de incidência tributária sobre operações relativas a serviços de telecomunicações:*

“Art. 155.

.....

§ 3º. À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do caput deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.” (destacado do original).

O art. 220, “caput”, diz respeito à *liberdade de manifestação da informação*, valendo lembrar a sua importância no que diz respeito, principalmente, à internet:

“Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.” (destacado do original).

A mesma observação vale para o § 5º. do mesmo artigo, o qual estipula a *vedação de monopólio ou oligopólio nos meios de comunicação social*:

“§ 5º. Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.”.

O art. 222 determina a *exclusividade nacional para a propriedade de empresa de radiodifusão sonora, de sons e de imagens*:

“Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de

radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.” (destacado do original).

Não há qualquer dúvida que o tema do artigo seja afeto às telecomunicações, mas ele permite a formulação de uma questão que pode ser feita desde já: a difusão de sons e imagens, possibilitada pela internet, juntamente com a transmissão de dados por ela realizada, enseja a incidência do dispositivo citado ? Tal questão envolve diversos outros dispositivos constitucionais, legais e infra-legais pátrios, acerca do tratamento da internet como veículo de comunicação, e a resposta definitiva ainda não está formulada pelo cenário jurídico nacional.

Inobstante, a mesma indagação paira sobre o artigo 223 da CF, que trata da *concessão, permissão e autorização para serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens*:

“Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado,

público e estatal.” (destacado do original).

Finalmente, o art. 66 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina a *manutenção das concessões de serviços públicos de telecomunicações então em vigor*:

“Art. 66. São mantidas as concessões de serviços públicos de telecomunicações atualmente em vigor, nos termos da lei.” (destacado do original).

3.2. Disposições legais

*Lei 4.117/62*¹⁵. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, estabelecendo preceitos para os serviços de telecomunicações no território nacional, águas e espaço aéreo. Tramita, atualmente, no Congresso Nacional, discussão sobre uma nova legislação sobre telecomunicações. No

¹⁵ De 27 de agosto de 1962. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1962, páginas 255 a 273

dispositivo aludido, merecem destaque os seguintes artigos:

“Art. 4º. Para os efeitos desta lei, constituem serviços de telecomunicações a transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético.

Telegrafia é o processo de telecomunicação destinado à transmissão de escritos, pelo uso de um código de sinais.

Telefonia é o processo de telecomunicação destinado à transmissão da palavra falada ou de sons.

§ 1º. Os termos não definidos nesta lei têm o significado estabelecido nos atos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional.” (destacado do original).

Tal artigo apresenta uma importante definição, qual seja, a

de *Telecomunicação*, através da definição de seus serviços. Através dela, não há dúvida, pode-se concluir que a internet integra os meios de telecomunicação, regendo-se pelas disposições a eles atinentes.

Os artigos 5º. e 6º. apresentam a classificação dos serviços de telecomunicações:

“Art. 5º. Quanto ao seu âmbito, os serviços de telecomunicações se classificam em:

a) serviço interior, estabelecido entre estações brasileiras, fixas ou móveis, dentro dos limites da jurisdição territorial da União;

b) serviço internacional, estabelecido entre estações brasileiras, fixas ou móveis, e estações estrangeiras, ou estações brasileiras móveis, que se achem fora dos limites da jurisdição territorial da União.

Art. 6º. Quanto aos fins a que se destinam, as telecomunicações assim se classificam:

a) serviço público, destinado ao uso do público em geral;

b) serviço público restrito, facultado ao uso dos passageiros dos navios, aeronaves, veículos em movimento ou ao uso do público em localidades ainda não atendidas por serviço público de telecomunicação;

c) serviço Limitado, executado por estações não abertas à correspondência pública e destinado ao uso de pessoas físicas ou jurídicas nacionais. Constituem serviço limitado entre outros:

1) o de segurança, regularidade, orientação e administração dos transportes em geral; 2) o de múltiplos destinos; 3) o serviço rural; 4) o serviço privado;

d) serviço de radiodifusão, destinado a ser recebido direta e livremente pelo público em geral, compreendendo radiodifusão sonora e televisão,

e) serviço de rádio-amador, destinado a treinamento próprio, intercomunicação e investigações técnicas,

levadas a efeito por amadores, devidamente autorizados, interessados na radiotécnica unicamente a título pessoal e que não visem a qualquer objetivo pecuniário ou comercial;

f) serviço especial, relativo a determinados serviços de Interesse geral, não abertos à correspondência pública e não incluídos nas definições das alíneas anteriores, entre os quais:

1) o de sinais horários; 2) o de frequência padrão; 3) o de boletins meteorológicos; 4) o que se destine a fins científicos ou experimentais; 5) o de música funcional; 6) o de Radiodeterminação.”.

Lei 5.250/67¹⁶. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informações. Em diversas passagens ela dispõe sobre mecanismos ligados às telecomunicações, como pode ser visto:

¹⁶ De 09 de fevereiro de 1967. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1967, páginas 310 a 326.

“Art. 1º. É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.” (destacado do original).

Não há qualquer dúvida sobre a aplicação desse artigo aos meios de telecomunicação em geral, o mesmo valendo para a internet, ou seja, apesar de não se poder admitir qualquer forma de censura na rede das redes (qualquer mesmo !), as pessoas são plenamente responsáveis pelos conteúdos veiculados, e há formas de identificação.

Não é outra a afirmação do artigo 12:

“Art. 12. Aqueles que, através dos meios de informação e divulgação, praticarem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação ficarão sujeitos às penas desta Lei e responderão pelos prejuízos que causarem.” (destacado do original).

A referida responsabilidade abrange também o direito de resposta, no artigo 29:

“Art. 29. Toda pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade pública, que acusado ou ofendido em publicação feita em jornal ou periódico, ou em transmissão de radiodifusão, ou a cujo respeito os meios de informação e divulgação veicularem fato inverídico ou errôneo, tem direito a resposta ou retificação”.

O mesmo se diga quanto aos danos morais e materiais:

“Art. 49. Aquele que no exercício da liberdade de manifestação de pensamento e de informação, com dolo ou culpa, viola direito, ou causa prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar:

I - os danos morais e materiais, nos casos previstos no

artigo 16, ns. II e IV, no artigo 18 e de calúnia, difamação ou injúrias;

II - os danos materiais, nos demais casos”.

*Lei 5.988/73*¹⁷. Regula os direitos autorais. Interessa ao estudo por duas razões básicas: pela literatura publicada na internet e pelos programas de computador em geral. A proteção dos programas de computador é regulada pelos direitos autorais, porém em lei específica, vista mais adiante, a qual faz referências expressas ao presente diploma. Porém, a fixação de diretrizes genéricas está presente na lei ora em destaque:

“Art. 1º. Esta lei regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e direitos que lhe são conexos”.

O artigo 2º. traz disposição relevante, segundo a qual, deduz-se, os direitos sobre os programas de computador são bens móveis:

¹⁷ De 14 de dezembro de 1973.

“Art 2º. Os direitos autorais reputam-se, para os efeitos legais, bens móveis”.

No artigo 4º. há referências a uma série de institutos afetos à telemática:

“Art 4º. Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - publicação - a comunicação da obra ao público, por qualquer forma ou processo;

II- transmissão ou emissão - a difusão, por meio de ondas radioelétricas, de sons, ou de sons e imagens;

III-;

IV - reprodução - a cópia de obra literária, científica ou artística bem como de fonograma,;

V - contrafação - a reprodução não autorizada;

VI-;

VII-;

VIII - videofonograma - a fixação de imagem e som em suporte material;" (destacado do original).

A *contrafação*, definida no item V, quando envolve programas de computador recebe o popular nome de *pirataria*, e tem tratamento específico na Lei 7.646/87, adiante analisada.

No âmbito da produção intelectual ligada aos programas de computador, existem obras as quais se constituem em uma soma de vários trabalhos independentes. A lei em análise dispôs sobre situação similar:

“Art. 7º. Protegem-se como obras intelectuais independentes, sem prejuízo dos direitos dos autores das partes que as constituem, as coletâneas ou as compilações, como seletas, compêndios, antologias, enciclopédias, dicionários, jornais, revistas, coletâneas de textos legais, de despachos, de decisões ou de pareceres administrativos, parlamentares ou judiciais, desde que, pelos critérios de seleção e organização, constituam criação intelectual”.

O artigo não trata especificamente do problema suscitado (programas compilados), mas demonstra uma preocupação com as obras dessa natureza. A aplicação analógica do dispositivo não pode ser realizada em face ao disposto no artigo 3º. do diploma legal em discussão. Mesmo assim, há uma ressalva a ser feita, no sentido de que há uma distinção entre a compilação de partes de programas (algoritmos, linhas de comando, lógicas de programação, etc) entre si, e a hibridação entre programa de computador e conhecimento especialista contido em obras literárias sobre outros assuntos que não a informática, especificamente protegidas. Uma interpretação presunçosa do artigo 7º. poderia ensejar o tratamento de uma obra literária autônoma como *parte* de outra obra maior, autorizando a inserção de outros conhecimentos em programas de computador além daqueles tipicamente ligados à informática, sob a justificativa de que fariam somente *parte* de um todo maior (ex: um dicionário embutido em um processador de textos).

Quanto às formas de identificação de autores, importantes quando se fala da internet e das obras nela disponíveis, existem disposições aplicáveis:

“Art. 12. Para identificar-se como autor, poderá o criador da obra intelectual usar de seu nome civil, completo ou

abreviado até por suas iniciais, de pseudônimo ou de qualquer sinal convencional.

Art. 13. Considera-se autor da obra intelectual, não havendo prova em contrário, aquele que, por uma das modalidades de identificação referidas no artigo anterior, tiver, em conformidade com o uso, indicada ou anunciada essa qualidade na sua utilização.

Parágrafo único. Na falta de indicação ou anúncio, presume-se autor da obra intelectual, aquele que a tiver utilizado publicamente.” (destacado do original).

Evidentemente que a disponibilização de uma obra pela internet configura tal situação.

Para finalizar, a lei em questão criou o Conselho Nacional dos Direitos Autorais, importante órgão na proteção dos programas de computador, como veremos mais adiante, estipulando-lhe funções:

“Art. 116. O Conselho Nacional de Direito Autoral é o órgão de fiscalização, consulta e assistência, no que diz respeito a direitos do autor e direitos que lhes são conexos”.

*Lei 7.232/84*¹⁸. Dispõe sobre a Política Nacional de Informática. Estabelece princípios, objetivos e diretrizes, além de criar o CONIN, Conselho Nacional de Informática e Automação, o CTI, Fundação Centro Tecnológico para Informática, instituindo, ainda, o Plano Nacional de Informática e Automação e o Fundo Especial de Informática e Automação. Além disso, no artigo 3º., define o que são atividades de informática.

Dispõe seu artigo 1º.:

“Art. 1º. Esta Lei estabelece princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Informática, seus fins e mecanismos de formulação, cria o Conselho Nacional de Informática e Automação - CONIN, dispõe sobre a

¹⁸ De 29 de outubro de 1984. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1984, páginas 534 a 543.

Secretaria Especial de Informática - SEI, cria os Distritos de Exportação de Informática, autoriza a criação da Fundação Centro Tecnológico para Informática - CTI, institui o Plano Nacional de Informática e Automação e o Fundo Especial de Informática e Automação”.

No artigo 3º. apresenta as definições de atividade de informática, como se vê:

“Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, consideram-se atividades de informática aquelas ligadas ao tratamento racional e automático da informação e, especificamente as de:

I - pesquisa, desenvolvimento, produção, importação e exportação de componentes eletrônicos a semicondutor, opto-eletrônicos bem como dos respectivos insumos de grau eletrônico;

II - pesquisa, importação, exportação, fabricação,

comercialização e operação de máquinas, equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital com funções técnicas de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, recuperação e apresentação da informação, seus respectivos insumos eletrônicos, partes, peças e suporte físico para operação;

III - importação, exportação, produção, operação e comercialização de programas para computadores e máquinas automáticas de tratamento da informação e respectiva documentação técnica associada (“software”);

IV - estruturação e exploração de bases de dados;

V - prestação de serviços técnicos de informática”.

Merecem destaque, ainda, alguns artigos que tratam de polpidos estímulos econômicos. O artigo 13 estabelece incentivos às empresas nacionais, especificando uma série de detalhes:

“Art. 13. Para a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e produção de bens e serviços de informática, que atendam aos propósitos fixados no artigo 1º., poderão ser concedidos às empresas nacionais os seguintes incentivos, em conjunto ou isoladamente:

I - isenção ou redução até 0 (zero) das alíquotas do Imposto sobre a Importação nos casos de importação, sem similar nacional:

a) de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, com respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas;

b) de componentes, produtos intermediários, matérias-primas, partes e peças e outros insumos;

II - isenção do Imposto sobre a Exportação, nos casos de exportação de bens homologados;

III - isenção ou redução até 0 (zero) das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados:

a) sobre os bens referenciados no item I, importados ou de produção nacional, assegurada aos fornecedores destes a manutenção do crédito tributário quanto às matérias-primas, produtos intermediários, partes e peças e outros insumos utilizados no processo de industrialização;

b) sobre os produtos finais homologados;

IV - isenção ou redução até O (zero) das alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, incidente sobre as operações de câmbio vinculadas ao pagamento do preço dos bens importados e dos contratos de transferência de tecnologia;

V - dedução até o dobro, como despesa operacional para o efeito de apuração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, dos gastos realizados em programas próprios ou de terceiros, previamente aprovados pelo Conselho Nacional de Informática e Automação, que tenham por objeto a pesquisa e o desenvolvimento de bens e serviços do setor de informática

ou a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de recursos humanos para as atividades de informática;

VI - depreciação acelerada dos bens destinados ao ativo fixo;

VII - prioridade nos financiamentos diretos concedidos por instituições financeiras federais, ou nos indiretos, através de repasse de fundos administrativos por aquelas instituições, para custeio dos Investimentos em ativo fixo, inclusive bens de origem externa sem similar nacional. ”
(destacado do original).

Já o artigo 14 fixa a possibilidade de benefícios, sob algumas condições, e seu parágrafo único permite incentivos:

“Art. 14. As empresas nacionais, que façam ou venham a fazer o processamento físico-químico de fabricação de componentes eletrônicos a semicondutor, opto-eletrônicos e assemelhados, bem como de seus insumos, envolvendo

técnicas como crescimento epitaxial, difusão, implantação iônica ou outras similares ou mais avançadas, poderá ser concedido, por decisão do Presidente da República, adicionalmente aos incentivos previstos no artigo anterior, o benefício da redução do lucro tributável, para efeito de Imposto sobre a Renda, de percentagem equivalente à que a receita bruta desses bens apresenta na receita total da empresa.

Parágrafo único. Paralelamente, como forma de incentivos, poderá ser atribuída às empresas usuárias dos insumos relacionados no 'caput' deste artigo, máxime de microeletrônica, a faculdade de efetuar a dedução em dobro de seu valor de aquisição, em seu lucro tributável."
(destacado do original).

O artigo 15 fixa um benefício específico, tendo em vista projetos de interesse nacional. Tal dispositivo reafirma o caráter estratégico das questões ligadas à telemática. Veja-se o texto:

*“Art. 15. Às empresas nacionais, que tenham projeto aprovado para o desenvolvimento do “software”, de relevante interesse para o sistema produtivo do País, poderá ser concedido o **benefício** da redução do lucro tributável, para efeito de Imposto sobre a Renda, em percentagem equivalente à que a receita bruta da comercialização desse “software” representar na receita total da empresa.” (destacado do original).*

Lei 7.646/87¹⁹. Dispõe quanto à proteção da propriedade intelectual sobre programas de computador e sua comercialização no Brasil. Conhecida como a “Lei de proteção do “software””, traz comandos diversificados, inclusive na esfera criminal. Possui regulamentação específica, adiante referida. No seu artigo 1º, dispõe sobre a produção e comercialização de programas de computador, definindo-o no parágrafo único:

“Art. 1º.- São livres, no País, a produção e a comercialização de programas de computador, de origem estrangeira ou nacional, assegurada integral proteção aos

¹⁹ De 18 de dezembro de 1987. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1987, páginas 904 a 912.

titulares dos respectivos direitos, nas condições estabelecidas em lei.

*Parágrafo único. **Programa de computador** é a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados.” (destacado do original).*

O artigo 2º. dispõe sobre o regime de proteção, nos moldes dos direitos autorais:

“Art. 2º.- O regime de proteção à propriedade intelectual de programas de computador é o disposto na Lei n. 5.988, de 14 de dezembro de 1973, com as modificações que esta Lei estabelece para atender as peculiaridades inerentes aos programas de computador”.

Para efeitos de proteção dos direitos autorais, não há obrigatoriedade do registro junto ao Conselho Nacional dos Direitos Autorais, conforme o artigo 3º, porém, para fins de comercialização, é obrigatório o registro junto à Secretaria Especial de Informática, como estabelecido no artigo 8º.:

“Art. 8.- Para a comercialização de que trata o artigo 1º, desta Lei, fica obrigatório o prévio cadastramento do programa ou conjunto de programas de computador, pela Secretaria Especial de Informática - SEI, que os classificará em diferentes categorias, conforme sejam desenvolvidos no País ou no exterior, em associação ou não entre empresas não nacionais e nacionais, definidas estas pelo artigo 12 da Lei n. 7.232, de 29 de outubro de 1984, e artigo 1º do Decreto-Lei n. 2.203 de 27 de dezembro de 1984”.

É difícil entender a razão pela qual um só registro não supra todas as finalidades. Medidas dessa ordem, burocratizantes e impositoras de

lentidão na chegada de produtos aos respectivos mercados, prejudicam o desenvolvimento do setor nacional, ou pior, fazem nascer uma realidade paralela à oficial, na qual esses tipos de registros e cadastramentos são desprezados.

O artigo 7º. determina os casos de exclusão de ruptura dos direitos assegurados pela lei:

“Art. 7º.- Não constituem ofensa ao direito de autor de programa de computador:

I - a reprodução de cópia legitimamente adquirida, desde que indispensável à utilização adequada do programa;

II - a citação parcial, para fins didáticos, desde que identificados o autor e o programa a que se refere;

III - a ocorrência de semelhança de programa a outro, preexistente, quando se der por força das características funcionais de sua aplicação, da observância de preceitos legais, regulamentares, ou de normas técnicas, ou de limitação de forma alternativa para a sua expressão;

IV - a integração de um programa, mantendo-se suas características essenciais, a um sistema aplicativo ou operacional, tecnicamente indispensável às necessidades do usuário, desde que para uso exclusivo de quem a promoveu”.

Já o artigo 10 estabelece algumas das disposições mais importantes da lei, quando fixa critérios de similaridade entre programas, da seguinte forma:

“Art. 10. Para os efeitos desta Lei, um programa de computador será considerado similar a outro, quando atender às seguintes condições:

a) ser funcionalmente equivalente, considerando que deve:

I- ser original e desenvolvido independentemente;

II- ter, substancialmente, as mesmas características de

desempenho, considerando o tipo de aplicação a que se destina;

III- operar em equipamento similar e em ambiente de processamento similar.

b) observar padrões nacionais estabelecidos, quando pertinentes;

c) (vetado);

d) executar, substancialmente, as mesmas funções, considerando o tipo de aplicação a que se destina e as características do mercado nacional”.

Também merece destaque o artigo 5º., o qual, embora guarde semelhança com um dispositivo similar da ““software” directive” da Comunidade Econômica Européia - adiante elencada -, é de juridicidade duvidosa, quando, em regra geral, retira do verdadeiro autor os direitos sobre a concepção do programa em razão da vigência de um contrato de trabalho, como se vê:

“Art. 5º. Salvo estipulação em contrário, pertencerão exclusivamente ao empregador ou contratante de serviços, os direitos relativos a programa de computador, desenvolvido e elaborado durante a vigência de contrato ou de vínculo estatutário, expressamente destinado à pesquisa e desenvolvimento, ou em que a atividade do empregado, servidor ou contratado de serviços seja prevista, ou ainda, que decorra da própria natureza dos encargos contratados.” (destacado do original).

Para finalizar, cabe a demonstração do artigo 35, o qual fixa a principal disposição criminal relativa à proteção dos programas, nos termos seguintes:

“Art. 35. Violar direitos de autor de programas de computador:

- Pena: Detenção, 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa”.

Embora a análise do tema seja da alçada dos especialistas nas matérias penais, pode-se tomar a liberdade de dizer que o *tipo de delito* em exame peca pela generalidade, isto é, não especifica pormenorizadamente as ações que constituem o crime, e, sabe-se, tipos genéricos não convivem bem com o perfil democrático conferido ao Direito Penal pátrio.

*Lei 8.137/90*²⁰. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. Além das disposições genéricas, aplicáveis a qualquer pessoa, como “formação de monopólio”, “provocação de oscilação de preços”, e “abuso do poder econômico”, a Lei citada traz um crime específico, praticado mediante “programa de processamento de dados” para a manipulação de informações fiscais, no art. 2º, V,

“Art. 2º. Constitui crime da mesma natureza:

.....

V - utilizar ou divulgar programa de processamento de

²⁰ De 27 de dezembro de 1990. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1990, páginas 1451 a 1456.

dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa”.

É de se registrar que, da forma como restou definido este delito, constitui crime a *simples utilização do programa* ali referido. Tal redação está mal formulada.

*Lei 8.248/91*²¹. Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, estabelecendo, ainda, benefícios fiscais para as empresas nacionais.

*Lei 8.977/95*²². Dispõe sobre o serviço de Tv a cabo, definindo-o como “*serviço de telecomunicações que consiste na distribuição de*

²¹ De 23 de outubro de 1991. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1991, páginas 695 a 698.

²² De 06 de janeiro de 1995. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1995, páginas 50 a 61.

sinais de vídeo e/ou áudio, a assinantes, mediante transporte por meios físicos”.

*Lei 9.279/96*²³. Regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Embora a polêmica sobre a forma de proteção jurídica do “*software*” tenha sido resolvida, no plano legislativo brasileiro, com a adoção das diretrizes do direito autoral, e não pelo sistema de patentes, existem três importantes questões envolvendo a telemática e o regime da propriedade industrial: 1. Há discussões sobre a utilização das marcas na internet; 2. O “*hardware*” é protegido pelo regime da propriedade industrial; 3. Os direitos autorais sobre o “*software*” somente estão garantidos após seu registro junto ao INPI, conforme será, nos termos da Resolução nº 57 do CND. Trata-se de uma situação curiosa, essa terceira, visto que um objeto protegido pelo direito autoral deva, para ser abrangido por esse, estar registrado junto ao órgão responsável pela tutela da propriedade industrial. Coisas de legislação brasileira.

Vejamos alguns dispositivos. O artigo 10 desautoriza a aplicação ao “*software*” dos conceitos de *invenção* e *modelo de utilidade*, fazendo com que as prescrições da lei não incidam sobre ele, como se vê:

“Art. 10. Não se considera invenção nem modelo de

²³ De 14 de Maio de 1996. Publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de 1996.

utilidade:

.....

V - programas de computador em si”;

No tocante à internet, existem algumas disposições relevantes no tocante às marcas e sinais, tendo em vista sua extrema *visualidade* - da internet - e a extrema facilidade de apropriação de imagens, sinais e símbolos através dela. Assim, importam algumas disposições relativas à proteção de tais institutos, como as do artigo 122:

“Art. 122. São suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais”.

E, tendo em vista as mesmas considerações, é possível se indagar se o crime tipificado no artigo 189 pode ser cometido através da internet:

“Art. 189. Comete crime contra registro de marca quem:

I - reproduz, sem autorização do titular, no todo ou em parte, marca registrada, ou imita-a de modo que possa induzir confusão ou

II - altera marca registrada de outrem já aposta em produto colocado no mercado.

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa”.

*Lei 9.295/96*²⁴. Dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização e sobre o órgão regulador, disciplinando as atividades de serviço móvel celular, serviço limitado e serviço de transporte de sinais de telecomunicações por satélite, bem como a utilização da rede pública de telecomunicações para prestação de serviço de valor adicionado, com a apresentação das três primeiras definições no artigo 2º.:

²⁴ De 19 de julho de 1996. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1996, páginas 1794 a 1796.

“Art.2º. Sujeitam-se à disciplina desta Lei os serviços de telecomunicações elencados no artigo 1º., observadas as seguintes definições:

§ 1º. Serviço Móvel Celular é o serviço de telecomunicações móvel terrestre, aberto à correspondência pública, que utiliza sistema de radiocomunicações com técnica celular, conforme definido na regulamentação, interconectado à rede pública de telecomunicações, e acessado por meio de terminais portáteis, transportáveis ou veiculares, de uso individual.

§ 2º. Serviço Limitado é o serviço de telecomunicações destinado ao uso próprio do executante ou à prestação a terceiros, desde que sejam estes uma mesma pessoa, ou grupo de pessoas naturais ou jurídicas, caracterizado pela realização de atividade específica.

§ 3º. Serviço de Transporte de Sinais de Telecomunicações por Satélites é o serviço de

telecomunicações que, mediante o uso de satélites, realiza a recepção, e emissão de sinais de telecomunicações, utilizando radiofrequências predeterminadas.” (destacado do original).

Lei 9.296/96²⁵: Regulamenta o inciso XII, parte final, do artigo 5º da Constituição Federal. Tal diploma, no plano legal, utiliza de forma inovadora a expressão “telemática” no parágrafo único do artigo 1º. Tal parágrafo é de constitucionalidade duvidosa, sendo objeto de questionamentos doutrinários e judiciais. Mais adiante, em capítulo próprio, será objeto de análise mais aprofundada.

3.3. Dispositivos alienígenas relevantes

Além do conjunto apresentado, existem duas outras referências, internacionais, que cabem no presente estudo:

²⁵ De 24 de julho de 1996. Publicada no Diário Oficial da União de 25 de julho de 1996.

““software” Directive”. A Diretiva 250/91 da Comunidade Econômica Européia²⁶, dispõe sobre a proteção jurídica dos programas de computador, e, entre outras orientações, trata, em seu artigo 4º., dos direitos de uso do programa por seu titular:

“ART. 4º. - Atos submetidos a restrições

Sob reserva dos artigos 5º. e 6º., os direitos exclusivos do titular no sentido do artigo 2º. comportam o direito de fazer e autorizar:

a) A reprodução permanente ou provisória de um programa, total ou parcialmente, por qualquer meio e sob qualquer forma. Quando a carga, a visualização, a execução, a transmissão ou o armazenamento de um programa requerem uma tal reprodução do programa, esses atos de reprodução serão submetidos à autorização do titular do direito.

b) A tradução, adaptação, arranjo e qualquer outra

²⁶ De 14 de maio de 1991.

transformação de um programa e a reprodução do programa que disso resulta sem prejuízo dos direitos da pessoa que transforma o programa.

c) Qualquer forma de distribuição, inclusive a locação ao público, do original ou de cópias de um programa. A primeira venda de uma cópia de um programa na Comunidade pelo titular do direito ou com o seu consentimento esgota o direito de distribuição dessa cópia na Comunidade, com exceção do direito de controlar locações posteriores do programa ou de uma cópia do mesmo”.

*Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Organização das Nações Unidas*²⁷. O artigo XXVII traz duas disposições pertinentes: “1”- principia a necessidade da distribuição do progresso científico e seus benefícios; “2”- recomenda o direito de proteção dos interesses morais e materiais decorrentes da produção científica, como se vê:

²⁷ Aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas a 10 de dezembro de 1948.

“Artigo XXVII

1. Todo homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

2. Todo homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor”.

4. DISPOSIÇÕES INFRA-LEGAIS SOBRE TELEMÁTICA NO BRASIL

É sabido que muitas questões jurídicas acabam por se resolver diante de atos normativos inferiores à Constituição e às Leis. É sabido, também, que muitos desse atos não materializam o respeito que aquelas merecem.

Inobstante, é necessário mergulhar no universo da infra-legalidade. Para tanto, serão arroladas agora disposições infra-legais sobre o tema central, com apresentação inicial de decretos e, após, das resoluções e portarias de vários órgãos que importam a ele.

4.1. Decretos

*Decreto 52.026/63*²⁸. Aprova o Regulamento Geral para a

²⁸ De 20 de maio de 1963. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1963, páginas

execução do Código Brasileiro de Telecomunicações. Esse decreto sofreu substancial modificação pela edição de outro, de número 97.057/88, adiante analisado. Foram integralmente alterados os títulos I, II e III. Os demais termos do dispositivo foram os responsáveis pela então regulamentação do Conselho Nacional de Telecomunicações - Contel - do qual faz parte o Departamento Nacional de Telecomunicações - Dentel -.

O artigo 41 estabelece modalidades dos serviços de telecomunicações:

“Art. 41. Constituem modalidades dos serviços de telecomunicações.

- a) Serviço de Telefonia Público (Interior ou Internacional);*
- b) Serviço de Telegrafia Público (Interior ou Internacional);*
- c) Serviço Público Restrito (Interior ou Internacional);*
- d) Serviços Especiais;*
- e) Serviço Limitado Interior;*
- f) Serviço de Radiodifusão;*

g) Serviço de Radioamador”.

O artigo tem relação direta com os artigos 5º. e 6º. da Lei 4.117/62.

*Decreto 52.286/63*²⁹. Institui normas de regulamentação das atividades das estações de rádio e televisão no Brasil, definindo, entre outras coisas, as programações de rádio e Tv.

*Decreto-lei 236/67*³⁰. Pretende modificar e complementar a Lei 4.117/62. A fato de constar um decreto-lei no rol ora elaborado reaviva uma discussão presente no cenário jurídico nacional sobre a validade de tal mecanismo, bem como sobre sua ontologia. Embora a ele tenha sido dado um tradicional tratamento de lei, não por técnica jurídica, mas pela força de um regime autoritário então vigente, ele não é uma lei, e não deve ser colocado ao lado das leis, eis que sua origem aponta para o poder executivo, da mesma forma que os decretos.

²⁹ De 23 de julho de 1963. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1963, páginas 740 a 759.

³⁰ De 28 de fevereiro de 1967. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1967, páginas 553 a 559.

Independente das prescrições de ordem formal que o cercam, sua posição mais adequada é entre os decretos.

*Decreto 92.187/85*³¹. Aprova o Regulamento para a concessão dos incentivos fiscais de que tratam os artigos 13 a 15 da Lei 7.232/84. Existem diversas formas de incentivo, para diversas atividades ligadas ao tema tratado pelo decreto. No tocante ao desenvolvimento de ““software”” considerado importante para o País, existe uma disposição contida no artigo 6º.:

“Art. 6º. As empresas nacionais, que tenham projeto aprovado pela SEI e pelo CONIN, para o desenvolvimento de ““software”” de relevante interesse para o sistema produtivo do País e que tenham entre seus objetivos sociais a sua produção e comercialização, bem assim de serviços técnicos de informática, poderão receber o incentivo previsto no artigo 15 da Lei n. 7.232, de 29 de outubro de 1984.

³¹ De 20 de dezembro de 1985. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1985, páginas 1080 a 1085.

§ 1º. O incentivo a que se refere este artigo será aplicado a “software”, (programas de computador) destinados a operar, preferencialmente, em equipamentos produzidos por empresas nacionais.

§ 2.º Os custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de “software”, desenvolvido no País por empresas nacionais, registrado na Secretaria Especial de Informática - SEI, poderão ser autorizados em prazo não inferior a 3 (três) anos, aplicando-se, nos demais casos, o prazo mínimo de que trata a Instrução Normativa n. 4, de 30 de janeiro de 1985, da Secretaria da Receita Federal - SRF”.

Decreto 95.744/88³². Aprova o regulamento do Serviço Especial de Televisão por assinatura - TVA. Tal serviço obedece às disposições referentes à legislação de telecomunicações, como se verifica em seu artigo 1º. (do regulamento):

³² De 23 de fevereiro de 1988. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1988, páginas 145 a 152

“Art. 1º. O Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, obedecerá aos preceitos da legislação de telecomunicações, aos deste Regulamento e às normas que vierem a ser baixadas pelo Ministério das Comunicações”.

Decreto 96.036/88³³. Regulamenta a Lei 7.646/87. O artigo

2º. reafirma o conceito de programa de computador:

“Art. 2º. Programa de computador é a expressão de um conjunto organizado de instruções, em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados”.

³³ De 12 de maio de 1988. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1988, páginas 284 a 291.

Mais adiante, fixa critérios para a avaliação da similaridade entre programas, regulamentando especificamente o artigo 10 da citada Lei 7.646, no parágrafo único do seu artigo 3º.:

“Parágrafo único. Na análise da similaridade de que trata este artigo, observar-se-ão o tipo de aplicação, as condições do mercado nacional e a semelhança de ambiente de processamento, consideradas, ainda, as seguintes definições:

a) ‘ter substancialmente as mesmas características de desempenho, considerando o tipo de aplicação a que se destina’ significa que, na aferição de parâmetros relevantes, o programa desenvolvido por empresa nacional deverá produzir essencialmente o mesmo efeito obtido pelo programa em relação ao qual se está avaliando a similaridade;

b) por ‘parâmetros relevantes’, inclusive os numericamente mensuráveis, compreendem-se os requisitos de memória,

de tempo de processamento e capacidade de transação entre usuários e sistemas;

c) 'operar em equipamento similar e em ambiente de processamento similar' significa que o programa desenvolvido por empresa nacional é compatível com equipamentos, instrumentos, dispositivos periféricos e sistemas operacionais comercializados no País, com os quais o outro programa, objeto de comparação, seja compatível, devendo, ainda, permitir o acesso aos recursos existentes nos equipamentos, instrumentos, dispositivos periféricos e sistema operacional, comercializados no País, a que o outro programa, objeto da comparação, permita;

d) 'executar, substancialmente, as mesmas funções' significa apresentar saídas equivalentes para um determinado conjunto de dados de entrada, atendidas as especificações do programa de computador acessíveis ao público”.

O artigo 12 cria o cadastro da Secretaria Especial de

Informática:

“Art. 12. Fica Instituído, na SEI, cadastro de programas de computador destinados à comercialização no País, sob qualquer título ou forma”.

E o artigo 13 especifica as categorias possíveis de programas, como segue:

“Art. 13. Os programas de computador serão cadastrados em 6 (seis) categorias:

I - categoria 1: os desenvolvidos no País, por pessoas naturais aqui residentes e domiciliadas, ou por empresas nacionais;

II - categoria 2: os desenvolvidos por cooperação entre empresa nacional e não nacional, com projeto aprovado pela SEI;

III - categoria 3: os desenvolvidos por empresa não nacional, cuja tecnologia e direitos de comercialização no País tenham sido transferidos a empresas nacionais, consoante ato ou contrato apropriado, averbado no INPI;

IV - categoria 4: os desenvolvidos no País, por empresa não nacional;

V - categoria 5: os desenvolvidos por empresa não nacional, cujos direitos de comercialização, no País, tenham sido concedidos a empresas nacionais;

VI - categoria 6: os que não se enquadrarem nas categorias anteriores”.

Decreto 97.057/88³⁴. Aprova nova redação para o Regulamento Geral da Lei 4.117, revogando os títulos I, II e III do regulamento

³⁴ De 10 de novembro de 1988. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1988, páginas 964 a 978.

anterior, aprovado pelo Decreto 52.026/63, o qual passa a ter uma nova redação parcial. Estabelece 164 definições específicas, entre elas “videografia”, “videotexto”, “teledifusão”, “telecomunicação digital”, “rede dedicada”, “programa”, “dados”, “máquina” e diversas espécies de serviços de telecomunicações, entre outras. Verifica-se nesse texto uma nítida aproximação entre as definições próprias da informática e as das telecomunicações, ainda que de forma tímida, como vemos nas definições do artigo 6º., na ordem acima enumerada:

“Art. 6º. Para os efeitos deste Regulamento Geral, dos Regulamentos Específicos e das normas complementares, os termos adiante enumerados têm os significados que se seguem:

.....

163º. - Videografia: forma de telecomunicação caracterizada pela transmissão de informação de modo a permitir ao usuário sua seleção para apresentação sob terras gráfica (textos escritos, imagens fixas) em tela optoeletrônica;

.....

164º. - Videotexto: videografia interativa onde o usuário de equipamento terminal se utiliza da estrutura de uma rede de telecomunicações para obter respostas gráficas a consultas específicas, ou armazenar remotamente a informação.

.....

144º.- Teledifusão: forma de telecomunicação unilateral caracterizada pela transmissão de informação para grande número de destinatários atingidos per circuitos físicos ou radioelétricos;

.....

142º.- Telecomunicação Digital: telecomunicação de informação codificada com o uso de técnica digital;

.....

73º. - **Rede Dedicada**: rede ou parte de rede destinada à exploração de qualquer modalidade de serviço limitado ou serviço especial de telecomunicações;

.....

62º. - **Programa**: expressão de um conjunto organizado de instruções destinadas à execução de procedimentos predeterminados;

.....

23º. - **Dado**: informação sistematizada, codificada eletronicamente, especialmente destinada a processamento por computador e demais máquinas de tratamento racional e automático da informação;

.....

48º. - **Máquina**: equipamento ou dispositivo baseado na tecnologia mecânica ou combinações desta com as tecnologias elétrica ou eletrônica;" (destacado do original).

Decreto 177/91³⁵. Aprova o regulamento dos serviços limitados de telecomunicações, definido como “*modalidade de serviço de telecomunicações, não aberto à correspondência pública e destinado ao uso de pessoas físicas ou jurídicas nacionais*” e serviço de telecomunicações, por sua vez, é a “*transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informação de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético*”, nos termos do artigo 3º, incisos XXIV e XX, respectivamente. O artigo terceiro contém trinta e cinco definições como essas.

Decreto 574/92³⁶. Regulamenta o artigo 7º da Lei 8.248/91, o qual dispõe sobre dedução do imposto sobre a renda para subscrição de ações novas de empresas brasileiras de capital nacional, produtoras de bens e serviços de informática.

³⁵ De 17 de julho de 1991. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1991, páginas 396 a 404.

³⁶ De 23 de junho de 1992. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1992, páginas 364 a 366.

*Decreto 1.589/95*³⁷. Adota tarifa especial, prevista no artigo 104 da Lei 4.117/62, nos acessos à internet, por linha dedicada, de instituições de ensino e de cultura, e de institutos de pesquisa científica e tecnológica, para utilização estritamente acadêmica.

4.2. Portarias e resoluções

*Resolução nº 01/86 do CONIN*³⁸. Dispõe sobre normas e critérios para contratos de comunicação de programas de computador, onde define “Programa de Computador”, no artigo 2º, II, entre outras disposições:

“Art. 2º. Para efeitos desta Resolução, entende-se por:

I - Contrato de Comunicação de Programa de Computador, o acordo de vontades que tem por objeto a

³⁷ De 10 de agosto de 1995. Texto integral publicado na LEX-Legislação Federal de 1995, página 1482.

³⁸ De 26 de agosto de 1986. Texto integral publicado na LEX-Marginália de 1986, páginas 2084 a 2088.

comercialização, pelo distribuidor, de programas de computador, bem assim a prestação dos serviços complementares de instalação, manutenção e suporte técnico.

II - Programa de Computador, o conjunto organizado de instruções, expressas em linguagem natural ou artificial, contido em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário no controle dos estados de máquinas, equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções técnicas de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, recuperação e apresentação da informação, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados.” (destacado do original).

Resolução nº 02/86 do CONIN³⁹. Cria o cadastro de programas de computador da Secretaria Especial de Informática da Presidência da República. Tal cadastro destina-se a conter o registro dos programas destinados à comercialização em território nacional, sob qualquer título ou forma, nos seguintes

³⁹ De 26 de agosto de 1986. Texto integral publicado na LEX-Marginália de 1986, páginas 2092 a 2095.

termos:

“Art. 1º.- Fica instituído, na Secretaria Especial de Informática - SEI, o Cadastro de Programas de Computador, destinados à comercialização no País sob qualquer título ou forma”.

E apresenta, no § 1º., uma definição de programa de computador:

“§ 1º.- Para os efeitos desta Resolução considera-se:

I - Programa de Computador, o conjunto organizado de instruções, expressas em linguagem natural ou artificial, contido em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário no controle dos estados de máquinas, equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções técnicas de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, recuperação e apresentação

da informação, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados;” (destacado do original).

E o artigo 2º. apresenta as categorias de programas:

“Art. 2º.- Os programas de computador serão cadastrados em 5 (cinco) categorias, assim distinguidas:

I - Categoria 1: os comprovadamente desenvolvidos no País, por pessoas naturais aqui residentes e domiciliadas, ou por empresas nacionais;

II - Categoria 2: os desenvolvidos no exterior, cuja documentação interna e direitos de exploração econômica no País tenham sido transferidos a empresas nacionais, consoante ato ou contrato apropriado, aprovado pelos órgãos competentes;

III - Categoria 3: os desenvolvidos no exterior, cujos direitos de exploração econômica no País tenham sido

transferidos a empresas nacionais, consoante ato ou contrato apropriado aprovado pelos órgãos competentes;

IV - Categoria 4: os comprovadamente desenvolvidos no País por empresas que não se revistam da qualidade de empresa nacional, consoante projetos de desenvolvimento aprovados pela Secretaria Especial de Informática - SEI;

V - Categoria 5: os desenvolvidos no exterior, cujos direitos de exploração econômica no País sejam detidos por empresas que não se revistam da qualidade de empresa nacional”.

Resolução nº 26/86 do CONIN⁴⁰, aprovada pelo Decreto

93.285/86. Regulamenta o artigo 23 da Lei 7232/84, o qual obriga os produtores de seus bens e serviços a garantir a qualidade de seus produtos. Define o que seja “interface”, “produto-base” e “produto conexo”, entre outros temas, no artigo 1º., como pode ser visto:

⁴⁰ De 26 de agosto de 1986. Texto integral publicado na LEX-Marginália de 1986, páginas 2095 a 2101.

“Art. 1º.- Para os fins de aplicação desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:

a) Setor de Informática - o segmento que engloba as atividades definidas no artigo 3º. da Lei n. 7.232, de 29 de outubro de 1984;

h) Produto de Informática - qualquer bem do setor de informática, nacional ou importado, incluindo, entre outros, máquinas, equipamentos, subsistemas, instrumentos ou dispositivos, que realize uma ou algumas das funções previstas no item II, do artigo 3º., da Lei n. 7.232, de 29 de outubro de 1984;

c) Produto-Base - o produto de informática, destinado à comercialização no mercado interno, sobre o qual incida pedido de informações técnicas para interligação, conexão ou prestação de serviços de manutenção;

d) Fornecedor - o fabricante, produtor, importador,

locador, vendedor ou mantenedor de produto-base, e seus sucessores;

e) Interface - a conexão lógica e/ou física entre 2 (dois) ou mais produtos de informática, de sorte a permitir sua ação conjunta adequada;

f) Informações Técnicas para Interligação ou Conexão - o conjunto de informações sobre características físicas e/ou lógicas, que descreva os sinais e mensagens transmitidos e recebidos na interface;

g) Caracterização Funcional do Produto - o conjunto de informações operacionais que permita ao usuário conhecer o comportamento global do produto de informática e de suas unidades e elementos principais, bem como as principais características técnicas de suas interfaces;

h) Produto Conexo - o produto de informática que se interliga com produto-base, através de uma interface;

i) Serviço de Manutenção Técnica Prestado por Terceiros -

aquele realizado por outro que não o fornecedor do produto de informática, inclusive o usuário em seu próprio benefício;

j) Interessado - todo aquele que solicita informações técnicas para interligação ou conexão, nos termos desta regulamentação, observando-se ademais”:

Resolução nº 57 do Conselho Nacional dos Direitos Autorais⁴¹. Designa órgão para o registro de programa de computador e especifica normas que regulamentam os procedimentos de registro. O INPI é eleito como o órgão apto ao registro do programa, para fins de proteção de direitos autorais. São duas situações distintas: 1. Registro do cadastro de programas de computador da SEI para fins de comercialização; 2. Registro no INPI para fins de segurança dos direitos autorais, como está especificado no artigo 1º. da aludida resolução:

“Art. 1º. O autor de programa de computador, para segurança de seus direitos, poderá registrá-lo no Instituto

⁴¹ De 06 de julho de 1988. Texto integral publicado na LEX-Marginália de 1988, páginas 999 e 1000.

Nacional de Propriedade Industrial - INPI”.

Portaria 119/95 do Ministério das Comunicações⁴².

Dispõe sobre a proposta de regulamentação do serviço de Tv a cabo a que se refere a Lei 8.977/95.

Portaria 148/95 do Ministério das Comunicações⁴³.

Aprova a Norma 004/95. Trata do uso de meios da rede pública de telecomunicações para acesso à internet, para o provimento e utilização de serviços de conexão à grande rede, definindo-a nos seguintes termos:

"3. DEFINIÇÕES

Para fins desta Norma são adotadas as definições contidas no Regulamento Geral para a execução da Lei n. 4.117, aprovado pelo Decreto n. 52.026, de 20 de maio de 1963, alterado pelo Decreto n. 97.057, de 10 de novembro de

⁴² De 13 de abril de 1995. Texto integral publicado na LEX-Marginália de 1995, páginas 1127 a 1138.

⁴³ De 31 de maio de 1995.

1988, e ainda as seguintes:

a) **Internet**: nome genérico que designa o conjunto de redes, os meios de transmissão e comutação, roteadores, equipamentos e protocolos necessários à comunicação entre computadores, bem como o "software" e os dados contidos nestes computadores;".

Portaria 27/96 do Ministério das Comunicações⁴⁴. Aprova o regulamento técnico n. 1/96, sobre características mínimas de radiação de antenas de estações terrenas para comunicação via satélite. Apresenta, no item "3" do regulamento técnico, dezessete definições técnicas, como "diagrama de radiação", "lóbulo principal", "razão axial" e outras.

Portaria interministerial 166/96, dos Ministérios da Educação e Desporto, da Cultura, das Comunicações, e da Ciência e Tecnologia⁴⁵. Estabelece normas para pleitear o benefício da tarifa especial para aplicação aos serviços por linha dedicada, nos acessos à internet.

⁴⁴ De 21 de fevereiro de 1996. Texto integral publicado na LEX-Marginália de 1996, página 467.

⁴⁵ De 29 de abril de 1996. Texto integral publicado na LEX-Marginália de 1996, páginas 1181 a 1182.

*Portaria interministerial 195/96, dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e das Comunicações*⁴⁶. Estabelece normas para pleitear a qualificação com vistas à obtenção da tarifa especial para aplicação aos serviços por linha dedicada, nos acessos à internet.

⁴⁶ De 23 de maio de 1996. Texto integral publicado na LEX-Marginália de 1996, página 1435.

5. A TELEMÁTICA NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Temas ligados à telemática têm sido objeto de análise por alguns tribunais pátrios, envolvendo “*software*”, foto de satélite, direitos autorais e outros, como será visto nas ementas que seguem. Nos casos em que os fundamentos decisórios possuem bons elementos de alimentação do estudo em curso, transcreve-se partes da íntegra de acórdãos, sempre através das razões adotadas pelo voto vencedor no julgamento. Os textos integrais dos acórdãos foram obtidos junto às respectivas secretarias, mediante solicitação por ofício.

Os casos selecionados para integrar o texto são do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, Tribunal da Alçada do Paraná, Tribunal da Justiça do Mato Grosso do Sul e Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e foram inseridos na pesquisa em função das matérias das quais trataram, critério que serve também para apresentá-los, na ordem que segue.

5.1. Decisões ligadas à informática

“software” x “hardware”. O caso a seguir apontado abordou a distinção entre o tratamento jurídico que ambos recebem, em regimes diferenciados:

“CRIME CONTRA A PROPRIEDADE INDUSTRIAL - “hardware” e “software” - Proteção jurídica de um e de outro por ramo distinto do direito privado - Entendimento - Proteção constitucional.

“hardware” e “software” não se confundem no campo jurídico. *“hardware” está em âmbito do Direito de Propriedade Industrial. “software” está em âmbito do Direito Autoral. Não se confunde, pois, “software” com o correspondente suporte (disquete, fita cassete, ou chip), que se constitui em seu corpo mecânico (assim como disco e o suporte da música, esta obra intelectual protegida). Programa e disquete não se confundem, não dando ensejo a crime de violação de marca de indústria ou comércio e de concorrência desleal. - Genericamente a propriedade de marca está protegida pela Constituição da República (art.*

5º, XXIX). Porém, essa proteção não é ilimitada, visto que incide somente na classe correspondente à atividade, conforme o disposto no art. 53, caput, do Código de Propriedade Industrial. A lei leva em conta o gênero de comércio ou indústria, sem cogitar de identidade ou semelhança, entre os produtos ou artigo, mas da identidade ou da afinidade dos ramos de negócio.”⁴⁷
(destacado do original).

No texto do acórdão, destaca-se a seguinte passagem:

“Logo, a Apelante investiu contra texto expresso de lei e ainda, o que é pior, denominou os disquetes de “software” quando eles são um corpo mecânico para armazenar dados do computador, ou seja, fazem parte dos componente denominados “hardware”.”

Cometeu, assim, erro grosseiro, já que o programa ou

⁴⁷ Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo. Apelação 669.353/2, julgada em 28.08.91, publicada na RJDTACRIM, volume 12, página 69. Relator: Penteado Navarro

sistema é uma manifestação intelectual usada no funcionamento do computador ou máquina.

No campo jurídico, a diferença entre o “hardware” e o “software” é tão distante que o primeiro está no âmbito de incidência do Direito de Propriedade Industrial, enquanto que o segundo pertence ao Direito Autoral.” (destacado do original).

E, mais adiante:

“Demais, em recente acórdão do egrégio Tribunal de Justiça (Apelação Cível n.º 126.690-1), tomado por unanimidade de votos, esta relatoria fez a seguinte citação: o “software” - que é gravado em disquete, fita cassete ou chip (pastilha) - representa um conjunto de instruções estruturado em códigos e edificado em linguagem própria que possibilita à máquina (computador) realizar suas finalidades (arquivo de textos, edição, operação de cálculos, gráficos etc.) ... não se confunde, pois,

““software”” com o correspondente suporte (disquete, fita cassete ou chip), que se constitui em seu corpo mecânico (assim como disco é o suporte da musica, esta, a obra intelectual protegida)’...”.

“software”: produto ou serviço ? Veja-se três casos nos quais ocorreram interpretações diversas da natureza do *““software””*, para efeitos de tributação:

a).

“MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO. TRIBUTÁRIO. “SOFTWARE”. PROGRAMAS DE COMPUTADOR. TRIBUTAÇÃO PELO ISS OU PELO ICMS. ATIVIDADE INTELECTUAL OU MERCADORIA. DISTINÇÃO. INVIABILIDADE NA VIA ESTREITA DO MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. OS PROGRAMAS DE COMPUTAÇÃO, FEITOS POR EMPRESAS EM LARGA ESCALA E DE MANEIRA UNIFORME, SÃO MERCADORIAS, DE LIVRE COMERCIALIZAÇÃO NO MERCADO, PASSÍVEIS DE

INCIDÊNCIA DO ICMS. JÁ OS PROGRAMAS ELABORADOS ESPECIALMENTE PARA CERTO USUÁRIO, EXPRIMEM VERDADEIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SUJEITA AO ISS. CUMPRE DISTINGUIR AS SITUAÇÕES, PARA EFEITO DE TRIBUTAÇÃO, AFERINDO-SE A ATIVIDADE DA EMPRESA. NÃO, PORÉM, ATRAVÉS DE MANDADO DE SEGURANÇA, AINDA MAIS DE CARÁTER PREVENTIVO, OBSTANDO QUALQUER AUTUAÇÃO FUTURA.”⁴⁸

“A legislação de regência - Lei n. 7.646, de 18.12.87 - define o programa de computador como ‘a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos, periféricos, baseados em

⁴⁸ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RIP:00032553. DECISÃO:04.03.1996. PROCESSO: ROMS. NUM:0005934. ANO:95. UF:RJ. TURMA:02. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FONTE:DJ DATA:01.04.1996. PG:09892. RELATOR: MINISTRO HÉLIO MOSIMANN. DECISÃO: POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO.

técnica digital, para fazê-los funcionar de modo e fim determinados' - artigo 1º., parágrafo único.

Assim, equiparados foram os sistemas de computação - Programas - com a expressão de uma atividade intelectual, pelo que configurado bem imaterial e não mercadoria (Resp n. 39.457-O/SP, Rel. Min. Gomes de Barros), estabelecendo-se, destarte, a incidência do ISS e não do ICMS”.

O raciocínio está melhor explicitado no texto do voto vencedor, o relator, que assim se expressou:

“Ocorre, no entanto, que a atividade intelectual existe apenas na fabricação do “software”, pois no momento em que o usuário opera com estes Programas, ele não está utilizando um serviço, mas sim uma mercadoria, que foi como todas as outras, elaborada a partir de idéias, produzidas industrialmente e postas à venda no mercado.

Desta forma, certo é que o programador presta serviços ao empresário que produz “software” e não ao usuário.

É bem de ver, outrossim, que há diferenciações entre os programas. Há aquele feito em massa, para ser utilizado por vários usuários indistintamente e nos limites de suas especificações (Windows, OS/2, Word ...), como também o feito por encomenda, visando matérias específicas para determinado usuário (programa de estoque de livros oceanográficos ...).

Assim, os programas de massa (aplicativos), feitos por empresas em larga escala e de maneira uniforme são, a toda evidência, mercadorias, de livre comercialização no mercado, logo passíveis de tributação pelo ICMS.

Já os programas feitos especialmente para certo usuário exprimem verdadeira prestação de serviços, incidindo, portanto, o Imposto Sobre Serviços - ISS.” (sic)

A posição do segundo exemplo é diversa:

b).

“TRIBUTÁRIO - ISS - PROGRAMAS DE COMPUTADOR - LEI 7.649, ART. 27 - DECRETO-LEI 406.68, LISTA DE SERVIÇOS - ITEM 24. 1. OS SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO, CONSTITUÍDOS DE PROGRAMAS, EXPRIMEM O RESULTADO DE ATIVIDADE INTELECTUAL, DE SORTE QUE CONFIGURAM BEM IMATERIAL E NÃO MERCADORIA, A AFASTAR A HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA DO ICMS. 2. A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DE PROGRAMA DE COMPUTADOR, MEDIANTE CONTRATOS DE LICENÇA OU DE CESSÃO, SUJEITA-SE À COBRANÇA DO ISS (ITEM 24, DA LISTA DE SERVIÇOS, ANEXA AO DECRETO-LEI 406.68). 3. RECURSO DESPROVIDO.”⁴⁹

⁴⁹ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RIP:00027803. DECISÃO:13.08.1994. PROCESSO: RESP. NUM:0039457. ANO:93. UF:SP. TURMA:01. RECURSO ESPECIAL. FONTE: DJ. DATA:05.09.1994. PG:23040. RELATOR: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS. DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Apesar de prolatada pela mesma fonte judiciária, o Superior Tribunal de Justiça, esta segunda decisão vai em sentido diverso do escolhido na primeira, com fulcro nos seguintes argumentos, colhidos no bojo do voto do relator, vencedor:

“Como bem assinalou o acórdão recorrido, “software” é o conjunto de operações e procedimentos que permitem o processamento de dados no computador e comandam o seu funcionamento, segundo os objetivos do usuário’ (fls. 699), distinguindo-se, portanto, do suporte físico do equipamento.

Com efeito, os sistemas de computação, constituídos de programas, exprimem o resultado de atividade intelectual, de sorte que configuram bem imaterial e não mercadoria, a afastar a hipótese de incidência do ICMS.

Desse modo, a exploração econômica de programas de computador mediante contratos de licença ou de cessão, de que trata o art. 27 da Lei 7.646/87, dada a sua natureza jurídica de prestação de serviço, sujeita-se à cobrança do

ISS, nos termos do item 24, da Lista de Serviços, Anexa ao Decreto-Lei 406/68, que prevê:

'24 - Análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza.'

Nego provimento ao recurso''.

No mesmo sentido, contrariando o primeiro julgado, caminha o terceiro, como se vê:

c).

“ICMS - PROGRAMAS DE COMPUTADOR - NÃO INCIDÊNCIA. A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR, MEDIANTE CONTRATOS DE LICENÇA OU DE CESSÃO, ESTÁ SUJEITA APENAS AO ISS. REFERIDOS PROGRAMAS NÃO SE CONFUNDEM COM SUPORTES FÍSICOS, NÃO

PODENDO SER CONSIDERADOS MERCADORIAS PARA FINS DE INCIDÊNCIA DO ICMS. RECURSO IMPROVIDO.”⁵⁰

A fundamentação de tal posição é engenhosa e precisa, conforme os argumentos exarados no voto vencedor:

“O programa de computador não é vendido. Sua exploração econômica é através de ‘contratos’ de licença ou de cessão...” (Lei n. 7.646/87, artigo 27).

O imposto a ser cobrado é apenas o ISS que tem como fato gerador ‘a prestação por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço constante da lista anexa’ (artigo 82, caput do Decreto-lei n 406/68). O serviço de programação pode ser incluído nos

⁵⁰ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RIP:00029003. DECISÃO:15.12.1993. PROCESSO: RESP. NUM:0039797. ANO:93. UF:SP. TURMA:01. RECURSO ESPECIAL. FONTE: DJ. DATA:21.02.1994. PG:02138. RSTJ. VOL.:00058. PG:00408. RELATOR: MINISTRO GARCIA VIEIRA. DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

itens 22 e 24 e está sujeito apenas ao ISS (artigo 82, parágrafo 1º. do Decreto-lei n. 406/68).

Assim, não resta a menor dúvida de que a exploração econômica de programas -de computador, mediante contratos de licença ou de cessão, está sujeita apenas ao ISS. Sobre ela não incide Imposto de Circulação de mercadoria.” (destacado do original).

Tais considerações, contidas nos três julgados, constituem material para uma fértil polêmica. Inobstante, é mais lúcida a posição adotada no primeiro caso, ou seja, o “*software*” produzido em larga escala e de maneira uniforme, no qual não há qualquer serviço desenvolvido específica e personalizadamente, é um produto, comercializado pronto e finalizado, devendo, portanto, ser considerado como mercadoria. Aqueles que constituem o resultado de uma atividade personalizada, na qual um desenvolvedor adapta ou cria uma ferramenta especificamente para um usuário, que assim o solicitou, nada mais são do que um serviço.

Sentença emitida por computador. Assim como no início do século era discutida a validade das sentenças datilografadas, e não escritas

manualmente, como apontou DINAMARCO⁵¹, já houve debates judiciais sobre a sentença redigida através do computador:

“DESPEJO - SENTENÇA IMPRESSA POR COMPUTADOR - MEIO ADEQUADO - RECURSO IMPROVIDO:

- NÃO É NULA A SENTENÇA QUE PREENCHE OS REQUISITOS LEGAIS E É LANÇADA AOS AUTOS POR IMPRESSÃO FEITA POR COMPUTADOR, COM SUAS FOLHAS RUBRICADAS E A ASSINATURA APOSTA AO FINAL.”⁵² (destacado do original).

5.2. Decisões ligadas a outros temas conexos à telemática

⁵¹ Em sua obra “A reforma do código de processo civil”, p. 7.

⁵² AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANO PROCESSO: 91 UF: DF - DISTRITO FEDERAL REG.INT.PROCES: 56.917. NÚMERO: APC0025986. DATA DA DECISÃO: 27.02.92. SEGUNDA TURMA CÍVEL. DESEMBARGADOR DEOCLECIANO ELIAS DE QUEIROGA. DECISÃO:IMPROVER O APELO. DECISÃO UNÂNIME.

Apreensão de computadores. Foram selecionados dois casos. No primeiro, trata-se de uma decisão em mandado de segurança que envolvia uma ordem de apreensão, deferida em juízo cautelar, com o objetivo de apurar a comprovação de infração às disposições criminais da Lei 7.646/87:

“MANDADO DE SEGURANÇA - IMPETRAÇÃO
VISANDO DESCONSTITUIR BUSCA E APREENSÃO
DE COMPUTADORES - APREENSÃO DE
COMPUTADORES - APREENSÃO DEFERIDA EM
MEDIDA CAUTELAR OBJETIVANDO COLHER A
MATERIALIDADE DE EVENTUAL DELITO CUNHADO
NO ART. 35, DA LEI Nº. 7.646/87 (LEI DO
“SOFTWARE”) - OBJETOS NÃO SUJEITOS A
VISTORIA DE QUE TRATA O ART. 38, PARÁGRAFO
ÚNICO, DA CITADA LEI - EXCESSO
DESNECESSÁRIO NA BUSCA E APREENSÃO -
ILEGALIDADE CARACTERIZADA - AFRONTA AO
DIREITO DE PROPRIEDADE - SEGURANÇA
CONCEDIDA. NÃO SENDO OS BENS NECESSÁRIOS
AO DESLINDE DA QUESTÃO, NÃO INTERESSANDO,

INCLUSIVE, À EVENTUAL AÇÃO PENAL, POR NÃO SUJEITOS À VISTORIA DE QUE TRATA O PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 38, DA LEI DO "SOFTWARE", FORÇOSO É RECONHECER QUE HOVE EXCESSO NA ORDENADA BUSCA E APREENSÃO, A PRETEXTO DE SE COLHER MATERIAL PARA FORMAÇÃO DE CORPO DE DELITO, CONSTITUINDO-SE, ASSIM, A MEDIDA, EM FLAGRANTE ILEGALIDADE, FERINDO DIREITO LÍQUIDO E CERTO DA PROPRIETÁRIA IMPETRANTE, REPARÁVEL VIA 'MANDAMUS'.⁵³

No segundo, o assunto a merecer destaque é a validade das provas obtidas através da análise da memória de computador apreendido:

⁵³ MANDADO DE SEGURANÇA - NÚMERO DO PROCESSO: 0081767800 - COMARCA DE ORIGEM: CURITIBA - ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDO GRUPO DE CÂMARAS CRIMINAIS. DATA DE JULGAMENTO: 13.12.95 - RELATOR: JUIZ MILANI DE MOURA. DECISÃO: Unânime, CONFIRMADA A LIMINAR PARA CONCEDER, EM DEFINITIVO, O MANDAMUS. NÚMERO DE ARQUIVO DO ACÓRDÃO: 301 RAMO DO DIREITO: Criminal DATA DE PUBLICAÇÃO: 09.02.96.

EMENTA:

“AÇÃO CRIMINAL. CÓDIGO PENAL. CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317, CAPUT), CORRUPÇÃO ATIVA DE TESTEMUNHA (ART. 343), COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO (ART. 344), SUPRESSÃO DE DOCUMENTO (ART. 305) E FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299).

*PRELIMINARES: INADMISSIBILIDADE DE **PROVAS CONSIDERADAS OBTIDAS POR MEIO ILÍCITO** E INCOMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA OS CRIMES DO ART. 299, A AUSÊNCIA DE CONEXÃO COM O DE CORRUPÇÃO PASSIVA, QUE DETERMINOU A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO PERANTE ESSA CORTE, POSTO QUE ATRIBUÍDO, ENTRE OUTROS, A PRESIDENTE DA REPÚBLICA⁵⁴. ” (destacado do original).*

A ementa não é suficientemente esclarecedora, mas no corpo do acórdão estão as disposições realmente úteis, como se pode ver:

⁵⁴ Supremo Tribunal Federal. Ação Penal Originária 307, julgada em 13.12.94, publicada no DJ de 13.10.95. Relator: Ilmar Galvão.

“1.

1.1. Inadmissibilidade, como prova, de laudos de gravação de conversa telefônica e de registros contidos na memória de micro computador, obtidos por meios ilícitos (art. 5., LVI, da Constituição Federal); no primeiro caso, por se tratar de gravação realizada por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro, havendo a gravação sido feita com inobservância do princípio do contraditório, e utilizada com violação a privacidade alheia (art. 5., X, da CF); e, no segundo caso, por estar-se diante de micro computador que, além de ter sido apreendido com violação de domicílio, teve a memória nele contida sido gravada ao arrepio da garantia da inviolabilidade da intimidade das pessoas (art. 5., X e XI, da CF).

1.2. *Improcedência da acusação.* Relativamente ao primeiro episódio, em virtude não apenas da inexistência de prova de que a alegada ajuda eleitoral decorreu de solicitação que tenha sido feita direta ou indiretamente,

pelo primeiro acusado, mas também por não haver sido apontado ato de ofício configurador de transação ou comércio com o cargo então por ele exercido. No que concerne ao segundo, pelo duplo motivo de não haver qualquer referência, na degravação sido feita com inobservância do princípio do contraditório, e utilizada com violação à privacidade alheia (art. 5., X, da CF); e, no segundo caso, por estar-se diante de micro computador que, além de ter sido apreendido com violação de domicílio, teve a memória nele contida sido degradada ao arrepio da garantia da inviolabilidade da intimidade das pessoas (art. 5., X e XI, da CF).”
 (destacado do original).

Cabe salientar que se trata do acórdão do julgamento do caso Collor e P. C. Farias, junto ao Supremo Tribunal Federal, no qual as provas obtidas através das memórias dos computadores apreendidos não foram consideradas válidas, como se viu.

Gravação magnética. Sob a argumentação de que é vivido hoje um momento de forte presença dos recursos tecnológicos, no caso a seguir

apresentado foi decidido pela admissibilidade inicial de gravação magnética:

*“PROCESSUAL CIVIL - PROVA - GRAVAÇÃO
MAGNÉTICA - ADMISSIBILIDADE. AGRAVO
IMPROVIDO. NA ERA DA INFORMÁTICA NÃO SE
PODE EXCLUIR 'A PRIORI' PROVA QUE SE
PRETENDE PRODUZIR ATRAVÉS DE GRAVAÇÃO
MAGNÉTICA.”*⁵⁵

Direitos autorais. Proteção. O cadastramento do “*software*” na SEI, para fins de comercialização, não gera proteção de direitos autorais diante dos sistemas legalmente adotados no Brasil, e essa foi a posição acolhida pelo acórdão que segue:

⁵⁵ AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÚMERO DO PROCESSO: 0076684100. COMARCA DE ORIGEM: CURITIBA. ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL. DATA DE JULGAMENTO: 17.04.95. RELATOR: JUIZ CONV. RUY CUNHA SOBRINHO. DECISÃO: Unânime, NEGADO PROVIMENTO. NÚMERO DE ARQUIVO DO ACÓRDÃO: 3704 DATA DE PUBLICAÇÃO: 05.05.95. JURISPRUDÊNCIA: REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ 31/28. RT 599/66. RT 603/178. RT 620/150.

“VIOLAÇÃO DO DIREITO DE AUTOR - Programa de computador - Cadastramento na S.E.I. - Ausência de direito autoral - Configuração - Impossibilidade: - O cadastramento de programas de computador na S.E.I. - Secretaria Especial de Informática - não gera direito autoral, mas mera possibilidade de comercialização do programa, de modo que a falta de registro próprio, previsto na lei específica sobre direito autoral, não há que se cogitar da prática do delito do art. 35 da Lei nº 7.646.87.”⁵⁶ (destacado do original).

Merece destaque, no corpo do acórdão a descrição dos fundamentos, nas seguintes passagens:

“Processados por afronta ao artigo 35 da lei 7.646/87, pela decisão de fls. 282/294 viram-se os réus condenados a seis meses de detenção e dez dias-multa. Recorrendo,

⁵⁶ Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo. Apelação 687.095/8, julgada em 03.02.92, publica na RJDTACRIM. VOLUME 13 JANEIRO/MARÇO/1992. PÁGINA: 152. RELATOR: LUIZ AMBRA.

arguem (fls.313/324) a atipicidade penal dos fatos pelos quais incriminados: não havendo direito autoral algum pertencente à suposta vítima, suscetível de por eles ser infringido, a condenação jamais caberia.

.....

A Lei 7646, por outro lado, após lançar a regra básica (a sistemática de 'direito autoral' é a da lei própria, 5988/73) efetou distinção a todos os respeito evidentes, entre cadastramento e os direitos de autor propriamente ditos.

.....

Efetuando distinção (fl. 332) entre os chamados registros 'jurídico' e 'administrativo' (este seria o cadastramento propriamente dito), concluiu que ação daquela ordem - onde se discutiste o direito autoral a não o mero cadastro - somente caberia a quem do primeiro dispusesse. E que, no caso, havendo apenas cadastramento na SEI não se poderia falar em direito autoral, para nenhuma das partes envolvidas.

.....

Não só a lei 7.646 tratou, em títulos diversos (II e III, como antes visto), dos 'direitos do autor' e do 'cadastro'. Em vários dispositivos de ambos os títulos diferenciou, nitidamente, uns de outros.

.....

A lei 7646, com efeito, ao no artigo 35 tratar da figura legal pela qual vieram os apelantes a serem condenados, tipificou-a do seguinte modo redacional: 'violar direitos de autor de programas de computação'.

Se a nenhuma das partes envolvidas na presente controvérsia tocavam direitos autorais na hipótese - a Fonte possuía simples registro administrativo, repita-se, insuscetível de gerar direito daquela ordem -, a única solução possível residia em absolver, à falta da necessária tipificação legal. Assim não sucedesse estar-se-ia a julgar por analogia, dilargando o alcance da regra para hipótese

meramente parecida ou assemelhada. O que, convenha-se, em matéria penal não se admite, de longa data.

Ficam os réus, portanto, com supedâneo no artigo 386, III, do Código de Processo Penal, absolvidos.” (destacado do original).

Direitos autorais. Reintegração de posse. As questões envolvendo a autoria de um programa desdobram-se sobre a posse dos direitos autorais decorrentes, principalmente quando é discutida a incidência ou não das disposições do artigo 5º da Lei do “software”:

“INTERDITO PROIBITÓRIO - INFORMÁTICA - POSSE DE DIREITO AUTORAL SOBRE PROGRAMA DE COMPUTADOR - PROVA DOCUMENTAL E JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA - LIMINAR DEFERIDA - NÃO DEMONSTRAÇÃO PELO AUTOR ‘AB INITIO’ DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELOS ARTS 927 E 932 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - AGRAVO PROVIDO E LIMINAR REVOGADA. 1. NÃO DEMONSTRADA “AB

INITIO" A COEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS ESTATUÍDOS PELOS ARTS 927 E 932 DO CPC, DESCABE O DEFERIMENTO DE LIMINAR NA AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO. 2. SE DA PROVA DOCUMENTAL ACOSTADA À EXORDIAL E DA OUVIDA DE TESTEMUNHAS EM JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA, NÃO DESONEROU-SE O AGRAVADO DE DEMONSTRAR A AUTORIA DE PROGRAMA DE COMPUTADOR, DESENVOLVIDO COM EXCLUSIVIDADE E SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A AGRAVANTE, A LIMINAR QUE LHE DEFERIU A PROTEÇÃO POSSESSÓRIA CARECE DE ELEMENTOS DE SUSTENTAÇÃO, PELO QUE E EM RAZÃO DO DISPOSTO NO ART. 5º., DA LEI N. 7.646/87, DEVE SER REVOGADA. 3. AGRAVO PROVIDO PARA REVOGAR A LIMINAR E POSTERIOR DECISÃO NELA BASEADA QUE DETERMINOU A APREENSÃO DE BIBLIOTECA DE FUNÇÕES."⁵⁷

⁵⁷ AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÚMERO DO PROCESSO: 0047147800. COMARCA DE ORIGEM: CURITIBA. ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA CÂMARA CÍVEL. DATA DE JULGAMENTO: 07.10.92. RELATOR: JUIZ CÍCERO DA SILVA. DECISÃO: Unânime, PROVIMENTO. NÚMERO DE ARQUIVO DO ACÓRDÃO: 1741. DATA DE PUBLICAÇÃO: 30.10.92.

5.3. Decisões ligadas às telecomunicações

Foto de satélite. No caso seguinte é discutida a utilidade de foto tirada por satélite como mecanismo hábil a demonstrar um fato concreto:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LIMINAR. ALEGAÇÃO DE POSSE VELHA. FOTOGRAFIA FEITA POR SATÉLITE. IMPOSSÍVEL AVALLAÇÃO DA ÁREA. INDIVIDUAÇÃO DA GLEBA E DAS PARTES. IMPROVIDO. Mantém-se a medida liminar atacada, haja vista que a juntada de fotografia tirada por satélite não serve de prova para demonstrar que a posse é velha, pois esse documento impossibilita essa conclusão. A alegação de que a área litigiosa, bem como as pessoas que figuram no polo passivo da ação, não foram individualizadas na inicial, é rejeitada, se o contrario resulta dos autos.”⁵⁸

⁵⁸ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MS. ANO DO PROCESSO: 95 NÚMERO DO PROCESSO: 428151. DATA DE JULGAMENTO: 26.04.95. DECISÃO: POR MAIORIA.

Antena de captação de telecomunicações. No caso ora apresentado, foi debatido o acolhimento constitucional das disposições criminais contidas na Lei 4.117/62, diante da Carta de 1988:

*"PENAL. CONSTITUCIONAL. "HABEAS CORPUS".
INSTALAÇÃO DE ANTENA DE CAPTAÇÃO DE
TELECOMUNICAÇÕES. LEI N. 4.117.62. RECEPÇÃO
PELA CARTA DE 1988. AÇÃO PENAL.- AS NORMAS
PENAIAS CONTIDAS NO CÓDIGO BRASILEIRO DO AR -
LEI N. 4.117.62 - NÃO COLIDEM COM A NOVA ORDEM
CONSTITUCIONAL, POIS NÃO AFRONTAM
QUAISQUER DOS PRECEITOS CONTIDOS NO ART.
223 E SEUS PARÁGRAFOS, DA CARTA MAGNA. -
RECURSO DESPROVIDO."*⁵⁹ (destacado do original).

⁵⁹ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RIP:00036285. DECISÃO:12.12.1995. PROCESSO: RHC NUM:0004764. ANO:95. UF:PR. TURMA:06. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FONTE: DJ DATA:11.03.1996. PG:06664. RELATOR: MINISTRO VICENTE LEAL. DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

relator:

Veja-se algumas disposições contidas no voto vitorioso do

“Após realizar um judicioso cotejo entre o texto do Código Brasileiro do Ar- Lei n. 4.117/62 -, na parte em que define condutas criminosas, e os preceitos contidos no art. 223 e parágrafos, da Carta Magna, chego a conclusão que inexiste qualquer desarmonia entre os citados diplomas.

A propósito, merece transcrito excerto do parecer da douta Subprocuradoria-Geral da República, afirmativo da inexistência da alegada colisão entre os dois textos:

‘É certo que o enfoque principal foi o da recepção formal, somente aventado pelo Ministério Público. Mas, não se pode negar que o Tribunal também afastou a tese de conflito material entre o tipo legal e a norma máxima, ainda que sem indicar qualquer fundamento.

Esse o ponto a ser enfrentado e fundamentado. E

quanto a ele inexistia o pretendido conflito material entre a norma do artigo 70 da Lei 4.117/62, na redação dada pelo Decreto-lei nº. 236/67, e a norma constitucional.

O serviço de rádio fusão sonora e de imagens não se restringe à instalação da estação geradora, compreendendo um conjunto de acessórios e periféricos, entre os quais a instalação de antenas de recepção de sinais e sua retransmissão para o público.

Assim era no regime do Decreto n. 52.026, de 20.05.63, que regulamentava a execução da Lei n. 4.117, de 27.08.62, como do Decreto n. 97.057, de 10.11.88, editado para adequar a matéria ao novo regramento constitucional' (fls. 55).

Correto, o pronunciamento da ilustre representante do Ministério Público Federal que adoto como razões de decidir.

Na verdade, a Carta de 1988 manteve o monopólio estatal dos serviços de telecomunicações (art. 21, I, XI) e conferiu

ao Poder Executivo competência para outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiofusão sonora e de sons e imagens. Permaneceu, assim, no campo das telecomunicações, a mesma política estatal anterior, vigente ao tempo da edição da Lei no 4117/62.

Assim, não procede, em absoluto, a tese de que o citado diploma legal não foi recepcionado pela Carta de 1988. Por conseqüência, não procede a tese de ausência de justa causa para ação penal fundada em crime previsto no art. 70, da Lei n. 4117/62.” (destacado do original).

Cabe frisar, sobre os decretos regulamentadores citados, que o Decreto n. 52.026 não *regulamentava*, mas ainda *regulamenta* a Lei 4.117, e, embora tenha sido bastante alterado, não foi revogado e possui uma série de disposições vigentes.

5.4. Decisões ligadas à telemática

Teleconferência. O mecanismo da telepresença foi objeto de recente decisão exarada pelo Superior Tribunal de Justiça, nos termos a seguir consignados:

PROCESSUAL PENAL. EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO. PECULIARIDADES. I. Impetração alegando excesso de prazo para concluir a instrução. O tema implica em se considerar a época em que foi elaborado o Código de Processo Penal, as mudanças ocorridas no país e, especialmente, em se cuidando de processo incluindo vários réus, as dificuldades por eles opostas para serem citados ou a demora na apresentação ao Juízo, a fim de serem interrogados, o que não depende do Poder Judiciário. Reconheço que, se poderia caminhar com o emprego da informática para agilizar o andamento processual, utilizando-se a teleconferência para se interrogar réus e testemunhas residentes em outras comarcas, com o que se evitaria, no caso dos réus, as comuns fugas. No caso, por evidente, se não está demonstrado que a coação decorre de ato provocado pelo

Ministério Público e nem pelo Juízo da causa, a demora encontra-se justificada. Em oportunidade anterior salientei que se trata de réu de acentuada periculosidade, tendo agido com mais doze 'colegas', interceptando um carro forte com rajadas de metralhadoras e disparos de revólveres e fuzis subtraindo apreciável quantidade em dinheiro.

II. Recurso conhecido, mas improvido pelos próprios fundamentos do julgado⁶⁰.

No texto do acórdão, o ilustre Ministro relator, Jesus Costa

Lima, reafirmou:

“Reconheço que, se fossem colocados meios à disposição do Poder Judiciário, este poderia utilizar-se da informática, por exemplo, através da teleconferência, para interrogar os presos sem que estes precisassem sair dos presídios, evitando demoras e, ...”.

⁶⁰ Superior Tribunal de Justiça. Julgamento prolatado em 23.08.95. RHC nº. 4788. Origem: SP.

Como pode ser verificado, as questões são inúmeras e variadas, e estão presentes nas discussões atuais de nossas rotinas jurídicas, ao contrário do que se possa imaginar inicialmente.

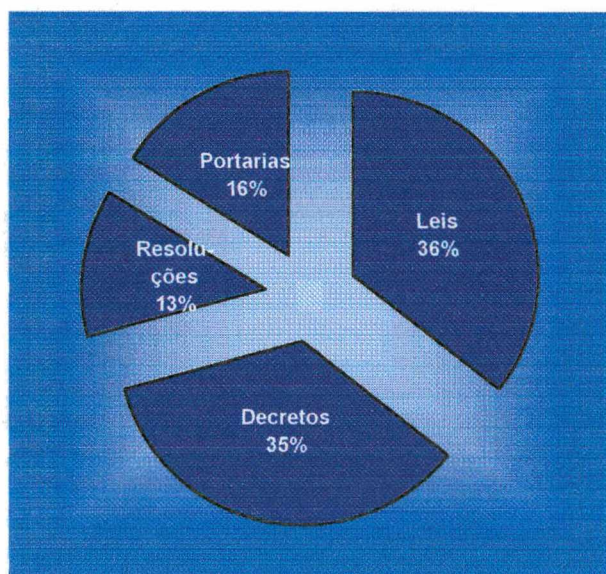
6. ANÁLISE GRÁFICA DOS DADOS COLETADOS

As informações coletadas no estudo do tratamento normativo da telemática no Brasil, entre 1962 e 1996, formam um universo composto por *leis*, *decretos*, *portarias* e *resoluções*, bem como uma amostragem de decisões judiciais, os quais serão examinados neste capítulo, de acordo com as relações estabelecidas entre suas datas, naturezas e temas. As normas constitucionais não foram incluídas na análise deste capítulo. Os números apresentados em pontos percentuais foram objeto de arredondamento para pontos inteiros, desprezando-se as casas decimais.

6.1. Leis, decretos, resoluções e portarias

O universo de disposições normativas colacionadas no presente trabalho abrange, como visto nos capítulos anteriores, normas de diferente natureza: além das normas constitucionais, foram coletados onze *leis*, dez *decretos* (incluindo um decreto-lei), quatro *resoluções* e cinco *portarias*.

O universo infra-constitucional, no tocante à natureza da norma, pode ser assim representado:



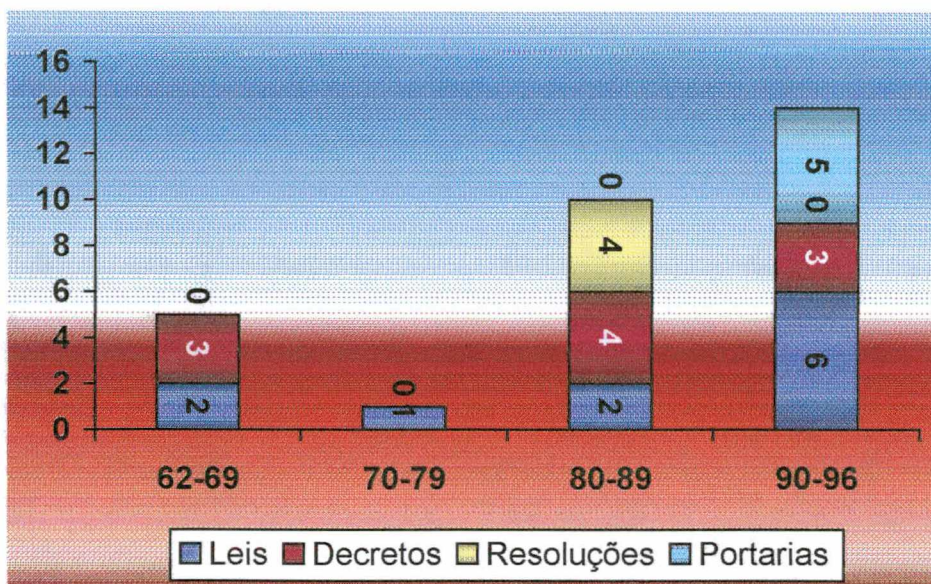
Além deste comparativo, dois outros podem ser realizados, quanto às normas infra-constitucionais: 1. de acordo com a *cronologia* da sua produção e 2. de acordo com o *tema* do qual elas tratam.

6.1.1. Análise das normas segundo a sua cronologia

O somatório das normas encontradas, incluindo *leis*,

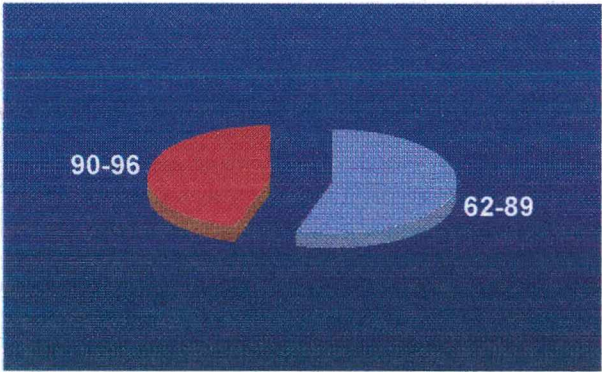
decretos, portarias e resoluções, dentro dos limites temporais fixados para a coleta de informações, de 1962 até 1996, pode ser dividido em quatro períodos: 1962 até 1969, 1970 até 1979, 1980 até 1989, e 1990 até 1996. Dividindo-se a produção normativa pelos respectivos períodos, verifica-se que há cinco eventos no primeiro período, um no segundo, dez no terceiro e quatorze no quarto. Dentro dos períodos, as normas são as seguintes: duas *leis* e três *decretos* no primeiro; uma *lei* no segundo; duas *leis*, quatro *decretos* e quatro *resoluções* no terceiro; e seis *leis*, três *decretos* e cinco *portarias* no quarto.

Graficamente, tais números apresentam a seguinte disposição:

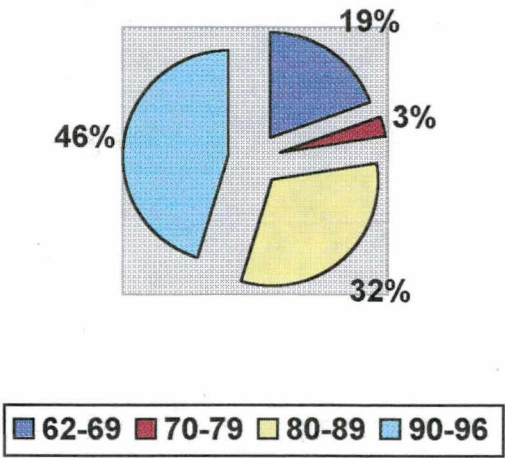


O período compreendido entre os anos de 1990 até 1996

concentra o maior número de normas produzidas, quase a metade do total, sendo superado somente pela soma dos eventos contidos nos demais períodos. A confrontação gráfica entre os períodos apresenta-se da seguinte forma:

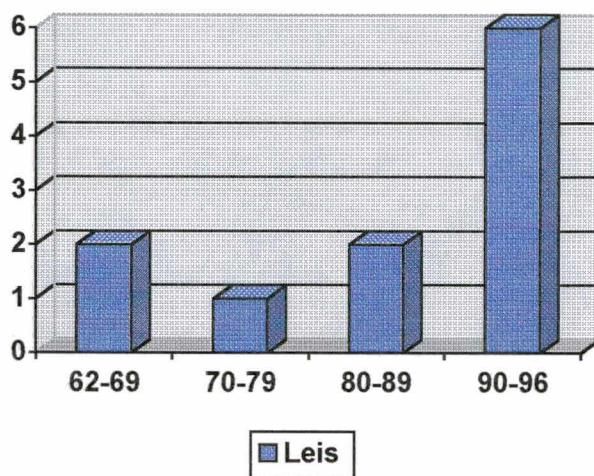


Se divididos os períodos anteriores a 1990 e calculado o percentual de cada um deles, a representação assume o seguinte formato:

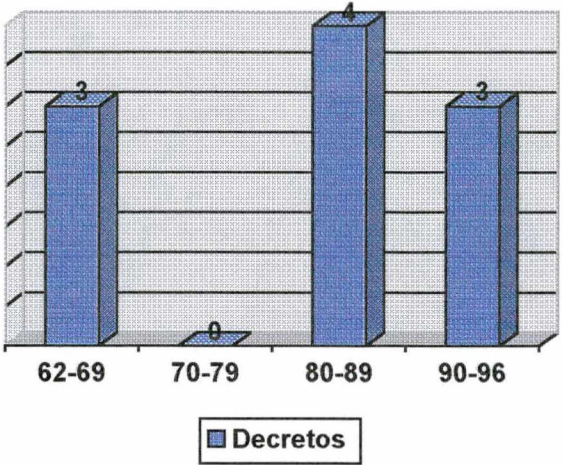


A análise do tipo de norma em relação ao período mostra a respectiva intensidade de produção. Veja-se a evolução cronológica das *leis* trazidas ao universo de pesquisa: duas são do primeiro período; uma do segundo; duas do terceiro; e seis do quarto.

O gráfico que segue permite uma melhor visualização dos dados:



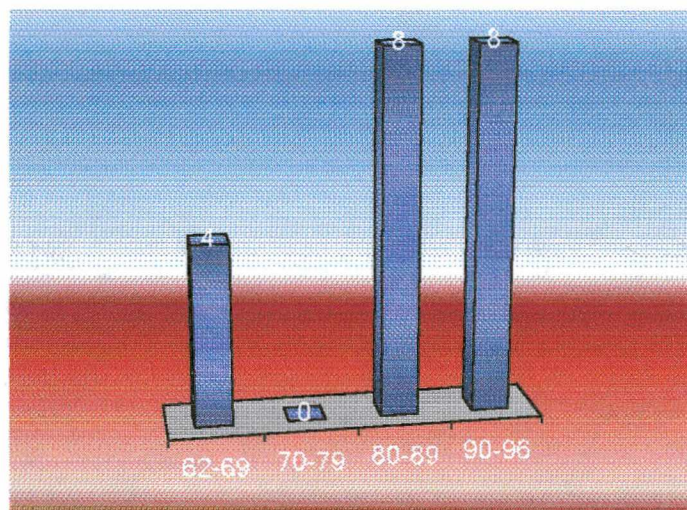
No tocante aos *decretos*, três são oriundos do primeiro período, não há nenhum no segundo, são quatro no terceiro e três no quarto, assim dispostos graficamente:



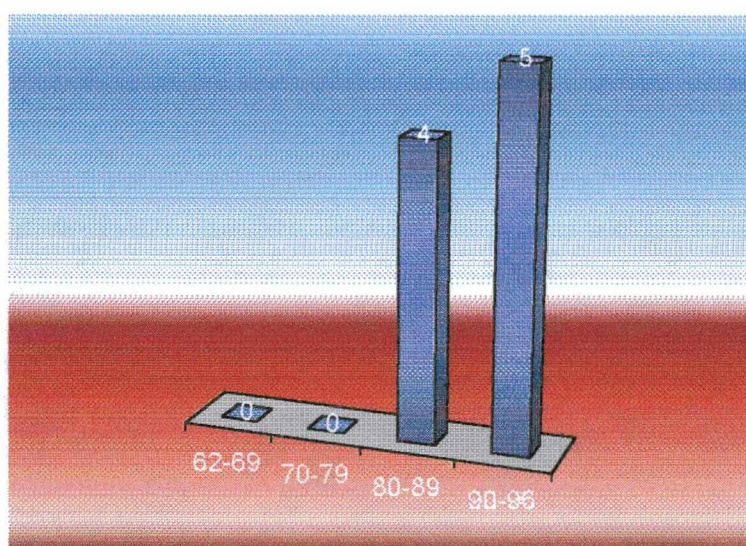
As *portarias* estão concentradas integralmente no último período. As *resoluções*, no terceiro.

O plano infra-legal, formado pelos *decretos*, pelas *portarias* e pelas *resoluções*, marca as atenções oriundas do Poder Executivo para com os temas estudados. Tais normas, somadas, apresentam a seguinte disposição: três foram produzidas no primeiro período; nenhuma no segundo; e oito em cada um dos dois últimos.

Os dados, confrontados graficamente, ficam assim dispostos:



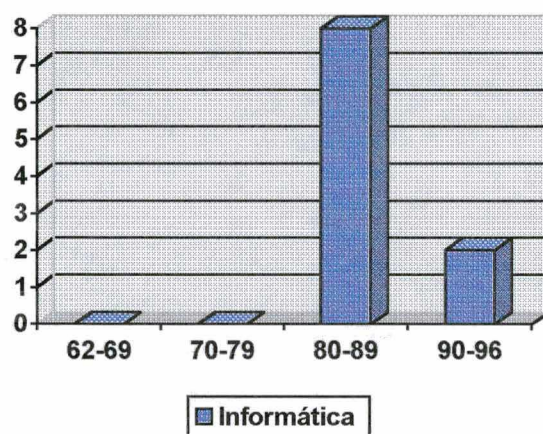
Isolando as *portarias* e as *resoluções*, os números são os seguintes: nada nos dois primeiros períodos, quatro no terceiro e cinco no quarto, com a apresentação gráfica a seguir visualizada:



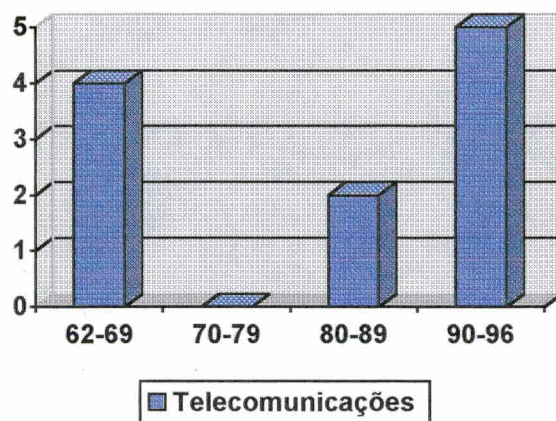
Tais números, tanto o universo infra-legal quanto as

portarias e resoluções isoladas, demonstram uma notória evolução da atuação do Poder Executivo nos dois últimos períodos.

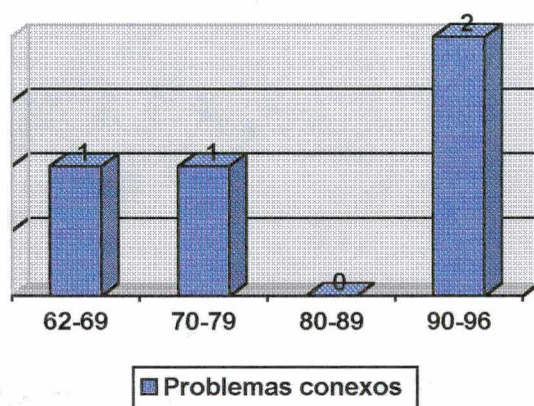
Quanto ao assunto abordado pelas normas, é de se consignar que todas as normas alusivas à *telemática* estão concentradas no último período. Aquelas atinentes à *informática* somente surgem no terceiro e quarto períodos, oito e duas, respectivamente. Sua disposição gráfica tem a seguinte forma:



Quanto às normas referentes às *telecomunicações*, estão assim distribuídas: quatro no primeiro; nenhuma do segundo, duas no terceiro; e novamente cinco no quarto, com a seguinte apresentação gráfica:

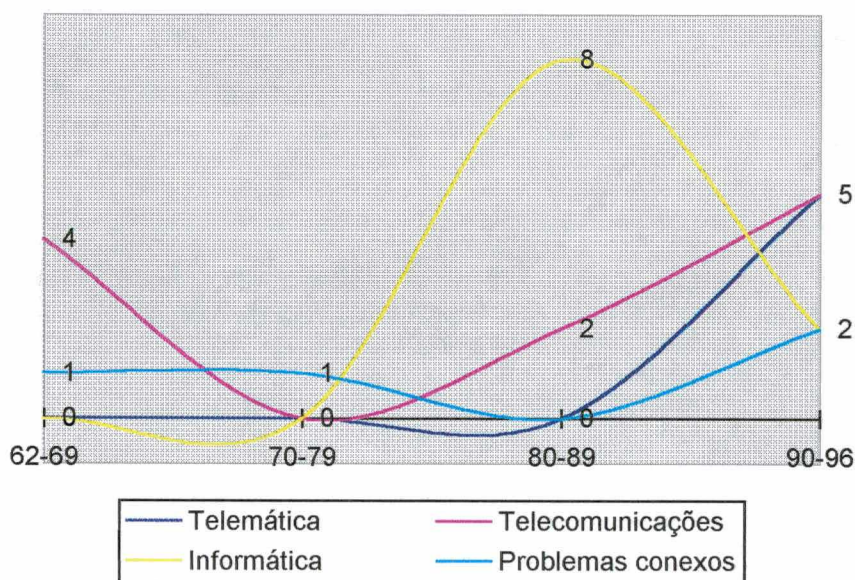


As normas referentes aos *problemas conexos* ocorrem nos seguintes períodos: uma no primeiro; uma no segundo; nenhuma no terceiro; e duas no quarto, com a seguinte apresentação gráfica:



Os dados apresentados nos últimos parágrafos, quais sejam, a frequência de normas produzidas por períodos, se comparados e superpostos ensejam uma visão paralela geral dos eventos em estudo, na qual é possível

estabelecer uma comparação entre a normatização de cada um dos assuntos, assim apresentada:

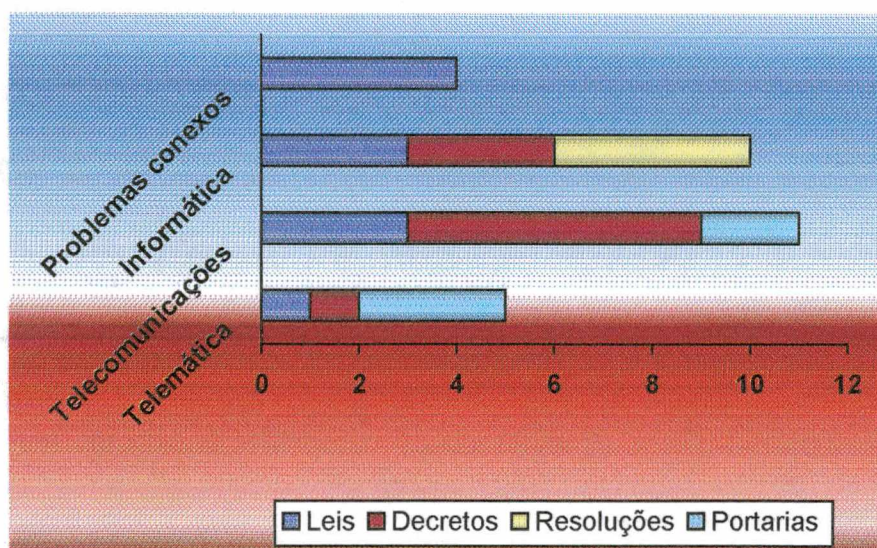


É possível verificar que, a exemplo dos dados contidos no primeiro comparativo, mostrados no primeiro gráfico, a produção normativa dos temas estudados encontra-se em notória ascensão. A exceção é a *informática*, a qual, no universo pesquisado, atingiu seu ápice no terceiro período.

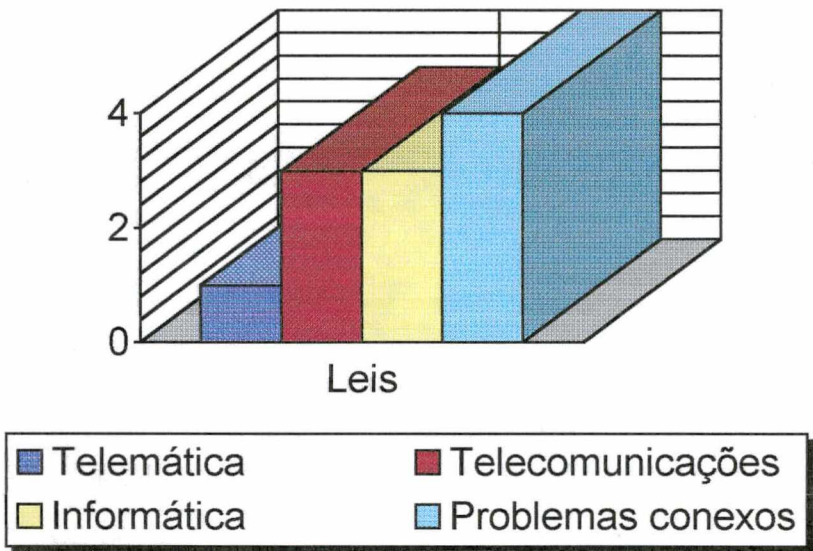
Para uma melhor compreensão do universo pesquisado, é proveitosa a análise dos eventos segundo o tipo de norma produzida, o que será feito na sequência.

6.1.2. Análise das normas segundo o tema do qual tratam

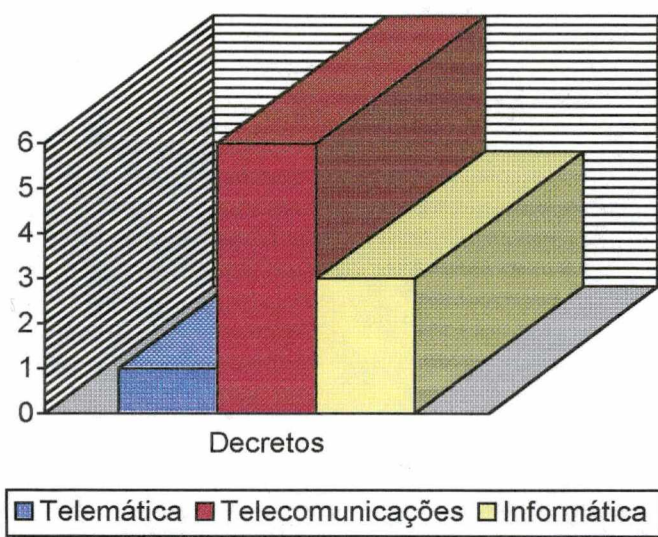
As normas integrantes do universo de pesquisa constituído no presente trabalho tratam dos respectivos assuntos na seguinte disposição: cinco tratam de *telemática* (uma *lei*, um *decreto* e três *portarias*); onze tratam de *telecomunicações* (três *leis*, seis *decretos*, e duas *portarias*); dez tratam de *informática* (três *leis*, três *decretos* e quatro *resoluções*); e quatro tratam de *problemas conexos*, originariamente alheios à *telemática*, mas ligados a problemas com ela conectados (quatro *leis*). Tais dados são apresentados graficamente da seguinte forma:



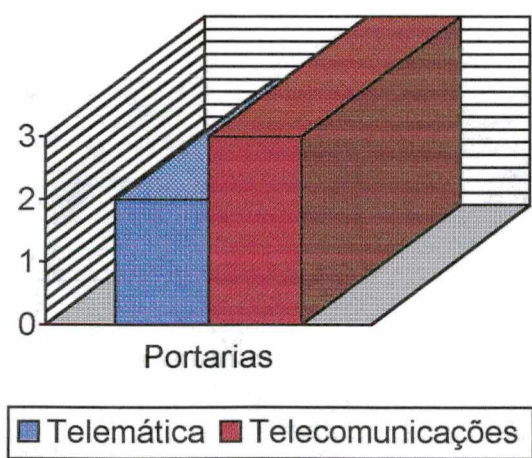
As leis estão assim divididas: uma trata de *telemática*, três de *telecomunicações*, três de *informática* e quatro de *problemas conexos*, com a apresentação gráfica que se vê a seguir:



Os decretos apresentam-se da seguinte maneira: um trata de *telemática*, seis de *telecomunicações* e três de *informática*. A apresentação gráfica dos decretos é a seguinte

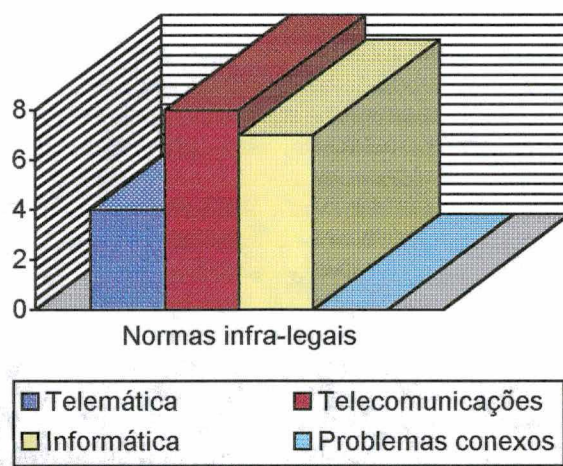


As *portarias* Tratam somente de *telemática* e de *telecomunicações*, sendo duas daquela e três desta. A representação gráfica tem a seguinte disposição:

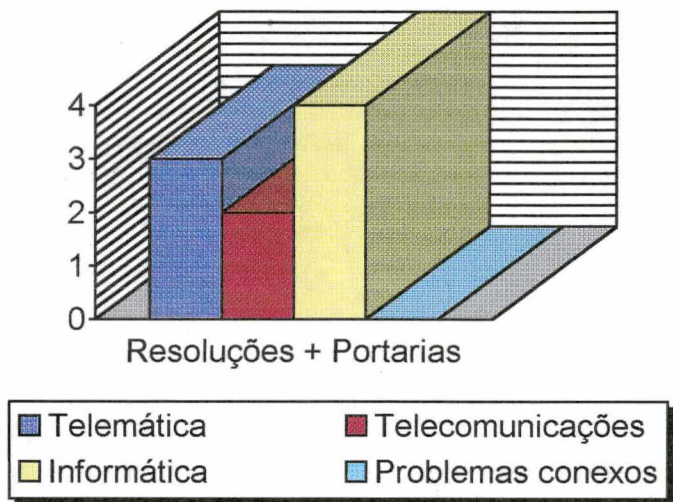


Quanto às *resoluções* colacionadas, somente tratam de *informática*.

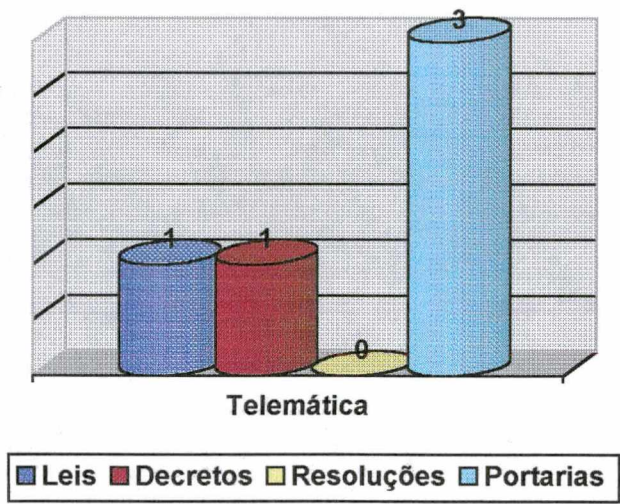
O universo infra-legal, formado por *portarias*, *resoluções* e *decretos*, aborda a *telemática* em quatro ocasiões, as *telecomunicações* em oito, a *informática* em sete, sem registrar ocorrência para os *problemas conexos*, ensejando a seguinte representação gráfica:



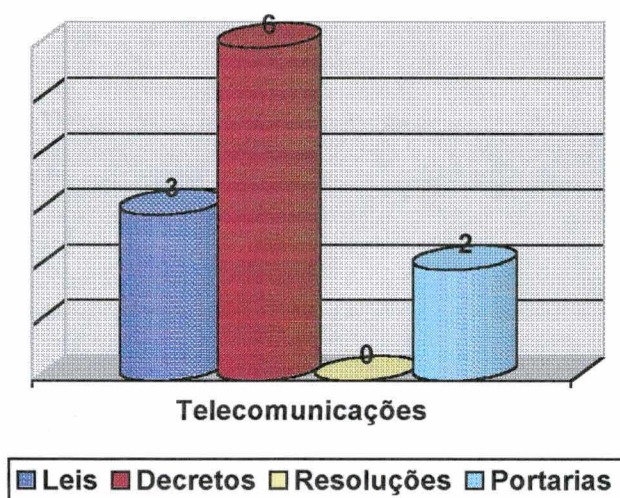
Somadas as *portarias* e as *resoluções*, verifica-se que três aludem à *telemática*, duas às *telecomunicações* e quatro à *informática*, motivando a seguinte grafia:



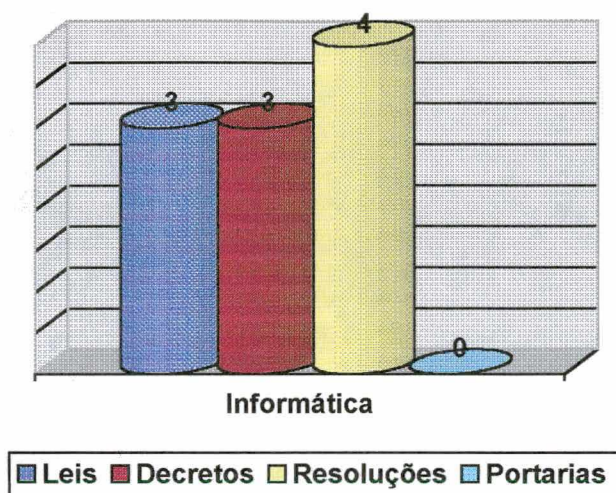
Analizando o universo de outro ponto de vista, de acordo com o tema e o tipo de norma que dele trata, temos a *telemática* normatizada por três *portarias*, uma *lei* e um *decreto*. A representação gráfica dessas informações é a que se vê na sequência:



As *telecomunicações* são normatizadas através de três *leis*, seis *decretos* e duas *portarias*, dados que fundamentam a construção da seguinte comparação visual:

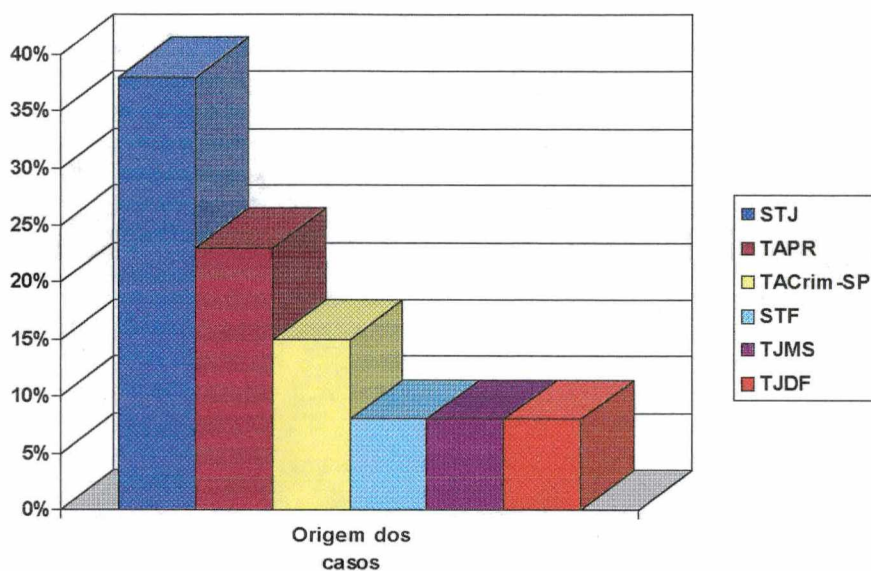


No tocante aos *problemas conexos*, incluídos no universo pesquisado, somente foram tratados mediante lei. Quanto à *informática*, seu tratamento infra-constitucional é feito por três *leis*, três *decretos* e quatro *resoluções*, dados que permitem a seguinte estruturação gráfica:

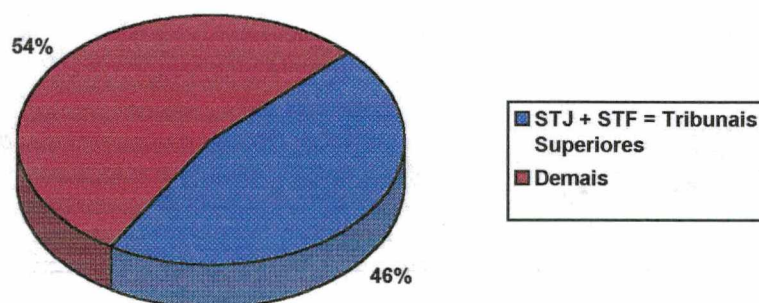


6. 2. Amostragem jurisprudencial

O conjunto de acórdãos trazidos à pesquisa para constituir a amostragem analisada no capítulo “5” foi selecionado de acordo com alguns critérios. Um deles é a diversidade de tribunais: há casos do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, do Tribunal de Alçada do Paraná, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, distribuídos de acordo com a proporção a seguir visualizada:

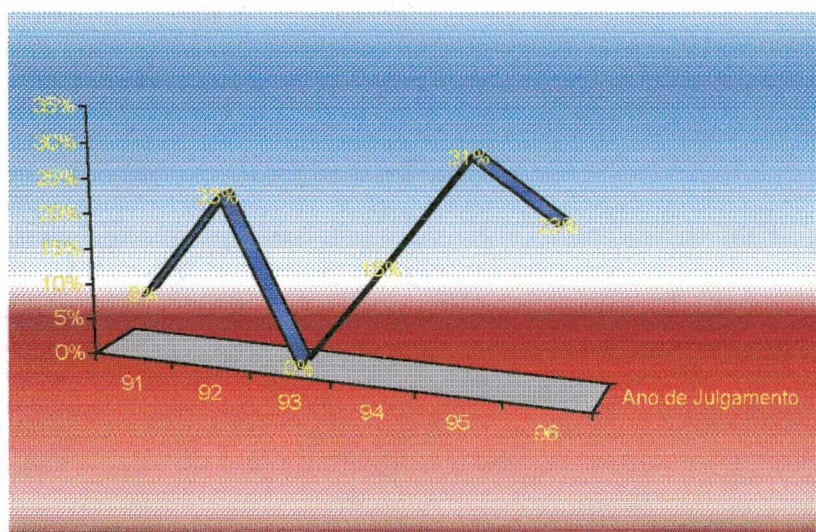


Constata-se que, embora exista diversidade de fontes, os casos oriundos das Cortes Superiores Federais constituem uma significativa parcela do universo, conforme demonstrado no gráfico a seguir apresentado:

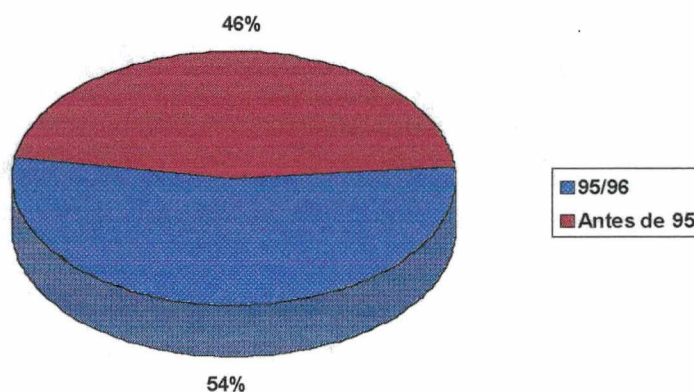


No tocante à cronologia, é de se salientar que todos os

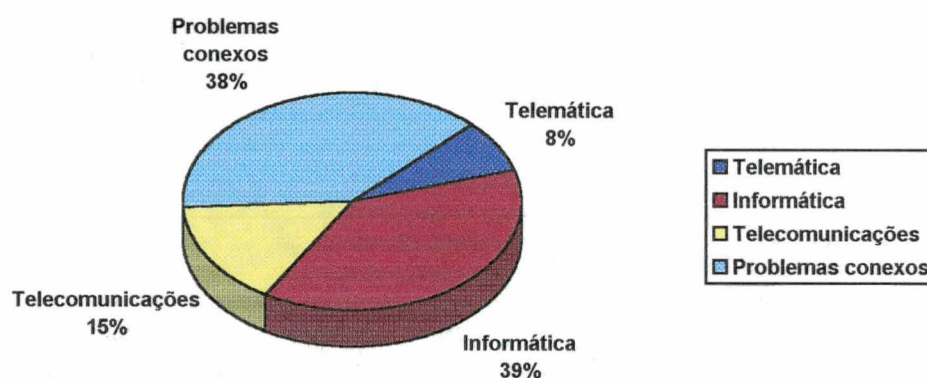
casos referem-se a decisões proferidas a partir de 1991, com uma ligeira concentração no ano de 95, como se pode ver na representação gráfica seguinte:



A maioria dos casos encontrados é bastante recente. Mais da metade é oriunda dos anos de 1995 e 1996, como fica demonstrado no gráfico que segue:



Em relação aos temas objeto da pesquisa, o universo é composto por 39% de casos que tratam de *informática*, 38% que abordam *problemas conexos*, 15% que dizem respeito às *telecomunicações* e 8% alusivos à *telemática*. Tais informações permitem a seguinte representação gráfica:



6.3. Deduções decorrentes da análise dos dados

A confrontação dos dados coletados enseja, entre outras, as

seguintes conclusões:

-Está em franca ascensão a produção normativa dos temas abordados neste trabalho;

- O índice de produção de normas sobre *telecomunicações* é alto entre 1990 e 1996, e também entre 1962 e 1969;

-Praticamente não houve atividade normativa no período compreendido entre 1970 e 1979, sendo registrada somente uma lei em tal época;

-O período que vai de 1980 até 1989 é marcado por uma substancial produção de normas alusivas à *informática*. O período seguinte não registra a mesma intensidade;

-A *informática* é o tema exclusivo das *resoluções* colacionadas;

-Os assuntos intitulados de *problemas conexos* foram objeto, no tocante às normas legais, somente de *leis*;

-A maioria dos *decretos* coletados trata de

telecomunicações;

-As *portarias* incluídas no universo são todas do período que vai de 1990 até 1996;

-As *resoluções* colacionadas são todas oriundas do período compreendido entre 1980 e 1989;

-A maioria das *leis* que compõe o conjunto de normas é de período iniciado em 1990;

-Quase metade das normas legais infra-constitucionais, excluindo as decisões judiciais, foi produzida no período iniciado em 1990;

-A amostragem de decisões judiciais apresentada espelha uma consistência jurisprudencial que surgiu somente a partir do período iniciado em 1990;

-Quase metade das decisões judiciais elencadas foi exarada por cortes federais superiores ;

-Mais da metade das decisões judiciais colacionadas foi

proferida nos anos de 1995 e 1996.

Apontar as causas de tais acontecimentos é tarefa difícil, que não se pretende realizar neste momento. Porém, alguns aspectos evidenciam-se autonomamente. A telemática e as atividades com ela conexas estão em pleno desenvolvimento no mundo todo e no Brasil também, em um ritmo de implementação quase estonteante. Tal fato requer uma intensa atividade normativa, o que de fato está ocorrendo agora, principalmente a partir de 1990. Esta assertiva, por si só, justifica várias das deduções apresentadas acima. Mas subsistem alguns questionamentos interessantes: Qual a razão dos números referentes à atividade de produção de normas legais e infra-legais relativa à informática estarem indicando uma projeção de redução ? Por quê a produção de normas legais e infra-legais sobre telecomunicações é alta no primeiro período ? O que provocou a infertilidade normativa do período compreendido entre 1970 e 1979 ? Por quê as discussões judiciais referentes ao universo pesquisado demoraram a apresentar resultados ?

Pode-se afirmar que a normatividade referente à informática já não tem a mesma intensidade em razão de ter sido produzida a sua regulamentação básica no período iniciado em 1980 e findo em 1989. A normatividade de complementação é menos intensa que a de regulamentação primária. Isto explica também a elevada incidência normativa sobre as telecomunicações no primeiro período. Já a escassez generalizada registrada nos

anos “70” pode ser creditada, basicamente, aos seguintes fatores: 1. um regime forte que monopolizava a normatização e que não demonstrou interesse, naquele período, em implementar o debate institucional e político sobre os temas em estudo; 2. A normatividade básica referente às telecomunicações já havia sido produzida nos anos “60”; 3. A informática e a telemática iriam provocar seus respectivos impactos nos períodos subsequentes, “80” e “90”, nos quais estaria concentrada a respectiva produção normativa primária.

As decisões judiciais de órgãos de segunda ou superior instância são bastante raras nos períodos anteriores aos anos “90” por dois motivos básicos: 1. a justiça brasileira é morosa; 2. o Poder Judiciário brasileiro, histórica e tradicionalmente, aguarda a sedimentação dos acontecimentos sociais para firmar suas posições;

7. A *TELEMÁTICA* NO PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 9.296/96

Como apontado anteriormente, agora será dedicado exame mais detido à lei 9.296/96⁶¹, tendo em vista o fato de se constituir na primeira lei brasileira a utilizar a expressão “*telemática*”.

Questiona-se o seguinte: A Lei tentou expandir o procedimento de escuta telefônica - como meio de prova - para os fluxos de comunicações estabelecidos em sistemas de informática e *telemática*. Isso é possível? Tal expansão pode ser admitida ? Ou seja, pode haver interceptação da transmissão de dados para investigações criminais ?

7.1. Comunicação de dados

⁶¹ De 24 de julho de 1996, publicada no Diário Oficial da União em 25 de julho de 1996.

Por quê o texto da aludida lei, que pretendeu disciplinar o inciso XII do art. 5º. da CF, não utilizou a expressão “*comunicação de dados*”, que consta do texto constitucional, ao invés de “*fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática*”, no discutido parágrafo único do artigo 1º. ? Será que o legislador ordinário hesitou quanto ao real significado da expressão “*comunicação de dados*” do texto constitucional ? O que o constituinte entendeu por essa expressão ? Havendo um Decreto que especifica o termo “*transmissão de dados*”, teria ele sido ignorado pelo legislador ordinário ao tentar disciplinar o assunto ? “*Transmissão*” e “*comunicação*” são sinônimos ? Por quê os conceitos estabelecidos pela legislação nacional de telecomunicações foram esquecidos quando da redação da Lei 9.296/96 ? Não se pretende abordar todas essas questões, mas, diante de tais indagações, não é difícil constatar que houve reduzido índice de integração do aludido diploma legal com uma série de disposições jurídicas legais e doutrinárias presentes no cenário nacional. Trata-se de uma Lei de qualidade duvidosa.

Sobre o significado do termo “*dados*”, e seus desdobramentos, é possível estabelecer de imediato um posicionamento. Entendeu TUCCI⁶² que se tratam de informações particulares e íntimas do indivíduo, impublicizáveis, o que chamou de “*dados pessoais*”. Sua assertiva encontra

⁶² TUCCI, Rogério Lauria. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*, p. 432.

respaldo no pensamento de CRETELA JÚNIOR⁶³, para quem os dados aludidos são “*informações sobre as pessoas*”. TUCCI⁶⁴ ainda afirma que podem se tratar de “*quaisquer dados, inclusive os informáticos*”. O próprio Professor José Afonso da SILVA⁶⁵ também faz alusão às “*comunicações dos dados pessoais*”.

Com o devido respeito à grandeza dos nomes citados, é possível afirmar que cometeram um equívoco⁶⁶. O dispositivo constitucional aludido (inciso XII do art. 5º.) trata de *formas de comunicação*. Tutela e protege *meios*, e não o *conteúdo* de mensagens. São as comunicações telefônicas, por carta, telegráfica e a *transmissão de dados*, a qual é uma *forma de comunicação*. Não teria o menor sentido o dispositivo tratar de *forma* e, atabalhoadamente, abordar o

⁶³ Citado por TUCCI, ob. cit., na nota de rodapé nº. 20 do § 7º. do capítulo IV, p. 432.

⁶⁴ TUCCI, ob. cit., mesmas nota e página.

⁶⁵ Em sua obra *Curso de direito constitucional positivo*, p. 377.

⁶⁶ Na verdade, chamar essa situação de “equívoco” é um abrandamento. Trata-se, nitidamente, de uma tentativa de constituição de um “*senso comum teórico*” sobre um certo objeto, na qual um jurista vai citando outro, e assim por diante, e vários deles referem-se entre si como autoridades acadêmicas, com o objetivo de repetir uma “*versão*”, criando a ilusão de que ela é correta, eis que repetida constantemente. Felizmente o ilustre Mestre WARAT, em seu artigo intitulado “*Senso comum teórico: as vozes incógnitas das verdades jurídicas*”, de 1983, publicado na obra “*Introdução geral ao direito*”, de 1994, p. 13, alertou a todos, apontando e nominando tal figura. No caso concreto, como se vê ao longo do texto, a expressão “*comunicação de dados*” tem um sentido completamente diverso daquele apontado por TUCCI, confirmado por CRETELLA JÚNIOR e ratificado por SILVA.

conteúdo no meio da disposição, mesmo porque a comunicação de *dados pessoais*, como quer TUCCI⁶⁷, se dá por um dos meios de comunicação, e descabe a interpretação que acaba por eliminar um *meio* - quando o dispositivo fala de *meios* - para inserir um *conteúdo*. É claro, sabe-se, existe uma preocupação jurídica em torno da proteção das informações da vida privada das pessoas, na qual a expressão “*dados*” eventualmente aparece. Mas não é o caso. O texto constitucional está se referindo à “*comunicação de dados*”, uma forma de comunicação, como já foi dito, ou de telecomunicação, tal como foi consagrada pelo Decreto 97.057/88⁶⁸, como se vê:

Art. 4º. Os Serviços de Telecomunicações, para os efeitos deste Regulamento Geral, dos Regulamentos Específicos e Normas Reguladoras Complementares, compreendendo a transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza por fio, rádio, eletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético de comunicação, classificam-se do seguinte modo:

⁶⁷ TUCCI, ob. cit., p. 432.

⁶⁸ De 10 de novembro de 1988.

I - quanto à forma de telecomunicação empregada:

a) telegrafia;

b) telefonia;

c) televisão;

d) transmissão de dados;

e) teledifusão;

f) outras formas.” (destacado do original).

Ora, se há um dispositivo infra-constitucional disciplinando formas de comunicação - no caso, telecomunicação - não há razão para hesitar: comunicação de dados ou transmissão de dados é uma forma de comunicação de informações codificadas no universo da informática, como se vê pelo item 158 do art. 6º. do mesmo Decreto, na seguinte forma:

“158. -Transmissão de Dados: forma de telecomunicação caracterizada pela especialização na transferência de dados de um ponto a outro;” (destacado do original).

Essa transmissão é feita com o auxílio de um instrumento

definido no item 54:

“54.- Modem de Dados: equipamento de telecomunicações, destinado à transmissão de dados, que faz conversão de códigos, geralmente transformando sinais codificados por pulsos de tensão em sinais codificados por pulsos de frequência, e vice-versa;”.

Esses elementos integram um serviço público de telecomunicações, definido pelo item 124 dos mesmos decreto e artigo:

“124. - Serviço Público de Transmissão/Comunicação de Dados: serviço público de telecomunicações comutado, essencialmente destinado à intercomunicação para transmissão/comunicação de dados entre seus usuários;”
(destacado do original).

Veja que ficou estabelecida uma similaridade entre

transmissão e comunicação. Isso não quer dizer que signifiquem exatamente a mesma coisa, pois a primeira constitui somente o *envio*, e a segunda, mais abrangente, envolve também o recebimento, ou seja, define todo o processo.

A *pá de cal* vem no vigésimo terceiro item dos aludidos artigo e decreto, com a definição do que venha a ser “*dado*”:

“23.- **Dado**: *Informação sistematizada, codificada eletronicamente, especialmente destinada a processamento por computador e demais máquinas de tratamento racional e automático da informação;*” (destacado do original).

Assim, não há dúvida do que sejam os “*dados*”, nem do sentido empregado no contexto do inciso XII do artigo 5º. da Constituição Federal para a expressão “*comunicação de dados*”: uma forma de comunicação, paralela às demais ali apresentadas.

7.2. O Parágrafo único do artigo primeiro diante da Constituição Federal

No intuito de tentar criar um mecanismo que possibilitasse a interceptação de dados telemáticos, a lei discutida assim consignou:

“Art. 1º. A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob segredo de justiça.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei aplica-se à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática.” (destacado do original).

Esse parágrafo único conflita com a Constituição ?

Antes da edição da Lei, José Afonso da SILVA⁶⁹ escreveu sobre as prescrições do inciso XII do artigo 5º., dizendo o seguinte:

⁶⁹ SILVA, ob. cit., p. 377/8.

“Ao declarar que é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e telefônicas, a Constituição está proibindo que se abram cartas e outras formas de correspondência escrita, e se interrompam o seu curso, se escutem e interceptem telefonemas. Abriu-se excepcional possibilidade de interceptar comunicações telefônicas, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual”.

Veja, ele entende que é possível interceptar somente as comunicações telefônicas, mediante disciplinamento legal. As demais formas de comunicações, em princípio, não podem ser interceptadas, no entendimento do ilustrado mestre, o que vale dizer, a interceptação é *vedada*.

Tal vedação foi abordada por outro grande doutrinador nacional, e não de outra maneira se manifestou Rogério Lauria TUCCI⁷⁰ :

⁷⁰ TUCCI, ob. cit., p. 432.

“Presenta-se ela absoluta [a vedação], segundo nosso entendimento, no tocante à inviolabilidade do sigilo de correspondência, das comunicações telegráficas e de dados pessoais; vale dizer, este, em nenhuma hipótese, poderá ser violado”.

“Já agora no que respeita às comunicações telefônicas, foi estabelecida uma exceção, permitindo-se sua interceptação, por ordem judicial, em determinadas circunstâncias, explicitadas no próprio texto constitucional.”.

Da mesma forma que o jurista anterior, TUCCI também escreveu sobre o assunto antes da edição da Lei em estudo. Embora não se deva concordar com ambos os autores sobre o significado da expressão “*comunicação de dados*”, há convergência em um ponto: somente podem ser interceptadas as comunicações telefônicas.

E ambos, TUCCI e SILVA, escreveram suas opiniões antes da edição da Lei aludida, ficando claro que não se trata de um mero casuísmo, mas,

pelo contrário, de análises gerais e bastante objetivas, concluindo que *não cabe interceptação de nenhuma das formas de comunicação arrolados no inciso XII do artigo 5º*. As exceções são as seguintes: 1. mediante Lei, podem ser interceptadas somente as comunicações telefônicas; 2. aquelas restrições estabelecidas constitucionalmente para os estados de sítio e defesa, quais sejam, as contidas nos artigos 136 e 139 da Constituição Federal, como se vê:

“Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

§ 1º. O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:

I - restrições aos direitos de:

a)

b) sigilo de correspondência;

c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica;

(destacado do original).

E, mais adiante:

“Art. 139. Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas:

I -

II -

III - restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação

de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei;” (destacado do original).

Mesmo assim, as exceções apontada na segunda hipótese - estados de sítio e defesa - somente admitem a interceptação da comunicação de dados no estado de sítio, não no de defesa.

Na interpretação do texto constitucional, há uma pequena dúvida sobre a expressão “*no último caso*”, contida no dispositivo constitucional posicionado no centro do estudo em curso, qual seja, o inciso XII do artigo 5º. da CF:

“5º.

.....

“XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.”
(destacado do original).

Tal redação poderia ensejar uma dubiedade, no sentido de que a ressalva abrangesse telegrafia, dados e telefonia, e não só a telefonia, como é o entendimento prevalente. De qualquer forma, já se sabe que o pensamento do legislador ordinário, ao redigir o aludido parágrafo único, desconheceu a opinião dos renomados constitucionalistas até aqui apontados. Inobstante, após a edição da Lei 9.296/96, outro jurista pátrio, Vicente GRECO FILHO⁷¹, formou convicção sobre o assunto, pronunciando-se da seguinte maneira, inclusive sobre a dúvida gramatical:

“No texto do art. 5º., inciso XII da Constituição, são duas as interpretações possíveis: a ressalva, considerando-se a expressão ‘no último caso’, aplica-se às comunicações telegráficas, de dados e às comunicações telefônicas, OU aplica-se somente às comunicações telefônicas.

A primeira hipótese pressupõe o entendimento de que o texto constitucional prevê somente duas situações de sigilo: o da

⁷¹ Na obra *Interceptação telefônica*, p. 9/13.

correspondência, de um lado, e o dos demais sistemas de comunicação (telegrafia, dados e telefonia), de outro. Assim, a possibilidade de quebra do sigilo referir-se-ia à segunda situação, de modo que 'último caso' corresponderia aos três últimos instrumentos de transmissão de informações.

A segunda hipótese interpretativa parte da idéia de que o sigilo abranje quatro situações: a correspondência, as comunicações telegráficas, as de dados e as telefônicas, e, assim, a expressão 'último caso' admitiria a interceptação apenas para as comunicações telefônicas.

.....

Nossa interpretação é no sentido de que 'no último caso' refere-se apenas às comunicações telefônicas, pelas seguintes razões:

Se a Constituição quisesse dar a entender que as situações são apenas duas, e quisesse que a interceptação fosse possível nas comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, a ressalva estaria redigida não como 'no último caso', mas como 'no segundo caso'. Ademais, segundo os dicionários,

último significa o derradeiro, o que encerra, e não, usualmente, o segundo.

Por outro lado, a garantia constitucional do sigilo é a regra e a interceptação a exceção, de forma que a interpretação deve ser restritiva quanto a esta (exceptiora non sunt amplianda).

Com esse entendimento, a conclusão é a de que a Constituição autoriza, nos casos nela previstos, somente a interceptação de comunicações telefônicas, e não a de dados e muito menos as telegráficas...

.....

Daí decorre que, em nosso entendimento, é inconstitucional o Parágrafo único do art. 1º. da lei comentada, porque não poderia estender a possibilidade de interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática. Não se trata, aqui, de se aventar a possível conveniência de se fazer interceptação nesses sistemas, mas trata-se de interpretar a Constituição e os limites por ela estabelecidos á quebra do sigilo”.

Assim, como se vê: a expansão da interceptação das comunicações telefônicas à comunicação de dados não pode ser admitida; a comunicação de dados é uma forma de comunicação, paralela às demais tuteladas pelo inciso XII do artigo 5º. da CF; a comunicação de dados não pode ser interceptada; o parágrafo único do artigo 1º. da Lei 9.296/96 é absolutamente inconstitucional.

7.3. Limites da inadmissibilidade da interceptação da comunicação de dados no Brasil

Diante das considerações apresentadas, surge a necessidade de solução do problema da inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 1º. da Lei 9.296/96, pelos mecanismos legislativos e processuais cabíveis.

Inobstante, qualquer que seja a solução encontrada, cabe a seguinte observação: *em hipótese alguma a Constituição da República Federativa do Brasil admite a interceptação de comunicação de dados* para instrução processual e investigação criminal. O sigilo da comunicação de dados somente pode

sofrer redução na vigência do *Estado de Sítio*, nos termos do artigo 139, III, da Carta Magna (*Estado de Sítio*), sob a forma de *restrição*. Ela não é permitida no *Estado de Defesa*. Para fins de investigação criminal e prova judicial, sua inviolabilidade não pode ser quebrada nem mesmo por via de Emenda Constitucional, face ao disposto no inciso IV do § 4º. do artigo 60 da CF. Diz o dispositivo:

“Art. 60.

.....

§ 4º. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I -;

II-;

III-;

IV - os direitos e garantias individuais.”.

O dispositivo faz incidir a “cláusula pétrea” sobre a garantia analisada. Ao inadmitir emenda “tendente a abolir”, a Constituição proíbe “abolir”, “restringir” e “limitar” as garantias protegidas⁷². Assim, no atual contexto constitucional, é

⁷²Na verdade, as constituições costumam colocar fora do alcance do poder de revisão ou reforma

inadmissível a interceptação de comunicação de dados, como meio de prova judicial e investigação criminal.

que prevêem certos pontos, princípios ou instituições. São os que formariam o cerne essencial do sistema". A afirmação é feita pelo Prof. Manoel Gonçalves FERREIRA FILHO, no artigo intitulado "*Significação e alcance das 'Cláusulas Pétreas'*", na Revista de Direito Administrativo, n. 202, p. 11. No artigo em questão, o renomado constitucionalista, após descrever as "*cláusulas pétreas*", afirma que elas não são assim tão "*pétreas*" como parecem, eis que não podem ser "*abolidas*", mas podem ser "*modificadas*". Com o devido respeito, deve-se discordar. A tradição excessivamente governista do ilustrado Professor eventualmente provoca-lhe obscuridades no raciocínio. Os temas abrangidos pela garantia da "*cláusula pétrea*" estão excluídos expressamente de qualquer possibilidade de reforma. Outro não é o pensamento do ilustre Professor CANOTILHO, no seu "*Direito Constitucional*", p. 1129, no qual afirma que "limites expressos são os limites previstos no próprio texto constitucional", e que "as constituições seleccionam um leque de matérias, consideradas como o cerne material da ordem constitucional, e furtam essas matérias à disponibilidade do poder de revisão". Trata-se, segundo ele, de "limites absolutos". As cláusulas "*pétreas*" são "*pétreas*".

8. Telemática e a barbárie jurídica

8.1. Casos sem solução

As conclusões apontadas anteriormente demonstram, genericamente, que a normatividade ligada aos temas adstritos à telemática está em franca expansão, no tocante às normas legais e jurisprudenciais. Inobstante, existe um universo de problemas ligados ao tema central para os quais não há resposta na estrutura formal normativa já analisada. Trata-se de questões para as quais o modelo tradicional de soluções jurídicas literal-racional normativo não encontra mecanismo de incidência. Ele é ineficaz, sufocado pelas barreiras que ele mesmo criou, como princípios restritivos e obstáculos formais. Fatos para os quais a normatividade não diz nada.

Dentre estes casos específicos, quatro situações podem ser destacadas: 1. Ensino à distancia; 2. Jogos de azar praticados remotamente; 3. Censura na internet; 4. Proteção da propriedade intelectual no ciberespaço. São situações para as quais as respostas oficiais até aqui vigentes não são suficientes, materializando notórias lacunas axiológicas do direito pátrio, ensejando um certo

clima de "barbárie"⁷³. Adiante, será feito um oportuno exame destas quatro situações. Antes disso, tem lugar uma antecedente e breve reflexão sobre os riscos apresentados à humanidade neste fim de milênio, gerados por uma série de fatores, um dos quais as novidades tecnológicas propiciadas pela telemática.

8.2. Os "futuribles".

Diante das transformações em curso, a perpetuação de uma sociedade sombria, injusta e contundente como a atual, ou pior, é algo que deve ser laboriosamente evitado. Como salientou **WARAT**, as grandes redes não terão dono e serão incontroláveis. Os resultados disso podem ser agradáveis ou desagradáveis. Este contexto apresenta três opções factíveis, assim descritas pelo ilustre Mestre⁷⁴:

“Propongo, copiando un termino de Bunge, la construcción de un futurible, que seria - como el mismo define: un futuro posible imaginado por alguien . Un esfuerzo para tratar de responder a la pregunta: “qué futuro nos espera?”, especialmente en lo que se refiere a la ecología, la ciudadanía, la subjetividad y la producción social de

⁷³ Razão pela qual o capítulo recebeu o título supra.

⁷⁴ WARAT, Luis Alberto, ob. cit., p 32.

verdades y valores . Los malestares, tensiones y búsquedas asociadas a esos cinco “ingredientes” socio-políticos en la encrucijada terminal de la modernidad. En el fin de nuestro siglo, muchos se preguntan qué pueden esperar los hombres del próximo milenio.

.....

*Los **futuribles** son preguntas sobre el futuro que no esperan respuesta, que sirven como revelación de una problemática más que como indicador de soluciones. Preguntar para armar una perspectiva que permita buscar las señales del futuro. Preguntas sobre el futuro para sugerir que las cosas no están presas a los determinismos, son evitables. Examinar lo dado para escapar de sus fronteras, la fuga hacia los mejores imprevistos y preferencias del mañana.*

.....

*Un **futurible**(emancipatorio) es una reflexión ético-biológica- deseante sobre los criterios de producción del mundo, que puedan ser vistos como aptos para garantizar las condiciones de posibilidad del futuro. Un compromiso de **solidaridad con el mañana: una forma de solidaridad con las generaciones que nos seguirán para que puedan vivir sobre condiciones dignas de libertad, salud y existencia material**."El Derecho al mañana, que debe ser ética y legalmente protegido como el bien jurídico de las generaciones venideras. Sin duda, el lugar donde comienzan a juntarse los Derechos Humanos con la ecología. El futuro de la democracia existencial depende del establecimiento de ese lugar de encuentro.*

.....

*Estamos delante de la posibilidad de diseñar, acompañando a Bunge , tres modalidades de **futuribles** para el mundo que se inicia en el año 2000:*

a) la extinción de la humanidad ;

b) el retorno a la barbarie ;

*c) el avance a una sociedad mundial solidaria ,
equitativa y austera(emancipada)*

.....

*En la posibilidad de recuperación del proyecto de las
autonomías se encuentran las razones que estructuran el
tercer **futurible**, el de la emancipación.*

.....

*Anticipar los horrores del futuro sólo sirve si nos conduce a
una **nueva apuesta con la vida**, si nos permite reinvestir en
la propia identidad, si nos ayuda a reinventar sueños: una
esperanza que se acepte incompleta. Nuestra apuesta en el
tercer futurible: una sociedad solidaria, equitativa,*

democrática (Bunge no lo dice) y austera(la humanidad tiene condiciones de sobrevivir varios millones de años si altera su desmedido estilo de consumo, planificando, en forma solidaria con las generaciones futuras, la eficacia de los recursos que emplea , evitando sus impulsos al derroche)”.

Qual das alternativas é a mais possível de acontecer?

- A extinção da humanidade ?
- O retorno à barbárie ?
- O avanço rumo a uma sociedade mundial solidária, eqüitativa e austera ?

A primeira, sabe-se, é tecnicamente viável, eis que há armamento para tanto, e ela pode ocorrer a qualquer momento.

Porém, num âmbito menos espetacular e mais gradativo, não resta dúvida de que a segunda está em processo de configuração.

Estamos vivendo um retorno à barbárie, em alguns aspectos.

No âmbito econômico, um desequilíbrio irracional de concentração de renda entre as classes está gerando fome, miséria e desemprego, como nunca se viu. No aspecto social, as diferenças geradas estão constituindo desigualdades excessivas. No plano ambiental, as alterações provocadas por nós fazem o planeta e a natureza reagirem de forma alarmante, despertando um elevado receio das conseqüências mais graves. A falta de cuidado com as aplicações da tecnologia provoca, diariamente, diversos acidentes fatais no mundo todo, nas rodovias, nos hospitais, nos trens e aviões, etc.

Ou seja, o homem está perdendo o controle sobre os pequenos problemas diários da atualidade, inseridos trivialmente na “margem de erro” organizacional. Ocorre que pequenos problemas que envolvam atividades em larga escala ou grandes concentrações de pessoas ou de equipamentos ou ainda de informações, acarretam, comumente, incidentes de grandes proporções. Um pequeno problema técnico em uma rede bancária pode causar grandes alterações nas bolsas de valores, gerando uma crise econômica artificial. Um pequeno problema em um projeto aeronáutico pode, anos depois, derrubar um avião e matar dezenas de pessoas. Um pequeno problema de manutenção nos freios de um trem pode causar uma colisão e, igualmente, matar dezenas de pessoas. Um pequeno problema em um único navio petroleiro pode provocar um derramamento de material apto a dizimar populações animais inteiras, em determinadas regiões.

8.3. A barbárie e o direito

Mas, o aspecto que mais interessa e impressiona é o jurídico. Tem-se, aqui, uma modalidade estatal de barbárie, dentro de uma estrutura concebida, originária e deonticamente, como instrumento de organização e solução pacífica dos problemas da humanidade. O elevado grau de entropia⁷⁵ ôntica presente na máquina jurídica oficial assusta e mata.

ZAFFARONI identifica um genocídio vigente⁷⁶:

“A operacionalidade real dos sistemas penais latino-americanos: o genocídio em ato. Não se deve pensar que apenas a projeção futura de nossos sistemas penais no âmbito de um genocídio tecnocolonialista marca a necessidade e a urgência de uma resposta marginal à deslegitimação do sistema penal, pois já agora a atuação de nossos sistemas penais caracteriza um genocídio em andamento”.

⁷⁵ Desorganização interna de um sistema, segundo Isaac EPSTEIN, in “Cibernética”, p.

83.

⁷⁶ Na obra “Em busca da penas perdidas”, p. 122.

E aponta a especificidade dos acontecimentos⁷⁷:

“Há mortes em confrontos armados (alguns reais e a maioria simulada, ou seja, fuzilamentos sem processo). Há mortes por grupos parapoliciais de extermínio em várias regiões. Há mortes por grupos policiais ou parapoliciais que implicam a eliminação de competidores em atividades ilícitas (disputa por monopólio de distribuição de tóxicos, jogo, prostituição, áreas de furtos, roubos domiciliares, etc.). Há ‘mortes anunciadas’ de testemunhas, juízes, fiscais, advogados, jornalistas, etc. Há mortes de torturados que não ‘agüentaram’ e de outros em que os torturadores ‘passaram do ponto’. Há mortes ‘exemplares’ nas quais se exhibe o cadáver, às vezes mutilado, ou se enviam partes do cadáver aos familiares, praticadas por grupos de extermínio pertencentes ao pessoal dos órgãos dos sistemas penais. Há mortes por erro ou negligência, de pessoas alheias a qualquer conflito. Há mortes do pessoal dos próprios órgãos do sistema penal. Há alta frequência de mortes nos grupos familiares desse pessoal cometidas com as mesmas armas cedidas pelos órgãos estatais. Há mortes pelo uso de

⁷⁷ Ídem, p 123.

armas, cuja posse e aquisição é encontrada permanentemente em circunstâncias que nada têm a ver com os motivos dessa instigação pública. Há mortes em represália ao descumprimento de palavras dadas em atividades ilícitas cometidas pelo pessoal desses órgãos do sistema penal. Há mortes violentas em motins carcerários, de presos e de pessoal penitenciário. Há mortes por violência exercida contra presos nas prisões. Há mortes por doenças não tratadas nas prisões. Há mortes por taxa altíssima de suicídios entre os criminalizados e entre o pessoal de todos os órgãos do sistema penal, sejam suicídios manifestos ou inconscientes. Há mortes...”.

E as afirmativas são extremamente pertinentes, pois, como se vê, a estrutura apontada como "*sistema penal*" está matando pessoas em razão de seus "pequenos problemas". E trata-se de mortes geradas única e exclusivamente pelos mecanismos oficiais.

No âmbito do tema central do presente trabalho, uma certa sensação de descontrole⁷⁸ surge diante daquelas situações elencadas no início do

⁷⁸ Não se pretende emprestar sentido negativo ao termo "descontrole". Em algumas situações ele pode ser positivo, em outras, negativo. Porém, no mundo jurídico, esta expressão confere extrema

capítulo. Para melhor dimensionar tal sensação, deve-se visualizar tais situações:

1ª. situação: *Ensino à distância*. Algumas instituições educacionais, a nível mundial, tem enfrentado o desafio de promover cursos à distância. A Universidade Federal de Santa Catarina, através do Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, assumiu a vanguarda nacional e internacional dessa iniciativa, tanto no aspecto técnico quanto filosófico. São cursos nos quais "*as aulas podem ser acompanhadas por meio de videoconferências e o conteúdo programático é apresentado em sites*", sendo que as aulas são "*realizadas pelos professores em um estúdio montado no interior do Laboratório de Ensino à Distância do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC*", como noticiado. Ocorre que, embora estejam sendo oferecidos cursos nacionais a nível de mestrado, baseados em tecnologia e filosofia de proa, a normatividade nacional vigente impede que o ciclo seja aperfeiçoado, pois, nos momentos decisivos, volta-se aos moldes tradicionais, com os alunos preenchendo manualmente respostas em folhas de papel para que possam obter a respectiva certificação. O ordenamento jurídico educacional não consegue formular uma solução para o problema e isso impede a realização plena do ensino à distância.

2ª. situação: *Prática remota de jogos de azar*. A exploração comercial dos jogos de azar é proibida no Brasil, principalmente no tocante aos cassinos. Isso é fato de notório conhecimento público. Porém, os "*cassinos virtuais*

insegurança a uma boa parcela de seus operadores.

põem jogo de azar ao alcance de todos", valendo-se da absoluta incapacidade do ordenamento jurídico em tratar do assunto, quando o jogo é realizado remotamente. Empresas sediadas no Caribe disponibilizam páginas pela internet nas quais é possível, de qualquer parte do mundo, realizar apostas. Leis locais permitem a prática do jogo e a existência das páginas, abrindo espaço para o livre exercício de uma atividade expressamente proibida em outros países, além de ensejar outras consequências, como fraudes financeiras e fiscais.

3^a. situação: *Censura na internet*. O atual panorama da internet, absolutamente mundializado, propicia interessantes mecanismos de divulgação de informações. O contato humano simultâneo, na grande rede, não está limitado por padrões culturais, regionais, físicos, religiosos, políticos, etc. No que diz respeito ao ordenamento jurídico, está ele nitidamente delimitado pela soberania de Estados autônomos, fato que confere limites territoriais à aplicação dos respectivos ordenamentos. A informação circula livremente entre as nações e culturas, o que a censura não pode fazer.

4^a. situação: *Proteção da propriedade intelectual no ciberespaço*. Este é, seguramente, um dos mais quentes temas jurídicos que circulam pela internet. Soluções e endereços na internet podem ser objeto de proteção mediante registro ? Quais são os direitos e responsabilidades das provedoras sobre o conteúdo das páginas ? As dores de cabeça dos comitês gestores e institutos de proteção de direitos autorais e propriedade intelectual, em várias partes do globo, são constantes.

Felizmente, nestes últimos quatro casos, não se fala em *mortes*. Por enquanto, esta ainda é uma exclusividade oficial do sistema penal. Mas o desenho da "*barbárie*" no direito está assumindo firmes contornos, principalmente diante de um conjunto de situações para as quais ele não cumpre seu objetivo (facilitar a convivência humana), chegando a tornar-se o próprio problema.

Ocorre que a sociedade contemporânea já articula suas relações no âmbito daquilo que se chama de "*pós-modernidade*"⁷⁹. Porém, sua normatividade está estruturada no âmbito da "*modernidade*", assim como os mecanismos concretos de aplicação das normas. Isto gera um *vácuo* entre a normatividade e a sociedade.

8.4. Autonomia e o esgotamento da modernidade

A necessidade bastante relevante de se buscar a terceira via (*o avanço rumo a uma sociedade mundial solidária, equitativa e austera*) faz surgir um ponto de contato entre os institutos da autonomia e da modernidade esgotada.

Aponta o Mestre **WARAT** para a recuperação do projeto da autonomia, com a lembrança de que originariamente *a emergência desse projeto marca a ruptura com a "verdadeira" Idade Média*⁸⁰, como forma de se buscar tal

⁷⁹ Modernidade e pós-modernidade serão analisadas na sequência imediata do texto.

⁸⁰ Assim afirmou Cornélius CASTORIADIS, in "As encruzilhadas do labirinto III: O mundo

alternativa.

Sobre ele falou CASTORIADIS⁸¹:

“Para o ressurgimento do projeto de autonomia, novas atitudes humanas e novos objetivos políticos são exigidos, cujos sinais por enquanto são raros. Mas seria absurdo tentar decidir se estamos vivendo um longo parêntese, ou assistindo ao começo do fim da história ocidental enquanto história essencialmente ligada ao projeto de autonomia e co-determinada por esse mesmo projeto”.

A necessária mudança de atitude e objetivos é apontada como dificultosa no momento atual, visto que se está, hoje, diante de um momento delicado, um hiato, esse *longo parêntese*⁸², tendo em vista que *“a situação após 1950 é de decadência manifesta na criação espiritual. Na filosofia, a interpretação e o comentário textuais e históricos dos autores do passado desempenham o papel de substitutos do pensamento”.*

fragmentado”, p. 18.

⁸¹ Ídem, p. 26.

⁸² Ídem, p. 23.

De fato, tal situação de degradação é marcante, não se restringindo ao contexto filosófico⁸³, tendo em vista que, *“considerado posteriormente, do ponto de vista em que podemos nos situar no final dos anos 80, o período subsequente a 1950 caracteriza-se sobretudo pela evanescência do conflito social, político e ideológico”*.

O envelhecimento da modernidade aponta conseqüências de peso. Porém, é necessário dizer do que se trata, a que instituto se está aludindo quando surge menção à modernidade. Nas palavras de **ROUANET**⁸⁴, *“como se sabe, para Weber a modernidade é o produto do processo de racionalização que ocorreu no Ocidente, desde o final do século XVIII, e que implicou a modernização da sociedade e a modernização da cultura”*.

Ocorre que a modernização atingiu um estágio de esgotamento e ambigüidade⁸⁵, e *“o período ‘moderno’ (1750-1950, para fixar as idéias) pode ser perfeitamente definido pela luta, mas também pela contaminação mútua e o emaranhamento destas duas significações imaginárias: autonomia de um lado, e expansão ilimitada da ‘mestria racional’ do outro. Ambas mantêm coexistência ambígua sob o teto comum da Razão”*.

⁸³ Ídem, p. 22.

⁸⁴ ROUANET, Sérgio Paulo. As razões do iluminismo, p. 231.

⁸⁵ CASTORIADIS, ob. cit., p. 20.

Até mesmo a expressão utilizada para identificar o acontecimento exprime uma certa falta de logicidade⁸⁶:

“O termo ‘moderno’ exprime uma atitude profundamente auto-(ou ego-)cêntrica. A proclamação ‘nós somos os modernos’ tende a anular todo desenvolvimento ulterior legítimo. Mais do que isso, contém curiosa antinomia. O componente imaginário (e consciente de si) do termo implica a autocaracterização da modernidade, como abertura indefinida com relação ao futuro; e, no entanto, essa caracterização tem sentido somente no que se refere ao passado. Eles eram os antigos, nós somos os modernos. Então, como deveremos chamar aqueles que vêm depois de nós? O termo moderno só tem sentido na hipótese absurda pela qual o período assim autoproclamado durará para sempre, e pela qual o futuro não passará de um presente prolongado - o que, por outro lado, contradiz plenamente as pretensões explícitas da modernidade”.

De fato, há algo apto à provocação de um sentimento de

⁸⁶ Ídem, p. 15.

inquietude diante do desenho reflexivo estatuído, talvez fruto de um sentimento de desorientação que acabou por atingir em cheio o próprio movimento da modernidade⁸⁷:

“As vanguardas do alto modernismo perderam sua capacidade de escandalizar e se transformaram em establishment; os grandes mitos oitocentistas do progresso em flecha e da emancipação da humanidade pela ciência ou pela revolução são hoje considerados anacrônicos; a razão, instrumento com que o Iluminismo queria combater as trevas da superstição e do obscurantismo, é denunciada como o principal agente da dominação”.

Realmente, a modernidade não é mais contemporânea, o que não quer dizer que há menos inquietação em torno de seus limites⁸⁸:

“Há quase quarenta anos, Adorno escreveu que ‘das Moderne ist wirklich unmodern geworden’ - o moderno ficou fora de moda. Na época, isso era um paradoxo. Hoje, parece ter se tornado uma realidade banal. A dar crédito a

⁸⁷ ROUANET, ob. cit, 236.

⁸⁸ Ídem, 229.

artistas, críticos e escritores, estamos vivendo um período pós-moderno. A idéia tem qualquer coisa de inquietante. Dizer que somos pós-modernos dá um pouco a impressão de que deixamos de ser contemporâneos de nós mesmos. Seja como for, temos de aceitar filosoficamente o fato de que na opinião de grande número de pessoas, nem todas lunáticas, entramos na era da pós-modernidade”.

Assim como a designação semântica anterior, essa, “pós-modernidade”, também desperta descontentamentos, como se pode perceber⁸⁹:

“Toda designação é convencional; da mesma forma, o disparate do termo ‘pós-moderno’ é evidente. Observa-se, porém, com menos freqüência que se trata de um derivado. Sendo já o próprio termo ‘moderno’ infeliz, a inadequação de pós-moderno tinha de aparecer necessariamente com o tempo. O que ainda poderia haver, após a modernidade? Um período chamado moderno só pode pensar que a História atingiu o seu fim, e que os humanos viverão, daí em diante, num presente perpétuo”.

⁸⁹ CASTORIADIS, ob. cit., p. 15.

Mas, apesar da precedente crítica à nomenclatura, o que importa é indagar sobre os rumos que a conjuntura apresenta, sobre os quais incidem questionamentos de idêntica relevância, tendo em vista que *alguns vêem no pós-moderno um salto para a frente, e outros uma fuga para o passado - seria uma nova vanguarda ou uma regressão ao arcaico*⁹⁰. Tais dúvidas tem um efeito multiplicador, mas parece que, no final da avaliação, resta uma constatação⁹¹, eis que “*Uns sentem o fenômeno como novo, outros como antigo, uns o identificam num ou noutro setor da cultura, outros como presença difusa que atravessa inteiramente o cotidiano, mas todos estariam de acordo na seguinte afirmação: a modernidade envelheceu*”.

Envelheceu ou, quem sabe, acabou⁹²:

“Logo, não basta dizer que ‘a modernidade é um projeto inacabado’ (Habermas). Na medida em que encarnou a significação imaginária capitalista da expansão ilimitada do (pseudo-)domínio (pseudo-) racional, a modernidade está mais viva do que nunca, engajada numa corrida frenética, a qual leva a humanidade para os mais extremos perigos. Mas, na medida em que esse desenvolvimento do capitalismo

⁹⁰ ROUANET, ob. cit., p. 229.

⁹¹ Ídem, p. 230.

⁹² CASTORIADIS, ob. cit., p. 26.

foi decisivamente condicionado pelo desenvolvimento simultâneo do projeto da autonomia social e individual, a modernidade está acabada". (Grifei)

A grande indagação, diante dessa constatação, reside sobre os referenciais substitutivos, orientadores das reflexões subseqüentes⁹³:

"A pós-modernidade se manifestaria, inicialmente, no plano do mundo vivido (Lebenswelt), através de um novo cotidiano, qualitativamente diferente do que caracterizava a modernidade. É um cotidiano em que a máquina foi substituída pela informação, a fábrica pelo shopping center, o contato de pessoa a pessoa pela relação com um vídeo".

A máquina, a informação e o vídeo passam a assumir uma posição de auxiliares do questionamento sobre a existência humana, tendo em vista, sobretudo, o fato de que *o pós-moderno se define, em sua acepção mais geral, por um questionamento da modernidade, no todo ou em parte*⁹⁴, reforçando a dúvida sobre o desenrolar dos acontecimentos⁹⁵, tendo em vista que *"há uma consciência de*

⁹³ ROUANET, ob. cit., 233.

⁹⁴ Ídem, p. 231.

⁹⁵ Ídem, p. 230.

que a economia e a sociedade são regidas por novos imperativos, por uma tecnociência computadorizada que invade nosso espaço pessoal e substitui o livro pelo micro, e ninguém sabe ao certo se tudo isso anuncia uma nova Idade Média ou uma Renascença”.

Assim, mais do que nunca, como já dito anteriormente, o resgate do projeto da autonomia pode constituir importante ponto de equilíbrio do contexto, como identificou **CASTORIADIS**⁹⁶ ao afirmar que *“a autonomia é, portanto, o projeto - e agora estamos ao mesmo tempo no plano ontológico e no plano político - que visa, no sentido amplo, ao nascimento do poder instituinte e sua explicitação reflexiva (que sempre só podem ser parciais)”*.

Este é um importante referencial, diante do quadro até aqui apresentado, para o mundo do Direito, nos tempos atuais⁹⁷, principalmente *“se lembrarmos que a instituição da sociedade só existe na medida em que é incorporada nos indivíduos sociais, poderemos então, evidentemente, justificar (fundar, se quisermos), a partir do projeto de autonomia, os ‘direitos do homem’, e muito mais”*.

8.5. Metajursiprudência cibernética

⁹⁶ CASTORIADIS, ob. cit., p. 148.

⁹⁷ CASTORIADIS, ob. cit., p. 147.

Impedir que o modelo literal-racional atualmente vigente no mundo jurídico obstrua a solução dos problemas reais, auxiliando o homem a fundar a busca do caminho da terceira via, é algo bastante salutar.

Para tanto, são primordiais as reflexões críticas sobre a evolução do direito e da ciência jurídica diante de tal universo de acontecimentos (telemática, internet, ciberespaço, etc), fazendo surgir a *metajurisprudência*⁹⁸ *cibernética*, à luz de questionamentos do seguinte estilo:

Por quê um conceito jurídico ?

Quais as suas particularidades?

Há de necessidade de tal ?

Quando está configurado o ciberespaço ?

Qual a natureza da ação humana nesse ambiente?

Qual a sua ligação com o conceito de direito ?

Qual a colocação sistêmica da internet neste contexto ?

Está em curso uma mudança de comportamento humano.

Uma das mais rápidas da história, e por motivos pacíficos. O

direito tradicionalmente corre atrás delas. Uma mudança de

⁹⁸ A metajurisprudência se constitui nas reflexões críticas sobre a jurisprudência de conceitos.

raciocínio está, igualmente, em curso ?

O nosso modelo lógico-racionalista oferece respostas razoáveis ?

Os critérios tradicionais de integração do ordenamento podem ser aplicados ?

As noções de norma e ordenamento jurídicos encontram espaço de aplicação ?

O jurista vê alterada a sua função descritiva apontada por Kelsen ?

Deve-se ver o assunto sob duas óticas:

Uma, formal, do direito tradicional, do raciocínio lógico. Da lei, da doutrina e da jurisprudência, com abordagem dos acontecimentos do mundo normativo, tomando-se como norte o tradicional conceito de relação jurídica, que traz consigo muitos outros. Trata-se de precedentes jurisprudenciais, da telefonia celular, dos satélites, da legislação da Telemática e da Informática Jurídica. Trata-se de uma dimensão de Direitos e dos casos sem solução.

Outra, calcada na comunicação rápida, no raciocínio sensorial e emocional, no esgotamento do modelo literal-racional. Trata-se da superação da linguagem natural, de diabólicos mecanismos de compressão de dados,

da comunicação multimídia, da realidade virtual e de outras formas de ver e sentir o mundo.

O fundamental é que sejam produzidas reflexões com o intuito de evitar que a confusão jurídica gerada em torno dos temas adstritos à telemática sirvam de subsídio, de qualquer ordem, ao homem, nesta sua estranha e inexplicável caminhada rumo à barbárie e à destruição.

Conclusões

Diante do exposto, conclui-se que:

1. A atividade normativa ligada à telemática, tanto *legal* quanto *jurisprudencial*, encontra-se em franca expansão no Brasil;
2. A internet é um poderoso instrumento de busca de informações jurídicas;
3. O parágrafo único do artigo 1º. da Lei 9.296/96 contraria as disposições da Constituição Federal, e não pode ser admitida a interceptação da *comunicação de dados* no Brasil;
4. Embora em escala crescente, a normatividade oficial não consegue oferecer respostas para questões relevantes ensejadas pela telemática, sobre as quais não consegue incidir.

Referências bibliográficas:

ALEXANDRE, Silvio. *Willian Gibson, o autor e sua obra*, in *Neuromancer*, 2 ed.,

São Paulo: Aleph, 1991, p. 247.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 4 ed., São Paulo: Unb, 1994.

BRASIL. Conselho Nacional de Direito Autoral do Ministério da Cultura.

Resolução nº. 57, de 06 de julho de 1988. *Designa órgão para o registro de programa de computador e baixa normas que regulamentam os procedimentos do registro*, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Marginália de 1988, página 999.

BRASIL. Conselho Nacional de Informática e Automação do Ministério da Ciência

e Tecnologia. Resolução nº. 001, de 26 de agosto de 1986. *Dispõe sobre contratos de comunicação de programa de computador*, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Marginália de 1986, página 2084.

BRASIL. Conselho Nacional de Informática e Automação do Ministério da Ciência

e Tecnologia. Resolução nº. 002, de 26 de agosto de 1986. *Dispõe sobre o*

cadastro de programas de computador, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Marginália de 1986, página 2092.

BRASIL. Conselho Nacional de Informática e Automação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Resolução nº. 026, de 26 de agosto de 1986. *Regulamenta o artigo 23 da Lei n. 7.232, de 29 de outubro de 1984, que obriga os produtores de seus bens e serviços a garantir a qualidade de seus produtos, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Marginália de 1986, página 2095.*

BRASIL. Constituição. *Texto constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 9/95 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1995.*

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963. *Aprova o regulamento Geral para Execução da Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1963, página 481.*

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Decreto nº 52.286, de 23 de julho de 1963. *Institui normas que regularão as atividades das estações de rádio e televisão do país,*

in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1963, página 740.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Complementa e modifica a Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1967, página 553.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Decreto nº 92.187, de 20 de dezembro de 1985.

Aprova o Regulamento para a concessão dos incentivos fiscais de que tratam os artigos 13 a 15 da Lei n. 7.232, de 29 de outubro de 1984, e dá outras providências, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1985, página 1080.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Decreto nº 95.744, de 23 de fevereiro de 1988.

Aprova o Regulamento do serviço especial de televisão por assinatura - TVA, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1988, página 145.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Decreto nº 96.036, de 14 de maio de 1988.

Regulamenta a Lei n. 7.646, de 18 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a

proteção da propriedade intelectual de programas de computador e sua comercialização no País, e dá outras providências, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1988, página 284.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Decreto nº 97.057, de 10 de novembro de 1988.

Altera os títulos I, II e III do Regulamento Geral para execução da Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1988, página 964.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Decreto nº 177, de 17 de julho de 1991. *Aprova o*

Regulamento dos Serviços Limitados de Telecomunicações, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1991, página 396.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Decreto nº 574, de 23 de junho de 1992.

Regulamenta o artigo 7º da Lei n. 8.248, de 23 de outubro de 1991, que dispõe sobre dedução do Imposto sobre a Renda para subscrição de ações novas de empresas brasileiras de capital nacional, produtoras de bens e serviços de informática, nas condições que especifica, e dá outras providências, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1992, página 364.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Decreto nº 1589, de 10 de agosto de 1995. *Adota tarifa especial, prevista no artigo 104 da Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962, e dá outras providências*, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1995, página 1482.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. *Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações*, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1962, página 255.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967. *Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informações*, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1967, página 310.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973. *Regula os direitos autorais e dá outras providências*. Publicada no Diário Oficial da União de 18 e 20 de dezembro de 1973.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984. *Dispõe sobre a Política Nacional da Informática e dá outras providências*, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1984, página 534.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Lei nº 7.646, de 18 de dezembro de 1987. *Dispõe quanto à proteção da propriedade intelectual sobre programas de computador e sua comercialização no País, e dá outras providências*, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1987, página 904.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990. *Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências*, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1990, página 1451.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. *Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências*, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1991, página 695.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Lei nº 8.977, de 06 de janeiro de 1995. *Dispõe sobre o serviço de Tv a cabo, e dá outras providências*, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1995, página 50.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. *Regula direitos e obrigações relativas à propriedade industrial*, in LEX, coletânea de legislação

e jurisprudência, Legislação Federal de 1996, página 150.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Lei nº 9.295, de 19 de julho de 1996. *Dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização, sobre o órgão regulador, e dá outras providências*, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Legislação Federal de 1996, página 1.794.

BRASIL, Leis, Decretos, etc. Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996. *Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal*. Publicado no Diário Oficial da União de 25 de julho de 1996, seção “1”, primeira página.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Gabinete do Ministro. Portaria interministerial n.166, de 29 de abril de 1996. *Estabelece normas para pleitear o benefício da tarifa especial para aplicação aos serviços por linha dedicada, nos acessos à internet*, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Marginália de 1996, página 1181.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Gabinete do Ministro. Portaria interministerial n. 195, de 23 de maio de 1996. *Estabelece normas para pleitear a qualificação com vistas à obtenção da tarifa especial para aplicação aos serviços por linha dedicada, nos acessos à internet*, in LEX, coletânea de

legislação e jurisprudência, Marginália de 1996, página 1435.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Gabinete do Ministro. Portaria n. 119, de 13 de abril de 1995. *Dispõe sobre a proposta de regulamentação do serviço de Tv a Cabo a que se refere a Lei n. 8.977, de 06 de janeiro de 1995, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Marginália de 1995, página 1127.*

BRASIL. Ministério das Comunicações. Gabinete do Ministro. Portaria n. 148, de 31 de maio de 1995. *Institui a norma 004/95 que regulamenta o uso de meios da rede pública de telecomunicações para acesso à internet, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Marginália de 1995, página 1197.*

BRASIL. Ministério das Comunicações. Gabinete do Ministro. Portaria n. 27/96, de 21 de fevereiro de 1996. *Aprova o Regulamento Técnico n. 1/96 - Características Mínimas de Radiação de Antenas de Estações Terrenas para Comunicação Via Satélite, in LEX, coletânea de legislação e jurisprudência, Marginália de 1996, página 467.*

CERQUEIRA, Tarcisio Queiroz. *O direito do ciberespaço.* Texto apostilado, 1995.

DINAMARCO, Candido Rangel. *A reforma do CPC.* 2 ed., São Paulo: Malheiros, 1995.

EPSTEIN, Isaac. *Cibernética*. São Paulo: Ática, 1986.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Significação e alcance das “cláusulas pétreas”*, in *Revista de Direito Administrativo da Fundação Getúlio Vargas*, volume 202, outubro/dezembro, Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

GARCIA, Dinio de Santis. *Introdução à informática jurídica*. São Paulo: USP, 1976.

GIBSON, Willian. *Neuromancer*. 2 ed., São Paulo: Aleph, 1991.

HAMIT, Francis. *Realidade Virtual e a exploração do espaço cibernético*. Rio de Janeiro: Berkeley, 1993.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 5 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEITE, Eduardo de Oliveira. *A monografia jurídica*. Porto Alegre: Fabris, 1985.

MATHELOT, Pierre. *A telemática*. Lisboa: Edições 70, 1985.

MARTIN, James. *Hiper documentos e como criá-los*. Rio de Janeiro: Campus,

1992.

NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo: Cia das letras, 1995.

PFAFFENBERGER, Bryan. *Dicionário dos usuários de micro computadores*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

REALE, Miguel. *Fontes e modelos do direito*. São Paulo: Saraiva, 1994.

STREK, Lênio Luiz. *Súmulas no direito brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1995.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: RT, 1991.

TEMER, Michel. *Elementos de direito constitucional*. 9 ed., São Paulo: Malheiros, 1992.

TUCCI, Rogério Lauria. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1993.

VARGAS, José Israel. *Um caminho para a internet*, in *Informática Exame*, nº 109,

São Paulo: Abril, abril de 1995, p. 142.

WARAT, Luis Alberto. *Por quien cantan las sirenas ?* Florianópolis, edição eletrônica, 1996.

WARAT, Luis Alberto. *Introdução geral ao direito*. Porto Alegre: Fabris, 1994.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico*. São Paulo: Alfa Ômega, 1994.

Na internet:

FEDERAL, Senado. *Legislação brasileira*. <http://www.senado.gov.br>. Página editada e mantida pelo Senado Federal. Brasília.

FEDERAL, Supremo Tribunal. *Jurisprudência*. <http://www.stf.com.br>. Página editada e mantida pelo Supremo Tribunal Federal. Brasília.

JUSTIÇA, Superior Tribunal de. *Jurisprudência*. <http://www.stj.com.br>. Página editada e mantida pelo Superior Tribunal de Justiça. Brasília.

TECNOLOGIA, Ministério da Ciência e. *Legislação*. <http://www.mct.gov.br>.

Página editada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. *Legislação* organizada pela consultoria jurídica. Brasília.

ANEXO 1

Tabela de casos

Decisões jurisprudenciais elencadas(*)

Caso	Tribunal	Referência	Ano julg/publ	Tema	Pg.
1- AP 669.353/2	TACrim/ SP	Software X Hardware	91/x(**)	Informática	99
2- ROMS 5934	STJ	Software: Produto X Serviço - 1	95/96	Informática	102
3- RESP 39457	STJ	Software: Produto X serviço - 2	94/94	Informática	106
4- RESP 39797	STJ	Software: Produto x serviço - 3	93/94	Informática	108
5- APC 25986	TJDF	Sentença por computador	92/x(**)	Informática	111
6- MS 81767800	TAPR	Apreensão de computador - 1	95/96	Problemas conexos	113
7- APO 307	STF	Apreensão de computador - 2	94/95	Problemas conexos	114
8- AI 76684100	TAPR	Gravação magnética	95/95	Problemas conexos	116

9- AP 687.095/8	TACrim/ SP	Direitos autorias - 1	92/x(**)	Problemas conexos	118
10- AI 47147800	TAPR	Direitos autorais - 2	92/92	Problemas conexos	121
11- AI 428151	TJMS	Foto satélite	95/x(**)	Telec.	122
12- RHC 4764	STJ	Antena de captação	95/96	Telec.	123
13- RHC 4788	STJ	Teleconferência	95/x(**)	Telemática	127

(*) Por ordem de apresentação no texto do capítulo 5.

(**) x = data do julgamento não disponível.

Anexo 2

Normas legais (infra-constitucionais)

Apresentadas de acordo com o tema e respectiva distribuição entre os períodos delimitados no texto.

INFORMÁTICA (dez normas)

3º período

Dec. 92.187/85

Dec. 96.036/88

Lei 7.232/84

Lei 7.646/87

Res. 01/86

Res. 02/86

Res. 26/86

Res. 57/88

Total 08

4º período

Dec. 574/92

Lei 8.248/91

Total 02

TELECOMUNICAÇÕES (onze normas)

1º período

Dec. 52.026/63

3º período

Dec. 95.744/88

4º período

Lei 8.977/95

Dec. 52.286/63	Dec. 97.057/88	Lei 9.295/96
DL 236/67	<u>Total 02</u>	Dec 177/91
Lei 4.117/62		Port 119/95
<u>Total 04</u>		Port 27/96
		<u>Total 05</u>

PROBLEMAS CONEXOS (quatro)	TELEMÁTICA(cinco)
----------------------------	-------------------

Lei 5.250/67 - 1º período	Lei 9.296/96
Lei 5.988/73 - 2º período	Dec. 1.589/95
Lei 8.137/90 - 3º período	Port. 166/96
Lei 9.295/96 - 4º período	Port. 148/95
<u>Total 04</u>	Port. 195/96
	<u>Total 05</u>

ÍNDICE

Introdução, 1

1. Delimitações básicas, 3

- 1.1. A telemática, 3
- 1.2. Temas a serem abordados, 8
- 1.3. Universo do tratamento normativo, 10

2. A pesquisa jurídica na internet, 14

- 2.1. Pesquisa jurisprudencial, 16
 - 2.1.1. Supremo Tribunal Federal, 16
 - 2.1.2. Superior Tribunal de Justiça, 21
- 2.2. Pesquisa de normas legais, 24
 - 2.2.1. Senado Federal, 25
 - 2.2.2. Ministério da ciência e tecnologia, 28

3. Disposições constitucionais e legais sobre telemática no Brasil, 32

- 3.1. Constituição Federal, 32
- 3.2. Disposições legais, 32
- 3.3. Dispositivos alienígenas relevantes, 70

4. Disposições infra-legais sobre telemática no Brasil, 74

4.1. Decretos, 74

4.2. Portarias e resoluções, 88

5. A telemática nos tribunais brasileiros, 98

5.1. Decisões ligadas à informática, 98

5.2. Decisões ligadas a outros temas conexos à telemática, 111

5.3. Decisões ligadas às telecomunicações, 122

5.4. Decisões ligadas à telemática, 127

6. Análise numérica dos dados coletados, 130

6.1. Leis, decretos, resoluções e portarias, 130

6.1.1. Análise das normas segundo a sua cronologia, 131

6.1.2. Análise das normas segundo o tema do qual tratam, 140

6.2. Amostragem Jurisprudencial, 146

6.3. Deduções decorrentes da análise dos dados, 149

7. A telemática no parágrafo único do artigo primeiro da Lei 9.296/96, 154

7.1. Comunicação de dados, 154

7.2. O parágrafo único do artigo 1º diante da Constituição Federal, 160

7.3. Limites da inadmissibilidade da interceptação da comunicação de dados

no Brasil, 170

8. Telemática e a barbárie jurídica

8.1. Casos sem solução, 173

8.2. Os “*futuribles*”, 174

8.3. A Barbárie e o direito, 180

8.4. Autonomia e o esgotamento da modernidade, 185

8.5. Metajurisprudência cibernética, 193

Conclusões, 173

Referências bibliográficas, 174

Anexo 1, tabela de casos, 209

Anexo 2, normas legais, 211